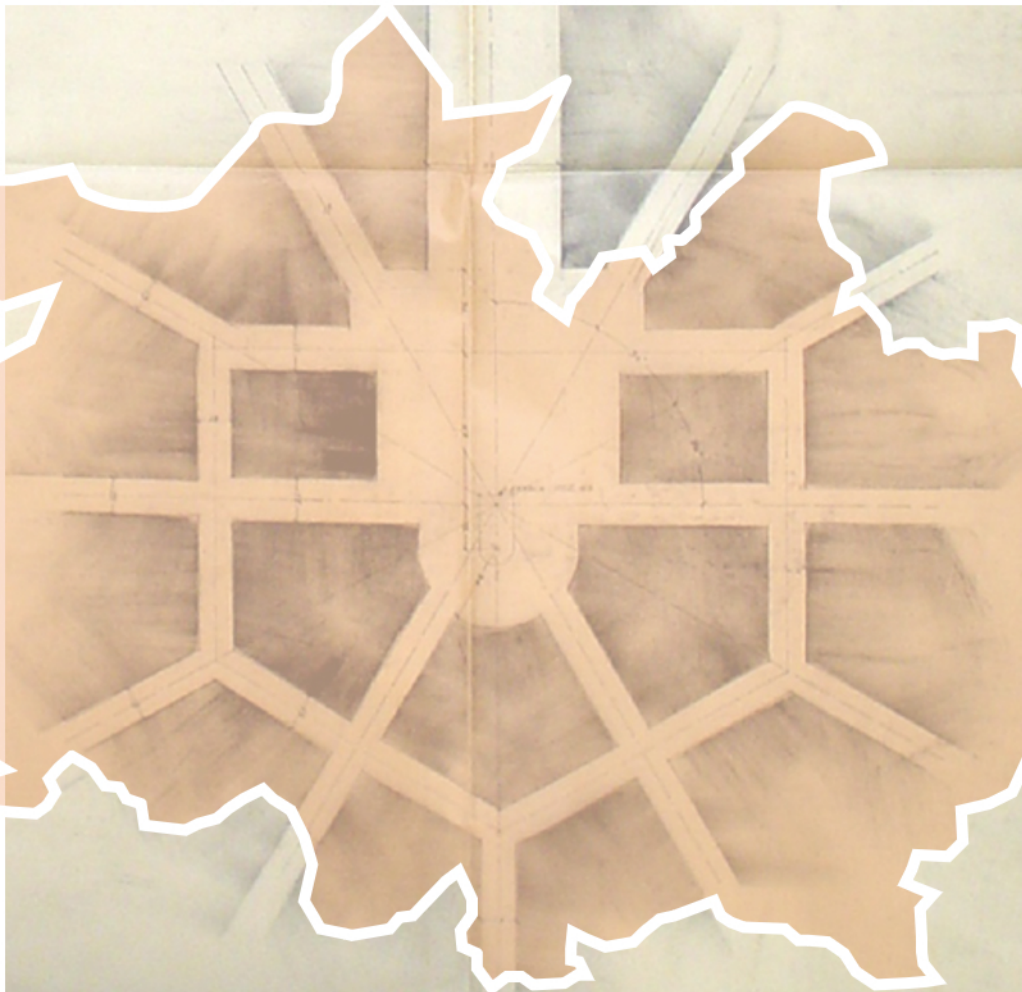


PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA

MORFOGÊNESE DA METRÓPOLE GOIANA



UM ESTUDO SOBRE A TRANSIÇÃO MORFOLÓGICA
DA CIDADE EM METRÓPOLE

UBERLÂNDIA, 2018

PEDRO HENRYQUE MELO DE OLIVEIRA

**MORFOGÊNESE DA METRÓPOLE GOIANA – UM ESTUDO SOBRE A
TRANSIÇÃO MORFOLÓGICA DA CIDADE EM METRÓPOLE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Dr. Glauco de Paula Coccozza

UBERLÂNDIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48m
2019 Oliveira, Pedro Henryque Melo de, 1988-
 Morfogênese da metrópole goiana [recurso eletrônico] : um estudo
 sobre a transição morfológica da cidade em metrópole / Pedro Henryque
 Melo de Oliveira. - 2019.

 Orientador: Glauco de Paula Coccozza.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
 Modo de acesso: Internet.
 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.1502>
 Inclui bibliografia.
 Inclui ilustrações.

 1. Arquitetura. 2. Urbanização. 3. Morfogênese. 4. Goiânia (GO).
 I. Coccozza, Glauco de Paula. II. Universidade Federal de Uberlândia.
 Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



Ata da defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia.

Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico, 08/2018, PPGAU

Data: 25 de setembro de 2018 Hora de início: 09h:30 Hora de encerramento: 11:45

Discente: **Pedro Henrique Melo de Oliveira** – matrícula 11622ARQ002

Título do Trabalho: **PROCESSOS SOCIAIS E FORMA URBANA: UM ESTUDO SOBRE A CONFORMAÇÃO E DISPERSÃO URBANA DA METRÓPOLE GOIANA.**

Área de concentração: Projeto, Espaço e Cultura

Linha de pesquisa: Processos urbanos: projeto e tecnologia

Projeto de Pesquisa de vinculação: FORMA URBANA E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

Reuniu-se na sala de reunião da FAUeD, bloco 1I - Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Wilton de Araújo Medeiros – UEG, Vitor Koiti Miyazaki – PPGEPU/UFU e Glauco de Paula Coccoza – PPGAU/UFU orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa Prof. Dr. Glauco de Paula Coccoza apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu os conceitos finais.

Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou o candidato A provado.

Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos às 11 horas e 45 minutos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.


Prof. Dr. Wilton de Araújo Medeiros – UEG


Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki – PPGEPU/UFU


Prof. Dr. Glauco de Paula Coccoza – PPGAU/UFU
Orientador

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	06
1.CONCEITOS, DEFINIÇÕES E A DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	08
1.1.Cidade e metrópole.....	10
1.2.Urbanização e metropolização.....	27
2.MORFOLOGIA URBANA E DISCUSSÃO METODOLÓGICA.....	48
2.1.Morfologia urbana – um campo interdisciplinar de pesquisa	48
2.1.1.Forma urbana como processo socioespacial – morfogênese da metrópole.....	51
2.2.Discussão metodológica.....	60
3.MORFOGÊNESE DA METÓPOLE GOIANA.....	70
3.1.Conformação do espaço urbano antes de Goiânia (séc.XIX – 1933).....	72
3.2.Primeira conformação (1933 – 1935).....	83
3.3.Segunda conformação (1936 – 1950).....	88
3.4.Terceira conformação (1950 – 1980).....	94
3.5.Quarta conformação (1990 – 2018).....	102
3.5.1.Grande Espaço Urbano de Goiânia – forma urbana da metrópole contemporânea.....	112
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
5.REFERÊNCIAS	121

RESUMO

Este trabalho se dedicou a compreender pela dimensão espacial como a cidade se transforma em metrópole, destacando assim, o que se denominou de transição morfológica. A transição morfológica da cidade em metrópole foi entendida como resultante do processo de compressão do espaço-tempo (Cf. R. Hidalgo, F. Arenas e D. Santana, 2016), equivalente às mudanças socioespaciais que produzem uma “cidade portátil” (Cf. M. Gottdiener, 1993). A problemática central do estudo foi a de tentar compreender como a forma urbana da metrópole contemporânea emergiu na cidade de Goiânia. Assim, a morfogênese da metrópole goiana é um estudo que percorre um processo de transformação espacial em que a estrutura intraurbana e o padrão de crescimento da cidade se diferenciam ao longo do tempo. Buscou-se acompanhar nessa transição morfológica a alteração no território goiano, em que a capital sai de uma condição de um núcleo urbano para chegar aos dias atuais como aglomerado urbano, o Grande Espaço Urbano de Goiânia (Cf. Castello Branco, 2003).

Palavras-chave: Metrópole, Urbanização/Metropolização, Morfogênese, Goiânia.

ABSTRACT

This work has devoted itself to understanding the spatial dimension as the city becomes a metropolis, thus highlighting what is called a morphological transition. The morphological transition of the city into metropolis was understood as a result of the space-time compression process (cf. R. Hidalgo, F. Arenas and D. Santana, 2016), equivalent to the socio-spatial changes that produce a "portable city" (cf. M. Gottdiener, 1993). The central problem of the study was to try to understand how the urban form of the contemporary metropolis emerged in the city of Goiânia. Thus, the morphogenesis of the metropolis Goiânia is a study that runs through a process of spatial transformation in which the intraurban structure and the city's growth pattern differ over time. It was sought to accompany in this morphological transition the alteration in the territory of Goiás, in which the capital leaves a condition of an urban nucleus to reach the current days as urban agglomeration, the great urban space of Goiânia. (cf. Castello Branco, 2003)

Key words: Metropolis, Urbanization/Metropolization, Morphogenesis, Goiânia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propôs a identificar a transição morfológica da cidade em metrópole, para isso considerou a morfogênese da metrópole, como um estudo capaz de compreender as mudanças socioespaciais que acarretam tal transição. A hipótese de que quando a vida urbana se torna portátil (Mark Gottdiener), por conseguinte a cidade também, temos a emergência de um outro espaço, que irá tensionar e transformar o “espaço herdado” (Cf. Lipietz, 1988) produzido por uma sociedade que não estava sob a influência da urbanização/metropolização. O processo de metropolização do espaço pôde ser aferido pela alteração da escala de urbanização, o incremento populacional e as transformações intraurbanas que ocorrem a partir de um outro modo de produzir o espaço da cidade. O período que se percebe a emergência da metrópole (1950-1980) Goiânia sai de 53.389 habitantes na década de 1950 para 717.562 habitantes em 1980. (IBGE, 1950;1980) Esse crescimento vertiginoso, evidentemente, provoca alterações na sua estrutura intraurbana, tanto em seus elementos (centro, subcentros, bairros residenciais e áreas industriais) quanto na relação entre os mesmos.

Enquanto metrópole, intensifica-se a complexidade de se estudar o crescimento de Goiânia, pois este acontece também fora de seu município, pela influência que a capital exerce sobre as cidades em suas imediações. Comprova-se tal afirmação pelo fato de Goiânia sair da condição de um núcleo urbano para a de um aglomerado urbano, uma mancha urbana que buscou-se aqui analisar como o Grande Espaço Urbano de Goiânia (Cf. Castello Branco, 2003).

Pouco mais de oito décadas após sua implantação (1933), o município de Goiânia acumula 1.466.105 habitantes (IBGE, 2017). Porém a metrópole goiana não se restringe a um município, como se buscou estudar, a forma urbana da metrópole se estende a outros municípios, e conforma o Grande Espaço Urbano de Goiânia (Cf. Castello Branco, 2003), um espaço urbano com 6 municípios conurbados: Aparecida de Goiânia, Abadia de Goiás, Trindade, Goianira, Senador Canedo e Goiânia. Esse aglomerado urbano concentra uma população de 2.284.296 habitantes ou quase 34% do total do estado estimado em 6.778.772 habitantes (IBGE,2017). Em outras palavras, um terço da população goiana vive em 6 municípios, e outros dois terços se distribuem em 240 restantes. Esses dados

demográficos sugerem uma outra qualidade de espaço, a polarização exercida pela metrópole.

Através das materializações no espaço intraurbano advindas da atuação de agentes envolvidos na produção deste espaço, agem associados a um processo socioespacial mais geral, a da “maior compressão espaço-tempo”, correspondente aquilo que Gottdiener (1993) colocou como a produção de uma “cidade portátil”. Essa diferenciação, da cidade em um artefato “portátil” é um dos principais índices encontrados pela pesquisa para se diferenciar a forma urbana da cidade em relação a da metrópole. O acentuado processo de “compressão do espaço-tempo” que provocam alterações nos elementos da estrutura intraurbana bem como na relação entre os mesmos, evidencia uma transição a uma outra condição de produção e reprodução do espaço urbano. Segundo Tadeu Arrais (2014),

Os ambientes metropolitanos são, tradicionalmente, ambientes de pressão fundiária e imobiliária. Isso porque a polarização provoca a estratificação da renda, seguida da estratificação do consumo, incluindo, nessa lógica, um novo consumo de espaço que é, nada mais, do que a reprodução do espaço. (ARRAIS, p.50, 2014)

Este trabalho se divide em três partes principais: conceitual – metodológica – analítica. A primeira parte reúne uma exposição conceitual em que se buscou esclarecer alguns conceitos importantes para o desenvolvimento da problemática da pesquisa, a transição morfológica da cidade em metrópole. Nesta parte tenta-se através de considerações teóricas, compreender as diferenças que existe entre os objetos: cidade e metrópole, seguindo as alterações entre urbanização e metropolização. A segunda parte envolve uma discussão metodológica de como este estudo foi realizado, somando contribuições da Morfologia Urbana com a perspectiva da produção social do espaço. O que se buscou evidenciar nessa segunda parte, foi o modo como se compreendeu o processo de transformação da cidade em metrópole, pelo viés espacial, propondo um estudo de diferentes conformações que a cidade assume, em sua configuração intraurbana e em seus padrões de crescimento. A terceira parte pretendeu identificar e analisar os diferentes períodos de conformação intraurbana de Goiânia, destacando nessa análise a transição morfológica entre a cidade e metrópole. Esta terceira parte

termina com a compreensão de que o espaço urbano da metrópole goiana, atualmente é melhor compreendida se entendida como o Grande Espaço Urbano de Goiânia (Cf. Castello Branco, 2003), uma mancha urbana que conforma um aglomerado urbano.

1. CONCEITOS, DEFINIÇÕES E A DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Nesse capítulo expõe-se uma revisão bibliográfica dos principais conceitos abordados e trabalhados, que foram agrupados a partir de dois pares conceituais: cidade e metrópole, urbanização e metropolização. Esses pares de conceitos amarram outros conceitos e teorias que serviram de base para o desenvolvimento das linhas gerais da pesquisa, estabelecendo os contornos do objeto e dos objetivos da mesma. Sendo assim, este primeiro capítulo trata de sistematizar o embasamento teórico, que por sua vez contribuiu na delimitação e abrangência do presente estudo.

A compreensão prévia dos conceitos científicos é uma estratégia traçada pelo estudo de se aproximar e familiarizar com a questão central deste trabalho: a da compreensão da morfogênese da metrópole goiana. O termo morfogênese retirado dos estudos da Morfologia Urbana, é apropriado para designar a emergência da forma urbana metropolitana em Goiânia. A capital goiana transforma-se em metrópole em um sentido espacial, no qual buscou captar certas alterações que se dão ao longo do tempo, e vão delineando essa transição morfológica entre a cidade e a metrópole.

De acordo com Sandra Lencioni (2008) a definição de uma palavra presente em um dicionário, se confundir com o seu conceito científico em uma pesquisa científica. Este capítulo se subdivide em quatro seções, e tem como principal objetivo expor as linhas gerais da pesquisa, seu tema e a problematização do mesmo, articulando teorias e conceitos que se abordarão na pesquisa, estabelecendo com esse procedimento, um quadro teórico. As colocações do tema principal, bem como do objetivo central, estão imiscuídas nesse capítulo.

Enquanto os conceitos de cidade e metrópole estão ligados ao espaço urbano, os de urbanização e metropolização designam processos que correspondem à formação e transformação desses espaços urbanos, mas não se

restringem apenas ao espaço, conectam-se às dimensões e aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos. Conforme atesta Nestor Goulart Reis (2015), existe uma restrição quanto à adequação dos conceitos cidade e urbanização, cada qual se refere à determinada escala. A cidade, como bem coloca Pedro Vasconcelos (2015) é um objeto tão tácito, em domínio de todos, mas que nem por isso escapa da imprecisão conceitual.

A imprecisão com que os conceitos e definições guardam com relação aos objetos reais aos quais se referem, parece ser exatamente a imprecisão que há na possibilidade do conhecimento científico em descrever ou “tocar” o real. Em outros termos, é aquilo que pontuou Mario Bunge (2017), entre as limitações e relações do conhecimento científico com o objeto real, intitulando sua obra em *Teoria e Realidade*¹. Segundo o filósofo argentino, há na ciência em geral, nunca o real de fato, ou um “pedaço” ou fragmento do mesmo, mas sempre uma representação do real, uma simplificação do objeto existente, que reúne características observáveis, passíveis de serem inferidas, e assim representadas naquilo que se conhece por objeto-modelo (BUNGE, 2017).

É aquilo que Sandra Lencioni (2008) pontua sobre a utilização de conceitos, estes são criados para dar conta do empreendimento de se pesquisar sobre o real. Nenhum conceito consegue abarcar toda a riqueza do real. Em argumentação próxima à da introdução do livro de Bunge (2017, p.9) em que este diz que: “A natureza continua funcionando sem a ajuda das teorias científicas”; Lencioni frisa que “a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real” (LENCIONI, 2008, p.110). Essas afirmações contribuem para que a pesquisa científica tenha sempre como horizonte a busca por apreender a realidade, ainda que esta esteja apenas parcialmente representada por conceitos e teorias.

Não obstante a esse problema filosófico geral, das limitações e delimitações da pesquisa científica, é preciso um esforço por compreender como se inserem os conceitos forjados para se falar de determinado tema, recorrente sobre o objeto real, em um universo de diferentes tradições de pesquisa e abordagens. Assim, é

¹ A obra se chama *Teoria e realidade*, primeira edição de 1974, reeditada em 2017 pela Editora Perspectiva, na Coleção Debates Filosofia da Ciência.

fundamental uma aproximação do estado da arte do tema, e de sua problematização, para se estabelecer as bases teóricas da presente pesquisa.

Como o principal enfoque aqui é uma compreensão acerca dos conceitos, para sua posterior utilização e não a construção de um objeto-modelo, atenta-se para o que S. Lencioni (2008, p.110) diz: “Todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa”. O conceito como instrumento de pesquisa e conhecimento é o que se deseja explorar neste capítulo, em que são articulados os principais conceitos a serem utilizados no decorrer da pesquisa. Apesar de definirmos termos e trabalharmos com conceitos sobre a cidade, esta em si, ainda nos escapa, e continuará assim, pelo menos enquanto a “distância” entre a teoria e a realidade não for transposta.

1.1. Cidade e metrópole

Para se chegar ao conceito de metrópole, que designa a natureza do objeto de pesquisa, será preciso compreender o conceito de cidade e urbano, demonstrando assim, as conexões imprescindíveis para a compreensão de um conceito, que são as teorias e conceitos relacionados ao mesmo. Evidentemente, em alguns casos há correspondências entre elementos que compõem tanto o significado de um termo quanto na construção de um conceito. Como exemplo, temos o caso da ideia de aglomeração, que está presente na definição da palavra cidade e se coloca como fundamental também para a construção do conceito de cidade.

Ao iniciar uma discussão sobre os termos cidade e metrópole, pretende-se estabelecer as bases teóricas e o tratamento que o presente trabalho dará sobre o objeto de estudo. Para organizar a exposição dos conceitos, optou-se pela contribuição que Sandra Lencioni (2008) faz com relação à importância do “rigor e método” para se “conceituar um fato, um fenômeno, ou um processo” (LENCIONI, 2008, p.109). Nesse texto em que a pesquisadora intitula como “Observações sobre o conceito de cidade e urbano”, ela começa por expor em primeiro lugar, as definições encontradas na língua portuguesa desses termos, para só depois adentrar na discussão conceitual dos mesmos. Essa estratégia será seguida aqui, pois como frisou a geógrafa, é indubitável que seja pela linguagem que os conceitos se expressam.

Com a contribuição do texto de Lencioni (2008) notamos que a atenção da autora se centra na conceituação de cidade e urbano, tendo como referência a realidade brasileira. A geógrafa investe na diferenciação entre o significado encontrado no dicionário, uma definição ligada à linguagem corrente, daquele construído em um conceito, um construto científico que é variável de acordo com referenciais teóricos e abordagem dos pesquisadores.

Sobre essa variação típica dos conceitos, recorro a Pedro Vasconcelos (2015) em “As metamorfoses do conceito de cidade” que nos oferece uma abordagem complementar a de Lencioni (2008). O autor pretendeu historicizar o conceito de cidade, dividindo suas “metamorfoses” em seis períodos: 1. O período pré-acadêmico (1810-1869); 2. O período da institucionalização das ciências sociais (1870-1923); 3. O período entre as guerras mundiais (1914-1944); 4. O período do pós-guerra, dos “30 anos gloriosos” (1945-1972); 5. O período do início da crise atual (1973-1994); 6. O período atual (1995-2015). Ao se entrelaçar os dois textos, temos como resultado, uma compreensão melhor do conceito de cidade, e de sua extensão. No artigo de Vasconcelos notamos como as transformações no conceito de cidade estão ligadas ao tempo e ao espaço, em que noções são elaboradas e assimiladas para o estudo do objeto real que se encontra em constante mutação (PEREIRA, 2001). Essa constante mutação de que nos fala Paulo César Pereira (2001) nos permite indagarmos sobre a insuficiência ou ainda sobre a persistência de um conceito em designar objetos tão diversos ao longo dos séculos como é o caso do conceito de cidade.

Nota-se que é a partir do início do século XX, que o conceito de cidade passa a designar sua transformação em metrópole, com uma ênfase maior sobre sua grande extensão, concentração de pessoas e de polarização de funções urbanas, resultando na cidade principal de determinada região ou país. Ao mencionar conceituações da cidade no período atual (1995-2015), Vasconcelos (2015) cita a obra *Métapolis* (1995) escrita pelo urbanista francês François Ascher, que “examina a formação de novas formas espaciais que ultrapassariam e englobariam as metrópoles existentes, numa análise na fronteira entre o urbano e o regional”. (VASCONCELOS, 2015, p.21) Assim percebe-se como que em menos de um século a noção de metrópole já se mostra insuficiente, tal qual a de cidade, para se designar o conjunto de transformações que ocorrem no meio urbano.

Para a compreensão do território atual, a noção de rede se faz imprescindível, pois está relacionada a diversas construções sociais sobre o território ao longo do tempo. Em especial a noção de “rede urbana” é útil para se vislumbrar a relação de interdependência e hierarquia entre cidades, culminando na classificação de uma cidade em metrópole, uma cidade que polariza em diversos aspectos a rede urbana na qual está inserida. Seguindo os estudos de M. Santos (1999), acerca do conceito de “rede” este diz que é uma,

Noção considerada como eminentemente geográfica no *Dicionário da geografia (Dictionnaire de la Géographie*, 1970: 336-368), dirigido por P. George, [...] pode ser enxergada segundo, ao menos, três sentidos, conforme propõe H. BAKIS (1993: 4): a) polarização de pontos de atração e difusão, caso das redes urbanas; b) projeção abstrata, caso dos meridianos e paralelos na cartografia do globo; c) projeção concreta de linhas de relações e ligações, caso das redes hidrográficas, das redes técnicas territoriais e também das redes de telecomunicações hertzianas, apesar da ausência de linhas e com uma estrutura física limitada aos nós. (SANTOS, 1999 p.13)

Destaca-se que para o presente estudo, apenas as redes urbanas e as redes técnicas entrarão no escopo de análise, dada a ênfase deste trabalho em compreender as transformações ocorridas na conformação do território antes da construção de Goiânia, maneira encontrada para se pontuar alterações que irão preparar a mudança da capital.

Entrando na abordagem empreendida por Lencioni (2008) sobre os conceitos de cidade e urbano, parte-se da definição da palavra, e em termos gramaticais, há uma diferenciação basilar entre cidade e urbano, o fato de o primeiro ser um substantivo e o segundo um adjetivo. Assim, cidade serve para nomear um objeto, enquanto que urbano tem a função de qualificar, ou caracterizar o que foi nomeado. Porém não se limitam a essa diferenciação, pois além da definição da palavra cidade, há as derivações por metonímia, correntes na língua portuguesa, e que

transcendem o sentido semântico². Há também um outro ponto, no que tange ao urbano, que é uma “substantivação do adjetivo”, quando se expressa de maneira a colocar o adjetivo como sendo o termo principal, por exemplo, “O urbano é caótico” ao invés de manter o urbano como adjetivo em “o transporte urbano é caótico”. (LENCIONI, 2008)

A definição da palavra cidade contida no dicionário Houaiss é de:

aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo (LENCIONI, 2008, p.113)

Conforme dito anteriormente, não há uma correspondência direta entre o que se encontra como definição de cidade no dicionário, com o significado atribuído ao conceito científico. O que se nota é que pode haver algumas correspondências entre termos ou palavras-chave que aparecem tanto na definição, quanto na conceituação. A noção de “aglomeração” é um dos elementos chave na definição de cidade encontrado em dicionário, e também um termo basilar para a construção do conceito de cidade,

Não importando as variações entre cidades, quer espaciais ou temporais há uma ideia comum a todas elas, que é a de aglomeração. Não é à toa, então, que a ideia de aglomeração se faz presente na definição da palavra cidade. (LENCIONI, 2008, p.115)

Porém, a geógrafa recupera a crítica de Friedrich Ratzel, com relação à aglomeração, de que este termo isolado não possuiria especificidade para designar cidade, mas somente quando a aglomeração tivesse uma certa duração ou

² Lencioni (p.113, 2008) pontua alguns exemplos como em frases do tipo: “A cidade apresenta-se segregada”, neste caso a palavra cidade designa a população cidadina, e “A cidade reformulou seu IPTU”, aqui já aparece como sinônimo de governo, ou ente da administração pública.

permanência no tempo, ou seja, se se tratasse de uma aglomeração sedentária, é que teríamos um aglomerado passível de ser uma cidade. (LENCIONI, 2008) Nas próprias palavras de Ratzel (1882) apud Vasconcelos (p.18, 2015), a cidade seria “um adensamento contínuo de pessoas e habitações humanas, que ocupa uma considerável área do solo e que está localizado no centro das principais linhas de tráfico”. Aqui se percebe como o adjetivo “contínuo”, apresenta-se como sinônimo de sedentário, conforme destacado por Lencioni, denotando uma certa continuidade no tempo.

Nesse caminho percorrido, irá esclarecer com a ajuda de Pereira (2001), que a definição da palavra cidade às vezes se relaciona com o de uma população não-agrícola. Porém, trata-se de uma relação que exclui, por exemplo, os “boias-frias”, que são trabalhadores do campo, mas que vivem em cidades, sendo estas por sua vez, formadas por grande parte ou a maioria de sua população ligada ao trabalho agrícola. Seguindo essa linha de raciocínio, cita a contribuição de Max Derruaux, que argumenta que algumas aglomerações do mediterrâneo, também possuem sua população voltada para o trabalho agrícola, mas possuem aspectos típicos das cidades, o mercado, ou seja, um lugar de trocas e a administração pública. Em um outro extremo, Derruaux ilustra que o fato de uma fábrica conter casas em volta, nem por isso se terá uma cidade, ou seja, não é tanto pela atividade produtiva dominante, qual seja, trabalho agrícola ou industrial que determinará se dada aglomeração é ou não uma cidade. Assim, atenta-se aos aspectos historicamente vinculados à cidade: mercado e administração pública. Um outro questionamento possível, seria o do tamanho da aglomeração, como sendo algo a caracterizar uma cidade, porém a partir de autores como Pierre George, Manuel Castells, a quantidade de pessoas mostra-se como um dado variável de acordo com o tempo histórico e com o lugar, não contendo sentido em si mesmo para se designar uma cidade ou não. (LENCIONI, 2008)

A partir de outra fonte, agora de um Dicionário de Geografia escrito por Yves Lacoste (2005), temos as derivações de termos que estão intimamente ligados à noção de cidade, presentes na etimologia da palavra cidade:

A palavra cidade vem do latim “civitate”, noção próxima de “civitas” que deu origem as palavras cidadão e civilização. A

palavra urbano vem do latim “urbs”, que também significa cidade. Já a palavra grega “polis”, cidade e “politikos”, da cidade, deram origem a palavra política. Finalmente a noção de aglomerado vem do latim “glomus, glomero” e significa bola ou fazer em bola (LACOSTE, 2005, p. 21/80/315 apud In: VASCONCELOS, 2015, p.18).

Percebemos com a contribuição de Lacoste (2005) como a etimologia da palavra cidade remete a duas principais origens latina e grega, “civitate” e “polis”, respectivamente. A palavra urbano, também em sua origem latina remete a um sinônimo de cidade, do latim “urbs”, porém será em um enfoque sobre a construção do conceito de urbano, é que se percebe uma diferenciação com relação à cidade. Urbano será um conceito utilizado para se referir a um fenômeno, enquanto cidade a um objeto.

Como pontua Pedro Vasconcelos (2015), de modo diferente das definições etimológicas, os conceitos sofrem constantes variações, sejam históricas, geográficas, ou seja, é preciso se atentar tanto ao contexto histórico quanto ao contexto geográfico, no sentido de localização espacial, em que se insere o pesquisador, ou pensador, que está construindo ou utilizando tal conceito. É preciso considerar que a própria realidade se altera ao longo do tempo e que, não obstante, os próprios observadores também, não só em função do período histórico ao qual está atrelado, suas experiências, mas ao local de onde ele observa e produz os conceitos. Corroborando com essa visão, o posicionamento de Lencioni é de que,

Tanto a cidade como objeto, como o urbano como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente. (LENCIONI, 2008, p.114)

A autora coloca essa distinção entre objeto e fenômeno, para pontuar que a ideia que temos de cidade é clara, diferentemente da ideia que temos de urbano. Isso ela chama atenção de ser algo característico dos adjetivos que são

substantivados³. Lencioni segue com a contraposição entre a definição e o conceito de cidade, pois a clareza que existe na ideia de cidade, não corresponde ao seu conceito. O conceito de cidade é obscuro, como diz Vasconcelos (2015, p.18): “todos nós sabemos o que é uma cidade, embora seja difícil defini-la”. Uma das dificuldades, reside na abrangência de objetos a que se refere, com realidades muito díspares, desde cidades pequenas às cidades “milionárias” como dizia Milton Santos das cidades com mais de um milhão de habitantes. Esse conceito chega a ser questionável, se seguirmos uma abordagem sociológica empreendida por Paulo Cesar X. Pereira (2001), ao especular sobre como se mantém por séculos a palavra cidade sem alterações, ainda que se refira a um objeto em constante mudança. A resposta dada por Pereira advém do pensamento de Norbert Elias, que é comentado por Lencioni,

[...] muitas vezes, por não conseguirmos expressar o movimento e as mudanças constantes, mantemos a palavra e acrescentamos uma outra para precisar o que estamos tratando. Esse é o fato: por não conseguirmos expressar as transformações constantes de algo tão mutável, temos mantido a palavra cidade e acrescentado a ela adjetivos. É isso que permite compreender a presença de tantas adjetivações para falar de suas características, funções, partes transformações: cidade satélite, cidade horizontal, cidade verticalizada, cidade mundial, cidade moderna, cidade administrativa, cidade interiorana, cidade informal e tantos mais adjetivos que possamos agregar. (LENCIONI, 2008, p.115)

Em síntese, sobre o conceito de cidade, tendo em vista o contexto brasileiro Sandra Lencioni afirma,

Ao falarmos em cidade no Brasil estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública. [...] o

³ A geógrafa cita como exemplos, além de o urbano: “o rural, o agrário, o informal, o social, o espacial ...” (LENCIONI, p.114, 2008)

conceito de cidade no Brasil é posterior à própria constituição da cidade, que esse conceito busca refletir o real sendo ao mesmo tempo objetivo e subjetivo; ou seja, relativo a um conteúdo do real, mas também subjetivo, porque se relaciona ao pensamento sobre ele. Ainda, o conceito de cidade é infinitamente mais pobre que o real ao qual ele se refere e existe em movimento, ou seja, se altera segundo referências e segundo o tempo histórico. E, podemos perceber também que o conceito de cidade se relaciona a outros conceitos e só existe se for definido enquanto tal. (LENCIONI, 2008, p.117, grifo nosso)

A autora expõe acima os principais elementos que vão constituir o conceito de cidade, sendo eles: sedentarismo, o mercado e a administração pública, que somados à noção de aglomeração, consolidam a base do conceito de cidade exposto por ela. Em todos esses elementos destacados por Sandra Lencioni, temos de mencionar a contribuição científica de inúmeros pensadores, não só da geografia, como o já citado Ratzel, mas da sociologia. Vários sociólogos contribuíram para esta possível conceituação de cidade aqui exposta, que pretende compreender desde suas possíveis origens, suas características, transformações ao longo do tempo, até sua influência sobre o social e até sobre o psicológico, estes são alguns dos temas tratados pelos autores do livro organizado por Otávio G. Velho, *O Fenômeno Urbano* (1967), com textos de Georg Simmel, Robert Park, Max Weber, Louis Wirth e Paul-Henry Chombart de Lauwe⁴. Como bem destacado pelo título do livro acima, o fenômeno urbano manifesta-se em um objeto, a cidade, e o transcende ao se referir a processos de cunho social, cultural, psicológico, econômico, político que.

Sobre o conceito de urbano, aponta-se que dois autores, Henri Lefebvre e Manuel Castells são “paradigmáticos”, segundo Lencioni (2008, p.118), além do fato de ambos olharem o “mundo a partir da perspectiva na qual se inserem, a da cultura

⁴ A presente pesquisa não adentra em todos esses textos por não abordar como tema principal as teorias e os conceitos sobre cidade. Apenas mencionam-se aqui as correspondências que a conceituação elaborada por Lencioni tem com determinados pensadores. Destaca-se no livro organizado por Velho (1967) o texto de Max Weber, que irá conceituar a cidade como algo que “implica a existência de comunidades, com um alto grau de autonomia, tanto no plano do “objetivo”, com administração, mercado, fortificações, exército, justiça e leis em boa parte próprias, quanto no do “subjetivo”, como foco fundamental de lealdades.” (VELHO, 1967, p.6)

ocidental e da sociedade europeia”, há também o ponto em comum de relacionarem diretamente o “conceito de urbano à sociedade capitalista industrial” como sendo a base para esse conceito. Esses autores possuem divergências teóricas, porém em ambos, como em outros pensadores sobre o urbano, a industrialização está sempre presente, intimamente relacionada, como algo que de fato demarca o aparecimento do fenômeno urbano. Lefebvre apesar de colocar o urbano “no âmbito da industrialização” não o reduz a um mero subproduto desse processo. Segundo o pensador francês, isso seria próprio de uma visão reducionista, que impediria o pesquisador de compreender o conceito de urbano em si, em seu próprio conteúdo. Com o auxílio de Vasconcelos (2015), percebe-se nas próprias palavras de Lefebvre a diferenciação entre objeto e fenômeno, crucial para se entender a diferença entre os conceitos de cidade e urbano,

No seu famoso livro *O Direito à Cidade*, de 1968, ele definiu a cidade como “a projeção da sociedade sobre o terreno” (p. 64). No seu livro *A Revolução Urbana*, de 1970, ele afirmou que “o urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana) não o vemos” (p. 43). O urbano “é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de reunião, a simultaneidade” (p. 159). (VASCONCELOS, 2015, p.20)

O emprego do conceito de urbano de Lefebvre, mesmo quando mantido a função de adjetivo deste termo quando ele diz “espaço urbano”, “paisagem urbana”, não se perde a dimensão conceitual do termo, o urbano não passa a designar cidade, mas mantém-se como “o urbano”, ainda que esteja qualificando o “espaço” e a “paisagem”. O filósofo francês está desse modo ressaltando a relativa “autonomia” do conceito urbano, tanto em relação ao conceito de cidade, como ao processo de industrialização, já mencionado.

Assim, percebe-se que o conceito de urbano, está atrelado ao processo de industrialização, e a da formação de uma sociedade industrial capitalista. Seguindo esses preceitos, é importante pensar em como esses processos acontecem de maneira diversificada pelos diferentes países e suas realidades. Dentro da realidade brasileira, surgem questões com relação a precisar quando é que se terá o

surgimento do urbano, começando por quando e como se consegue identificar a industrialização no Brasil.

Conceito de CIDADE (objeto)	Conceito de URBANO (fenômeno)
Aglomeração	Industrialização
Sedentarismo	Sociedade industrial capitalista
Mercado (lugar de trocas)	
Administração Pública	

QUADRO 01 – SÍNTESE DOS CONCEITOS DE CIDADE E URBANO

Fonte: Conteúdo extraído de Lencioni (2008). Aqui se considerou como bases para o conceito de urbano, as considerações de Manuel Castells e Henri Lefebvre, principalmente.

Mantendo a referência entre urbano e sociedade industrial capitalista, observa-se como diferentes autores irão pontuar essa questão no contexto brasileiro, com diferenças inclusive de periodização, já que estão pondo em evidência diferentes fatores na busca pela industrialização brasileira, ou na gênese de uma sociedade industrial. Lencioni trabalha com três autores brasileiros, sendo que dois seguem uma mesma perspectiva, enquanto que o terceiro assume um outro posicionamento,

De forma sintética podemos dizer que as posições de Maria Conceição Tavares (1972) e João Manoel Cardoso de Melo (1979), de um lado, e, de outros, de José de Souza Martins (1979) nos inspiram a conceituar o urbano no Brasil de forma diferente. Tendo como referência os primeiros, o urbano se constitui no Brasil a partir dos anos 1930, enquanto que a interpretação de Martins nos conduz a situá-lo a partir de 1870. (LENCIONI, 2008, p.120)

Essas datas diferenciadas, marcam o que os autores colocam como relevante no processo de industrialização. Tavares (1972) e Melo (1979) seguem o pressuposto da reprodução ampliada do capital ser comandada pelo capital industrial. Isso significa, dizer que a industrialização brasileira se realiza somente quando “há uma emancipação do capital industrial da atividade primário-

exportadora, precisamente, da cafeicultura” (LENCIONI, p.118, 2008) Dessa maneira, o urbano no Brasil só aparece no século XX, nos anos de 1930, que é quando se consolida as bases de uma sociedade industrial.

Já para Martins (1979) a origem da industrialização brasileira está relacionada “à dinâmica do complexo cafeeiro que faz com que a industrialização se desenvolva nos interstícios da cafeicultura, ideia mais ampla do que a de oscilação da economia cafeeira” (LENCIONI, 2008, p.119) Essa dinâmica, conforme ressaltado por Lencioni, gerou um processo de acumulação capitalista, mesmo sem estar assentado nas relações sociais capitalistas, como no caso do colonato. Essa interpretação de Martins (1979) coloca que é possível falar de urbano no Brasil, ainda no século XIX, no momento em que se consolida o complexo cafeeiro, formado pelas plantações de café. Sua visão se diferencia, por compreender que o aparecimento da industrialização não se dá na consolidação do capital industrial, mas de perceber dos “interstícios” do complexo cafeeiro, as bases do surgimento do urbano, no contexto brasileiro. Desse modo, não temos o urbano como um subproduto da industrialização, mas “como produto de determinadas relações sociais e de determinados condicionantes próprios do complexo do cafeeiro.” (LENCIONI, 2008, p.120)

Vimos que para a compreensão do conceito de cidade, segundo Lencioni (2008), foi necessário somar as noções de aglomeração, sedentarismo, mercado e administração pública, conformando assim, elementos que permitem caracterizar uma aglomeração humana como cidade. Já para o conceito de urbano, dois elementos aparecem como sendo chaves, isso se seguirmos as contribuições teóricas de Henri Lefebvre e Manuel Castells, que veem no urbano uma relação inextrincável com a industrialização e o surgimento de uma sociedade industrial capitalista. Ao trazer para a realidade brasileira, vimos que seja com a acumulação de capital, empreendida pelo complexo cafeeiro, que permitiu investimentos em outras áreas, como infraestrutura, e na própria indústria, (Cf. Martins, 1979), ou na consolidação de fato de um capital industrial como relativamente autônomo e preponderante no país em relação ao setor primário (Cf. Tavares, 1972; Melo, 1979), seguiu-se a constante de ter na industrialização a pedra de toque para se constatar o surgimento do urbano.

O conceito de urbano, assentado sobre a noção de industrialização, estabelece um elo para o entendimento da ideia de metrópole, pois esse termo irá surgir como

referência às principais cidades industriais do século XIX, conforme atesta Maria Castello Branco (2003). Porém não se pode confundir, ou simplesmente colocar o conceito de urbano como equivalente ao de metrópole. Ambos compartilham a industrialização como o momento de inflexão, tanto no aparecimento do fenômeno urbano, quanto no surgimento do objeto metrópole. Aqui se nota a diferença entre metrópole e urbano. A metrópole designa uma alteração do objeto cidade, mas ainda é sobre o objeto que se está falando. Assim, ao se falar de metrópole não está se considerando um fenômeno como o “urbano”, mas um objeto. De um modo bem simplificado, toda metrópole é uma cidade, mas nem toda cidade é metrópole; já o fenômeno urbano surge, a partir das referências teóricas adotadas, somente após a industrialização, com o aparecimento de uma sociedade industrial que irá imprimir outros traços a sua ocupação e apropriação do território.

Os aglomerados urbano-industriais do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos trazem à tona uma necessidade de compreensão e intervenção por parte dos governos nessas, até então, inéditas formações urbanas. Surgem inúmeros estudos e reflexões sobre essa nova condição da cidade, que irão tomar corpo em teorias, políticas e práticas governamentais ao longo do século XX. Esse contexto do século passado de contribuições acerca da problemática metropolitana pode ser ilustrado pelo retrospecto de estudos empreendido na tese de Castello Branco (2003). A autora aponta os estudos iniciais sobre a dimensão territorial, diferenciando os trabalhos em dois grupos, aqueles

desenvolvidos pelos órgãos de produção de informações governamentais, para delimitação das áreas para pesquisa estatística e subsídio às ações de governo; e os desenvolvidos com base em diferentes visões acadêmicas sobre a forma, o conteúdo e as relações internas ao espaço metropolitano (CASTELLO BRANCO, 2003, p.10)

Percebe-se que o tamanho populacional aparece como um dos primeiros elementos a chamar a atenção, bem como a questão da extensão territorial, e das profundas alterações sobre as funções urbanas, surgindo a noção da hierarquia urbana em relação a uma rede de cidades, pontos que serão tocados

posteriormente. Toca-se na questão do aumento da população como processo tácito de transformação da cidade em metrópole, não sendo o único fator, evidentemente. Mas, sem dúvidas, o contingente populacional nunca antes experimentado mundialmente, é um dado expressivo das transformações em curso no século XIX, relacionado ao advento da Segunda Revolução Industrial. Situando a escala das transformações ocorridas no século XIX, Maurice Dobb (1987) diz,

[...] o ritmo da modificação econômica, no que diz respeito à estrutura da indústria e das relações sociais, ao volume de produção e à extensão e variedade do comércio, mostrou-se inteiramente anormal, a julgar pelos padrões dos séculos anteriores: tão anormal a ponto de transformar radicalmente as ideias do homem sobre a sociedade de uma concepção mais ou menos estática de um mundo onde, de uma geração para outra, os homens estavam fadados a permanecer na posição que lhes fora conferida ao nascer, e onde o rompimento com a tradição era contrário à natureza, para uma concepção do progresso como lei da vida e do aperfeiçoamento constante como estado normal de qualquer sociedade sadia.[...] É evidente – mais do que em qualquer outro período histórico – que a interpretação do mundo econômico do século XIX tem de ser essencialmente uma interpretação de sua transformação e movimento. (DOBB, 1987, p.258)

Nessa longa citação, percebe-se que o esforço do autor em pontuar a “anormalidade” do século em questão se comparado aos séculos anteriores, é o de colocar a importância que o século XIX têm na transformação da sociedade, que altera seus padrões de consumo, pensamento e, por conseguinte, ação sobre o espaço. A concepção de progresso e evolução constantes aparece nas primeiras teorias referentes à questão metropolitana quando sociólogos, geógrafos, biólogos, urbanistas entre outros, irão se questionar sobre as modificações advindas do século XIX como inúmeros desafios ao século XX, o que Vasconcelos (2015) colocou como passagem entre o período pré-acadêmico (1810-1869) ao período da institucionalização das ciências sociais (1870-1923).

O ritmo de crescimento populacional constatado no período da Revolução Industrial se faz visível a partir do gráfico elaborado por Maria E. Sposito (1988), em *Capitalismo e Urbanização*, reproduzido a seguir:

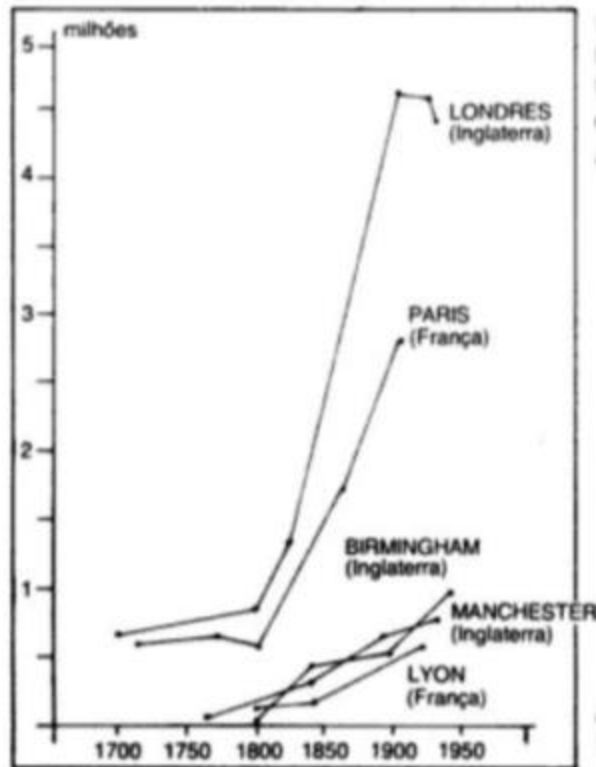


FIGURA 01 – Crescimento populacional urbano de algumas cidades europeias entre 1700-1950.

Fonte: Sposito (1988)

A correspondência direta entre crescimento de Londres, por exemplo, e a Revolução Industrial, observável no gráfico elaborado por Sposito (1988) não deve dar margem para um posicionamento de simples causa e efeito, como se a industrialização simplesmente aumentasse a população da cidade. Lefebvre (1999) já nos alertava sobre o perigo do reducionismo, quando se pretendia colocar o urbano como sendo apenas um corolário da industrialização, tornando as especificidades e o conteúdo do conceito de urbano como secundários. Assim para a consideração sobre o processo de grande incremento populacional observado na capital inglesa, traz-se a interpretação de J. R Short (1996) que destaca que o que há é uma influência mútua entre esses processos, já que a Revolução Industrial não só provocou um crescimento populacional, como esse próprio crescimento foi a

condição necessária para essa revolução (Cf. SHORT p.23,1996). Dito isso, toma-se como precaução intelectual em evitar abordar de maneira encadeada certos processos, no caso aqui mencionado, o processo de industrialização como simples gerador, seja do urbano, seja da metrópole. Não estamos falando de causas e efeitos simplesmente, mas de processos inter-relacionados, que não são passíveis de ocorrerem de outra maneira que não simultaneamente, e com relação de influência mútua, como bem destacou Short (1996).

Discorrendo sobre as transformações que irão desembocar nas origens da metrópole, tem-se a contribuição de Sposito (1988) em traçar a relação entre capitalismo, industrialização e o aparecimento das metrópoles, situando essas transformações no bojo do desenvolvimento do modo de produção capitalista. De modo incisivo Sposito considera que,

Com o modo de produção capitalista assim se desenvolvendo, a rede urbana foi se constituindo hierarquicamente, tendendo à formação de grandes aglomerados urbanos — as metrópoles — espaços de concentração de capital, de meios de produção, e locus da gestão do próprio modo de produção. Estas aglomerações subordinavam outras de porte médio, que por sua vez exerciam o papel de elo de ligação com os pequenos centros. (SPOSITO, 1988, p.54)

A autora deixa transparecer muitos pontos importantes para a definição de metrópole, qual seja da hierarquia urbana, da noção de rede urbana e polarização de funções urbanas como a produção e gestão. Esses pontos ou elementos de caracterização da metrópole irão ser transpostos para a posterior classificação das metrópoles brasileiras, gestadas não diretamente pela Revolução Industrial, mas ainda sim intimamente relacionada ao processo de industrialização empreendido no país, ou melhor, no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, um modo de se compreender a abrangência do processo de urbanização. (DEAK & SCHIFFER, 2015)

Maria Castello Branco (2003), que historiciza a definição e conceituação de metrópole no Brasil, recuperamos que foi a partir da I Conferência Nacional de Geografia e Cartografia – CONFEGE em 1968, que aparece a recomendação de

“qualificação e definição de aglomerações metropolitanas”. O Grupo de Áreas Metropolitanas [GAM], criado no IBGE foram os pesquisadores que inauguram⁵ a definição de metrópole, em oficialmente no país, eles a cunham como,

uma grande cidade em volume populacional. Neste documento tomamos este volume como sendo da ordem de 400.000 habitantes. Uma metrópole é também uma cidade grande por suas funções urbanas bastante diversificadas e especializadas (GALVÃO et al., 1969, p.65, apud in, CASTELLO BRANCO, 2003, p.91);

Segundo a mesma autora, “o GAM, é responsável pela primeira delimitação oficial de Áreas Metropolitanas. posteriormente denominadas de Regiões Metropolitanas como:

um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota” (GALVÃO et al., 1969, p.55-56, apud in, CASTELLO BRANCO, 2003, p.91).

Nesse momento, cabe diferenciar o que significa a definição de metrópole de uma Região Metropolitana, algo que já está explícito nas citações acima. A Região Metropolitana trata-se de um arranjo oficial de municípios, enquanto que a metrópole se refere a cidade principal deste arranjo, a cidade que polariza e influencia não só os municípios de sua região metropolitana mas da rede urbana da qual faz parte. (Cf, CASTELLO BRANCO, 2003). Percebe-se também como surgem os critérios de “população, atividade e integração” para se delimitar essas áreas. (IBGE, 2016). Esses critérios marcam o início da classificação das grandes concentrações

⁵ A partir de Castello Branco (2003) nota-se como estudos a partir de 1950 ganham uma ênfase sobre a delimitação e classificação das grandes cidades brasileiras, mas o que se está colocando é a primeira definição oficial, como sendo o GAM (1969), o primeiro a definir esse termo para a realidade do Brasil.

populacionais, dos aglomerados urbanos no Brasil, e de certa forma se mantém, ainda que com alterações para a classificação atual de uma metrópole. De um modo sintético Castello Branco (p.10, 2003) coloca que para se identificar os espaços urbanos, é preciso considerar “hierarquia, composição e extensão (conteúdo e forma)”. Assim, consegue-se precisar as diferenças, as particularidades de cada espaço urbano, bem como de compreender sua natureza metropolitana ou não. Segundo Castello Branco, as áreas que correspondem aos espaços urbanos:

são definidas pela continuidade e extensão do espaço urbano construído, e são representativas da concentração espacial do fenômeno. A definição destes espaços implica na identificação do papel que desempenham no conjunto do sistema urbano e incorpora – implícita ou explicitamente – a noção de rede e hierarquia urbanas, por considerar suas articulações externas e as dimensões de tamanho e de relacionamentos que definem sua importância. Um segundo aspecto considerado é a dinâmica interna destas áreas urbanas, materializada na extensão territorial da mancha urbana. (CASTELLO BRANCO, 2003, p.2)

A partir das considerações de Rosa Moura em relatório do Observatório das Metrópoles (2013), esta pesquisadora estabelece como definição de metrópole o de “cidade principal de uma região, nó de comando e coordenação de uma rede urbana”; se destacando por características quanto ao “tamanho populacional e econômico, como também pelo desempenho de funções complexas e diversificadas (multifuncionalidade)”; a metrópole “estabelece relações econômicas com outras metrópoles/aglomerações”. Moura se apoia em Milton Santos (1967) para concluir que a metrópole se trata de um elemento “estruturador de toda a rede, pois as relações permanentes para acesso à sua dotação funcional tecem a rede urbana. A complexidade de suas funções assegura uma posição de domínio sobre as demais cidades” (MOURA, 2013) Assim, percebe-se como a conceituação de metrópole, aparece ligada a noção de hierarquia de núcleos urbanos, se colocando como “cidade principal de uma região”, “domínio sobre as demais cidades” e a noção de rede de cidades, como “elemento estruturador de toda a rede”. Assim, tanto a

hierarquia quanto a rede urbana, aparecem como noções fundamentais para se falar de metrópole. Ambas as noções serão posteriormente tratadas, a fim de considerar o estudo da morfogênese da metrópole e do grande espaço urbano de Goiânia, que se constituem como tema central do trabalho.

Na definição de metrópole, também é possível notar a diferenciação entre a natureza da cidade com relação a da metrópole, assentada sobre a noção de função urbana. Destaca-se que os pesquisadores do GAM dizem sobre as “funções urbanas bastante diversificadas e especializadas”, Rosa Moura (2013) diz sobre “funções complexas e diversificadas (multifuncionalidade)” e quando Santos (1967) comenta sobre a “dotação funcional”. Essa questão da função urbana diversificada e polarizada será a constante no tratamento conceitual de metrópole, um dos principais fatores que diferenciam a cidade de metrópole.

1.2. Urbanização e metropolização

Se anteriormente a exposição se deu centralmente na diferenciação entre fenômeno e objeto, no caso de cidade e urbano, aqui se faz entre dois processos, que se diferenciam em termos de natureza, porém mantém a mesma essência. Segundo os referenciais adotados, entenderemos que o processo de metropolização está contido no de urbanização, como se este fosse um processo mais geral enquanto aquele mais específico. Assim a diferença entre esses processos não está na essência, que é a mesma, mas em suas naturezas. (Cf. Milton Santos, 1990).

Paul Singer (1998) pontua que é possível identificar na gênese da urbanização certa diferenciação na ocupação das pessoas que conformavam a comunidade, uma divisão de trabalho. Alguns tinham a tarefa de produzir alimentos e insumos, enquanto uma parcela da população podia usufruir e desempenhar outros papéis, a partir da ótica da economia política da urbanização, este autor percebe a relevância que essa divisão trabalho tem em gerar um outro espaço. Conforme pontuado por John Short (1996), algo que só seria possível mediante uma coerção social, afastando qualquer possibilidade de uma interpretação que naturalizasse ou mesmo que entenda uma certa “evolução” ou “progresso” natural da sociedade ao longo do tempo. Essa coerção social na base dos primórdios da urbanização, é o que garante a produção ser voltada para um excedente, e reserva

a alguns o direito de se apropriar dessa mesma parcela em excesso. Essa exposição sobre as possíveis origens da urbanização, não se exime de uma definição, a partir da qual se articula elementos já mencionados ao tratar da cidade e do urbano, anteriormente. Segundo Maria Isaura Queiroz (1978), a definição de urbanização pode ser descrita como,

aparecimento, crescimento e expansão de centros citadinos, nos quais se concentra uma população que não vive diretamente do trabalho da terra, mas se ocupa com atividades desligadas dele, [...] um processo anterior e independente do processo de industrialização (QUEIROZ, 1978, p.43).

Como bem coloca a autora, o processo de urbanização antecede ao da industrialização, e é relativamente autônomo, já que a urbanização irá se alterar profundamente com a industrialização. Mas se urbanização quer dizer “aparecimento, crescimento e expansão” das cidades, percebe-se como se trata de um conceito que corresponde muito mais a um processo do que a um objeto, pois abarca, a origem e a constante transformação das cidades. Assim, urbanização está intimamente ligado ao conceito de cidade, e não ao conceito de urbano, como uma rápida correspondência entre termos poderia nos suscitar esse equívoco. A urbanização não é o aparecimento, ou alastramento do urbano, ao menos não no sentido conceitual que se atribui a esse termo aqui, pois este encontra-se assentado sobre o processo de industrialização. Segundo os referenciais adotados, de Lefebvre e Castells, o urbano não existe sem a industrialização, ao contrário das cidades e do processo de urbanização, que a antecede em milênios⁶. Assim, o processo de urbanização designa algo mais geral, se aproximando mais do conceito de cidade do que de urbano.

Em outro trecho, M. Sposito, se aproxima da perspectiva de análise que aqui se adota, ela diz:

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas sobretudo porque o

⁶ Tem-se conhecimento de que as origens das cidades está calcada na revolução do Neolítico, ou seja, período em torno de IX milênio a.C. (Cf. SHORT, 1996; Singer, 1998)

desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades. Castells sugere que ao invés de se falar de urbanização, que se fale de produção social das formas espaciais, na perspectiva de apreender "as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade". (SPOSITO, 1988, p.50)

A partir de Castells, temos uma outra acepção do conceito de urbanização, que segundo o autor deveria se suprimir este termo, para que se colocasse em evidência "as relações entre espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade", ou seja, colocar em relevo as relações entre processos espaciais e processos sociais. Aqui se percebe como a urbanização pode ser aferida em uma escala intraurbana, enquanto transformação constante da cidade, não só de incremento populacional, as como uma ação sobre o espaço de processos sociais desde mais gerais, como se mencionou a industrialização, até de processos mais específicos, qual seja, a correspondência entre transformações sociais e espaciais. Sobre esse ponto, Roberto L. Corrêa (1989) faz considerações que esclarecem essa inter-relação entre processos:

Entre processos sociais, de um lado, e as formas sociais, de outro, aparece um elemento mediatizador que viabiliza que os processos sociais originem as formas sociais. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, e que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade. (CORRÊA, 1989, p.36)

Nota-se como Corrêa consegue expor as transformações intraurbanas a partir da ação de agentes que irão materializar no espaço as relações sociais estabelecidas e que estão por sua vez em constante alianças e/ou conflitos no seio social. Mais adiante, na discussão sobre quem seriam esses agentes, terá mais claramente como se dão essas interações entre processos sociais e espaciais. Fazendo coro a essa acepção, David Harvey (p. 34, 1980), faz a conceituação de

cidade como “[...] sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação”. Essa contínua interação, ocasiona, em contínua transformação, seja do espaço urbano, seja da sociedade, diferenciando-se em escala de atuação e alteração de determinados processos em curso. Ao longo de toda exposição percebemos que os autores estão reafirmando a lógica de que é impossível abordar o espaço sem tocar no social, e vice-versa.

Na exposição sobre o conceito de metrópole vimos como este se relaciona de modo inextrincável ao processo de industrialização, pois será com o advento deste processo que surgirão as metrópoles. Assim, o termo urbanização se refere tanto ao aparecimento e difusão do urbano quanto ao processo de surgimento e desenvolvimento/evolução das cidades. A metropolização, por sua vez, se trata de uma nova etapa, ou estágio da urbanização (Cf. Milton Santos, 1996), porém com outra natureza (Cf. Milton Santos, 1990). Assim como se diferenciou metrópole de cidade, a partir de uma mesma essência, ambos um objeto real, assentados no espaço, porém diferentes em suas especificidades, suas naturezas. A cidade é um conceito mais geral, genérico, do que metrópole, que pretende designar um tipo específico de cidade, aquela influenciada pelo processo de metropolização. Aqui se nota a correspondência basilar entre objetos reais e seus processos de surgimento e transformação, qual seja, os vínculos entre cidade → urbanização e metrópole → metropolização.

Apesar de como foi exposto por Queiroz (1978), sobre a independência da urbanização com relação à industrialização, segundo Maria E. Sposito (1988), foi “grande o impulso tomado pela urbanização a partir do pleno desenvolvimento da industrialização. Tomamos aqui o uso do termo urbanização no sentido de aumento da população que vive em cidades em relação à população total” (SPOSITO, 1988, p. 49). Esse sentido mais restrito de urbanização trabalha com uma variável populacional, que sem desprezar a definição de Queiroz (1978), reforça o papel da industrialização não de gerador de urbanização, mas de um importante propulsor, ou motor desse processo. Afinal, será depois da Revolução Industrial, que irão surgir a outra condição das cidades, a de metrópole. Essa é uma condição em que cidades adquirem uma importância significativa na rede urbana de um país, por concentrar e acumular serviços, fluxos, relações e influências diretas e indiretas sobre as demais cidades e metrópoles de um determinado território. Após a mudança da capital para

Brasília em 1960, há um processo de integrar o vasto território, consolidação e de povoamento do centro-oeste, e norte do país

Reconhece-se uma verdadeira “explosão” no processo de urbanização brasileiro, pois na década de 1940, tratava-se de um país predominantemente rural com uma população urbana que correspondia a apenas 26,3% do total de 42 milhões de habitantes. Em números, a população urbana passa de 18,8 milhões em 1940 para mais de 170 milhões em 2010. (Cf. MARICATO, 2002, 2011, 2013; VASCONCELOS, 2015). Em menos de duas décadas, entre 1950 e 1970, inverte sua posição de país rural para uma nação com população de maioria urbana. Reforçando aquilo que foi exposto, para se compreender a metropolização brasileira é necessário passar pelo entendimento da urbanização que ocorre neste país:

As questões atuais que envolvem o espaço metropolitano no Brasil nos remetem ao processo de urbanização acelerado, muito superior ao dos países capitalistas avançados, que marcou a formação da sociedade urbana brasileira. Somente na segunda metade do século 20 a população urbana passou de quase 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Ou seja, a cada ano da última metade do século passado 2.378.291 habitantes eram acrescidos em média à população urbana (RIBEIRO; SILVA; RODRIGUES, 2011, p.181, grifo nosso).

A urbanização em ritmo acelerado destacados pelos pesquisadores na citação anterior, irão preparar e forjar metrópoles que transparecem a condição de sua sociedade que passa por uma mudança brusca do meio rural para o urbano. Sem adentrarmos nas causas desse êxodo rural, temos os dados demográficos de grande incremento populacional, que se explica em grande parte pelas migrações entre estados, de habitantes que saíam da sua condição rural para urbana. O gráfico a seguir transparece esse processo de urbanização acelerado, na segunda metade do século XX, encontrando páreo apenas com o Chile, que ainda sim se mostra menos acentuado do que o ocorrido no Brasil.

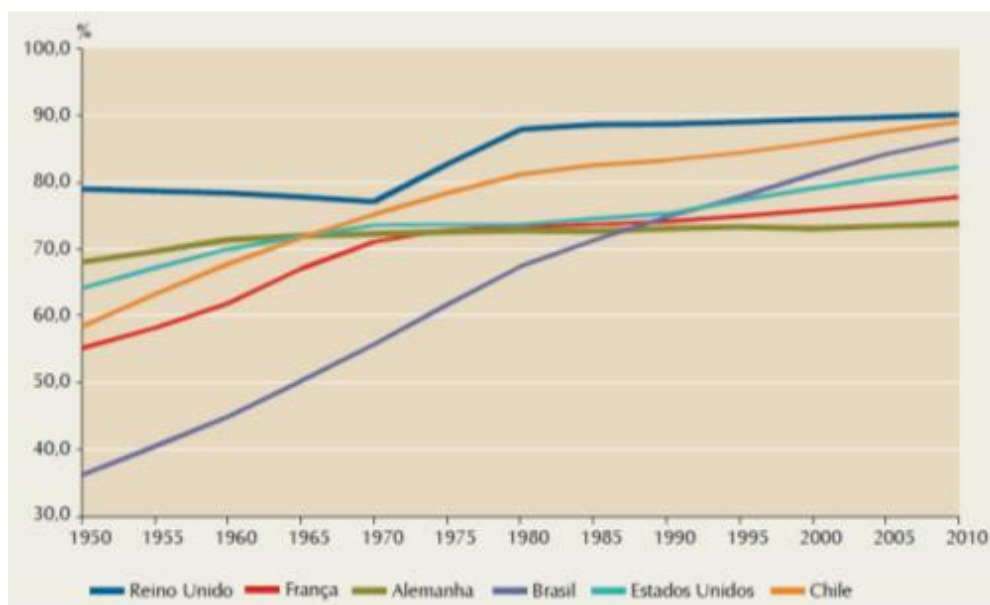


FIGURA 02 – Evolução da população urbana do Brasil e Países selecionados – 1950 – 2010

FONTE: United Nations. Revision Population Database (2007). Elaboração e pesquisa: (RIBEIRO; SILVA; RODRIGUES, 2011).

Será durante esse período de crescimento vertiginoso da população urbana (1950-1980), que o país irá consolidar suas principais metrópoles, as cidades que já exerciam uma centralidade na rede urbana, ou seja, muitas das capitais dos estados de ocupação mais antiga no Brasil, irão acumular um incremento populacional de longe de um processo “natural de transformação de um país que se industrializava, teve sua população rural “retirada” do campo e “atraída” para a cidade. Natan Oliveira (2017, p.1) ressalta que o processo de urbanização brasileiro se comparado a outros países da América Latina: “é um dos que mais rapidamente realizou a passagem de uma população majoritariamente rural para aquela com maior concentração em áreas consideradas urbanas” O gráfico a seguir, retirado de seu estudo, demonstra o que autor diz.

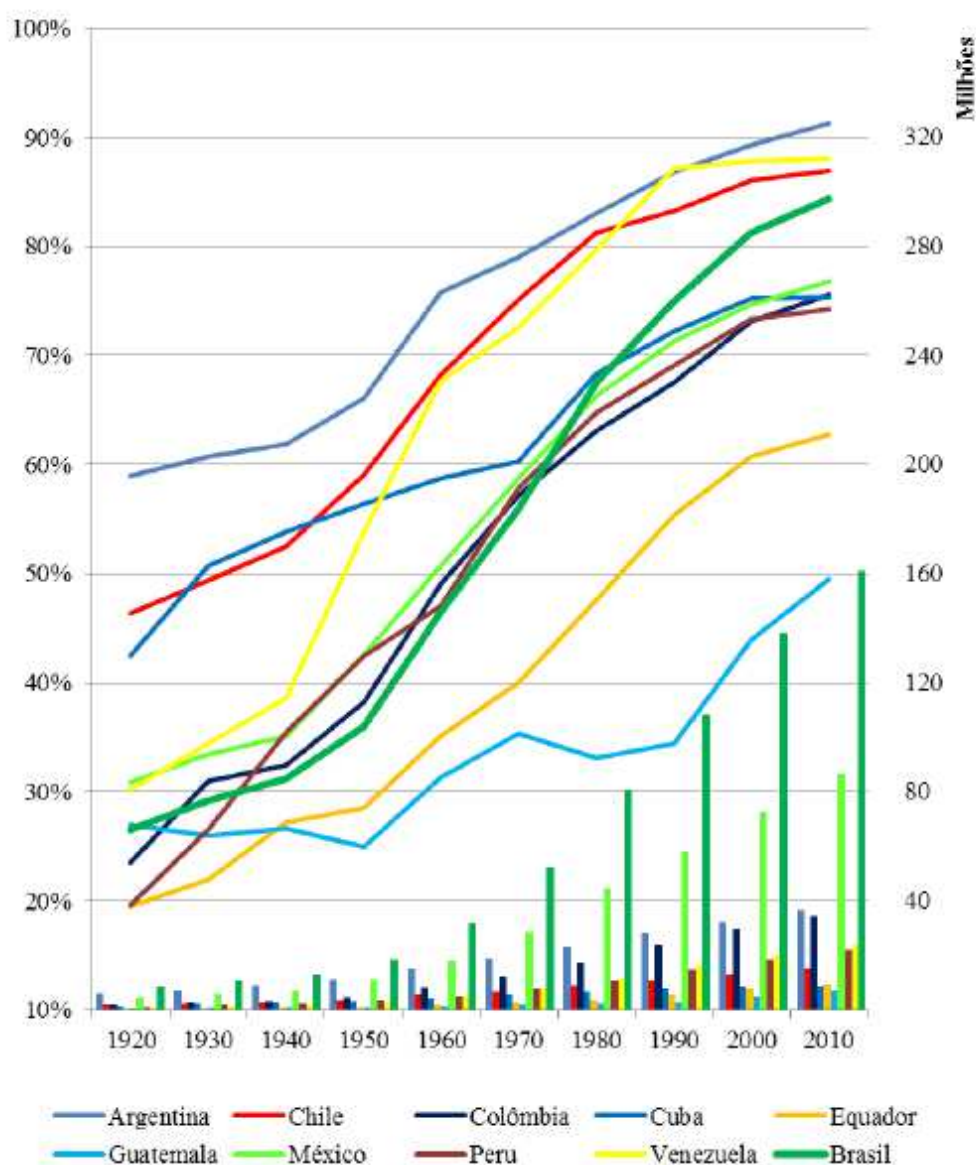


FIGURA 03 – Os 10 países mais populosos da América Latina e suas respectivas taxas de urbanização ao longo do período de 1920 - 2010.

FONTE: Oliveira (2017)

Na imagem a seguir tem-se a noção da transformação territorial ao se elencar os municípios com mais de 50% de população urbana em diversas décadas, a começar da década de 1940. Nessa década o Brasil continha poucos municípios predominantemente urbanos. Ilustra-se também o momento de inflexão dessa urbanização que na década 1970 irá se acentuar e imprimir um ritmo acelerado de urbanização, conforme já comentado. O processo de urbanização/industrialização do Brasil, conforme dito anteriormente tem seus primórdios na política nacional desenvolvimentista de 1930, após a crise mundial de 1929. Posterior a uma outra grande crise capitalista, a do início da década de 1970, irá se ter o que estudiosos

chamam de reestruturação produtiva, que afeta países de diferentes maneiras. No caso brasileiro, a partir de uma leitura de Lipietz (1989)⁷ ocorre na década de 1970, algo que pode ser entendido

[...] a partir do conceito de “fordismo periférico”. Segundo este autor, em alguns países (considerados como periféricos ou do Terceiro Mundo em seu texto de finais dos anos 1980) a industrialização foi financiada por transferências de créditos e de tecnologia provenientes do “fordismo central”, ao mesmo tempo acompanhada de uma explosão urbana. No Brasil, esse fordismo esteve ligado à política de substituição de importações e às exportações de matérias-primas, como ressalta o autor. O que abriu a oportunidade para esse processo em alguns países foi o surgimento, “nos anos 70, da conjunção de um capital local autônomo, de classes médias urbanas relativamente abundantes e de embriões significativos de uma classe operária com experiência” (LIPIETZ, 1989, p.317 apud In: RIBEIRO; SILVA; RODRIGUES, 2011, p.182).

Com essa citação se explicita os laços políticos, econômicos e sociais, na transformação do território brasileiro com a intensificação da urbanização a partir do fordismo periférico, aquilo que alguns chamam um período em que a urbanização brasileira irá tomar mais características de metropolização.

O resultado da reestruturação sócio-espacial contemporânea foi a produção de desenvolvimento desigual. Embora esse conceito, na forma como é aqui usado, envolva ao mesmo tempo uma dimensão espacial e uma social, seu traço mais importante é o tributo em vidas pessoais, cobrado pelos aspectos de natureza injusta e de design desumanizado que a produção de espaço apresenta sobre as relações sociais existentes. (GOTTDIENER, p.33, 1993)

⁷ LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. Ensaios FEE, Porto Alegre: FEE, v.10, n.2, p.303-335, 1989.

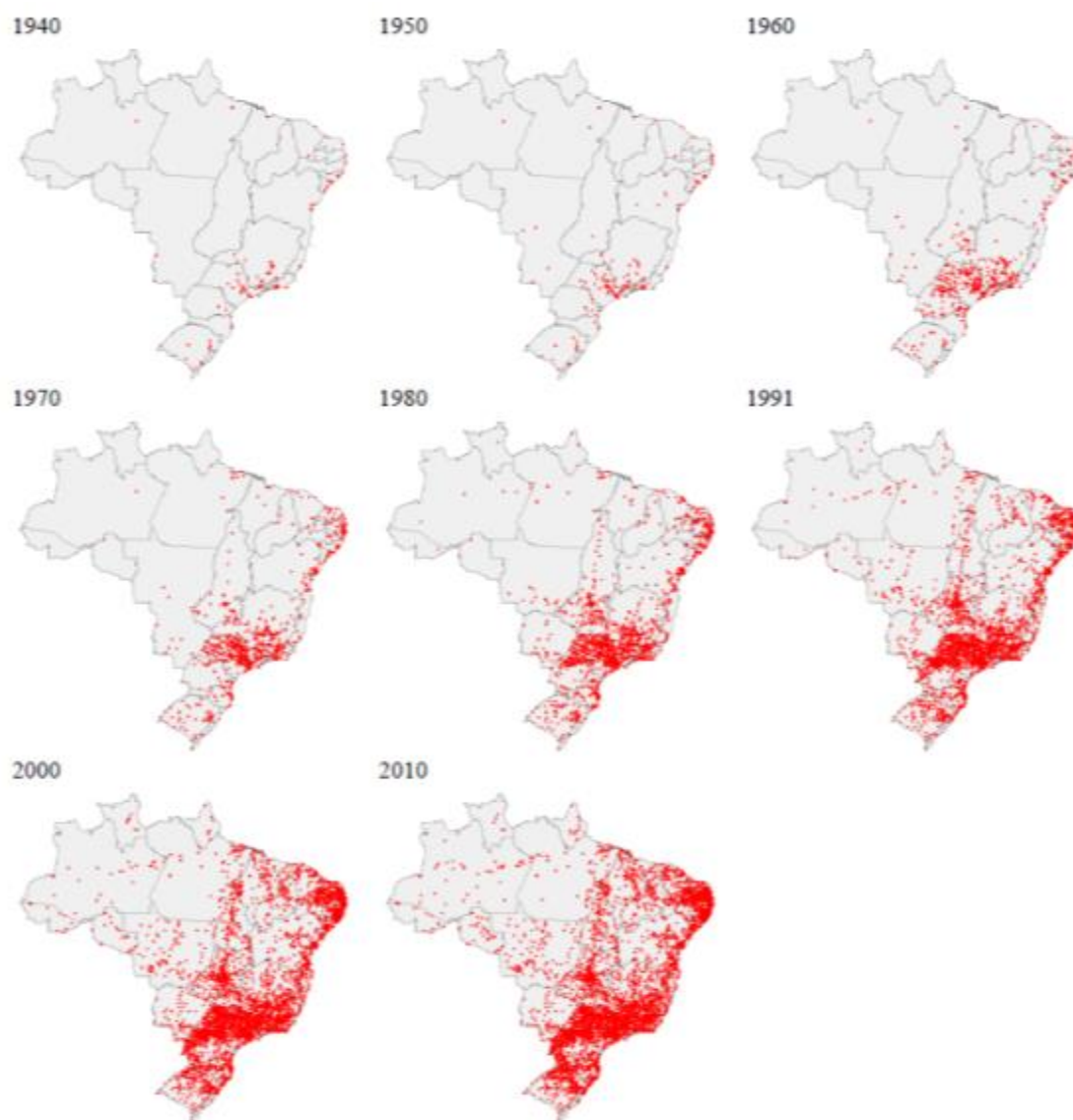


FIGURA 04 – Municípios brasileiros com 50% ou mais de população urbana entre os anos de 1940- 2010
FONTE: Oliveira (2017)

A transformação da ocupação do território nacional que percebemos com a sequência de mapas acima, ilustra em uma escala macro o processo de urbanização em sua acentuada manifestação pelo território brasileiro, em sete décadas o território nacional se modifica abruptamente conforme os gráficos anteriores e a sequência de mapas. De modo muito superficial, toca-se na questão do processo de difusão do urbano e do crescimento das cidades brasileiras, um resultado que segundo Ribeiro, Silva e Rodrigues (2011, p.182) trata-se de “uma conjunção de intervenções políticas, econômicas e sociais que transformou o

território brasileiro e determinou o predomínio do urbano”. Nosso processo de ocupação do território pode ser entendido de modo sucinto, como destacado por Nathan B. Oliveira (2017), inicia no Nordeste brasileiro:

no litoral – de ocupação europeia mais antiga; no Sudeste – em especial no Estado de São Paulo; e no Sul – sobretudo na fronteira com a Argentina e o Paraguai. Desde aí, interioriza-se por meio dos grandes eixos de transporte, em particular as rodovias federais. (OLIVEIRA, p.3, 2017)

O papel que as vias possuem na estruturação do espaço urbano, fica evidente na sequência de mapas anterior, a exemplo da implantação da BR 153 pavimentada em 1959 (CASTILHO, 2017) mas que a partir de 1970, estabelece um eixo visível, uma linha de cidades que acompanham seu traçado do centro ao norte do país.

Sobre a urbanização atual observa-se alguns dados oficiais que apontam que já são mais de 80% da população brasileira vivendo em cidades, de acordo com o Censo 2010, “em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora [2010] são 84%” (IBGE, 2010). Embora a população do país tenha crescido cerca de 1,6 milhão de pessoas entre 2016 e 2017, passando de 206,1 milhões para 207,7 milhões, a taxa de crescimento populacional (0,77%) vem desacelerando, nos últimos anos, em razão principalmente da queda na taxa de fecundidade. Com isso, a projeção demográfica estima que daqui a 26 anos (entre 2042 e 2043), a população vai atingir seu limite máximo (228,4 milhões), e passará a decrescer nos anos seguintes (IBGE, 2017).

As Estimativas de População dos municípios [...] mostram que quase um quarto dos 5.570 municípios brasileiros (1.364 municípios) tiveram redução populacional. Além disso, em mais da metade deles (3.130), as taxas de crescimento populacional foram inferiores a 1%, e em apenas 207 municípios (3,7% do total) o aumento foi igual ou superior a 2%. (IBGE, 2017)

A redução populacional concentra-se, principalmente, no grupo de municípios com até 20 mil habitantes (32,4% ou 1.233 municípios), já que aqueles com mais de 100 mil a um milhão de habitantes tiveram a maior proporção de municípios com crescimento acima de 1% (40,3% ou 118). Nove dos dezessete municípios com mais de um milhão de habitantes tiveram taxas de crescimento entre 0,5% e 1% ao ano. A diminuição de habitantes ocorre com mais frequência na região Sul, enquanto no Norte e o Centro-Oeste estão as maiores proporções de municípios com taxas de crescimento acima de 1%. Há também que se destacar um processo de concentração populacional, pois “Em 2017, pouco mais da metade da população brasileira (56,5% ou 117,2 milhões de habitantes) vive em apenas 5,6% dos municípios (310), que são aqueles com mais de 100 mil habitantes.” (IBGE, 2017) Esses dados correspondem à uma projeção elaborada pelo IBGE, para o ano de 2017, delineando a tendência brasileira de ocupar aglomerações classificadas como cidades médias e grandes, dado o contingente populacional de “mais de 100 mil habitantes”. Invertendo os dados, percebe-se a dimensão da concentração populacional em médios e grandes centros. Menos da metade (43,5% ou 90,2 milhões de habitantes) vive em 94,4% dos municípios (5.225). A desigualdade como vemos também caracteriza a distribuição da população, concentrada em núcleos de médio e grande porte.

Esse processo de urbanização contemporâneo, evidentemente, relaciona-se com o da metropolização, pois a tendência da população brasileira de continuar se concentrando nas grandes cidades reforçam o crescimento de metrópoles e outras cidades de porte grande e médio. Como já se destacou a diferença entre a natureza da cidade para a da metrópole, chama-se atenção para a diferença entre o processo de institucionalização das regiões metropolitanas, tanto para demonstrar o descompasso entre a oficialização e o fenômeno metropolitano, quanto para se ilustrar como o nosso território se organiza atualmente a partir dessas regiões.

Em paralelo, ao processo abrangente de metropolização do espaço, intimamente relacionado à reestruturação produtiva e ao advento da globalização, ao menos na realidade brasileira, um modo de compreendermos como a criação de metrópoles se torna uma política nacional de integração e desenvolvimento territorial, nos atentamos a uma breve incursão sobre a como o estado tem trabalho a questão metropolitana, a começar pelas institucionalização de regiões

metropolitanas. Institucionalmente falando, a oficialização das Regiões Metropolitanas, trará algumas contradições ao longo do tempo. A principal contradição será a de “criar metrópoles” que não possuem natureza metropolitana, ou seja, existem mais metrópoles “criadas” em nosso território do que de fato cidades ou aglomerações sob o efeito da metropolização. A causa desse descompasso, é aquilo que Villaça (2001) coloca como sendo os dois tipos de Regiões Metropolitanas (RM), as do IBGE e a dos estados. Seguindo a perspectiva da institucionalização, notamos essas duas fases que nos fala o arquiteto:

a primeira, no fim da década de 1960 e durante a de 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como locus desse processo; a segunda etapa iniciada com a Constituição Federal do Brasil, de 1988, que facultou aos estados a competência de criar regiões metropolitanas. (IBGE, 2016, p.16).

O processo brasileiro de institucionalização das regiões metropolitanas, também não deixa de ser peculiar, pois chegamos em 2018 com mais de 70 RMs, sendo que dessas, grande parte não possuem uma natureza metropolitana. De acordo com o estudo⁸ do Observatório das Metrópoles (2012) sobre a integração nos 945 municípios das 59 RMs/RIDEs/AUs existentes na data da pesquisa, apenas 12 municípios apresentavam características de metropolização. Em um estudo sobre a periodização das institucionalizações empreendido por Oliveira (2017) é possível conferir como se deu essa enorme difusão de RMs pelo território brasileiro. A começar pelas nove primeiras RMs institucionalizadas na primeira fase, na década de 1970 conforme mencionado anteriormente. Como demonstra os mapas a seguir, a década de 1980, não há a criação de nenhuma RM, fato este, atribuído pelo pesquisador como sendo um “descrédito gerado pela proposta ‘tecnocrática’, além de sua ligação ao autoritarismo do regime passado” (OLIVEIRA, 2017, p.7). Nas palavras do autor, [...] na década de 1990, com o “ressurgimento do planejamento aos moldes do neoliberalismo e do ‘plano estratégico’” são criadas 14 RMs. (Cf.

⁸ Relatório de pesquisa denominado “Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização”.

Oliveira, 2017) O autor destaca que nesse momento, não se teve tanto impacto, se comparada com a década seguinte, quando há uma piora significativa com relação a delimitação dessas regiões. Entre 2000 e 2015, segundo N. Oliveira, Devido a ações da União em destinar recursos de seu orçamento a RM – na verdade, para os grandes núcleos urbanos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente no segundo governo Lula, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – e também políticas públicas como a que estabelece uma única tarifa telefônica para Municípios que integrantes de determinada RM, além do desconhecimento da RM como ferramenta de planejamento e a falta de orientações nacionais sobre o tema, há a criação, sem critérios, de 45 RM. (OLIVEIRA, 2017, p.7-8)

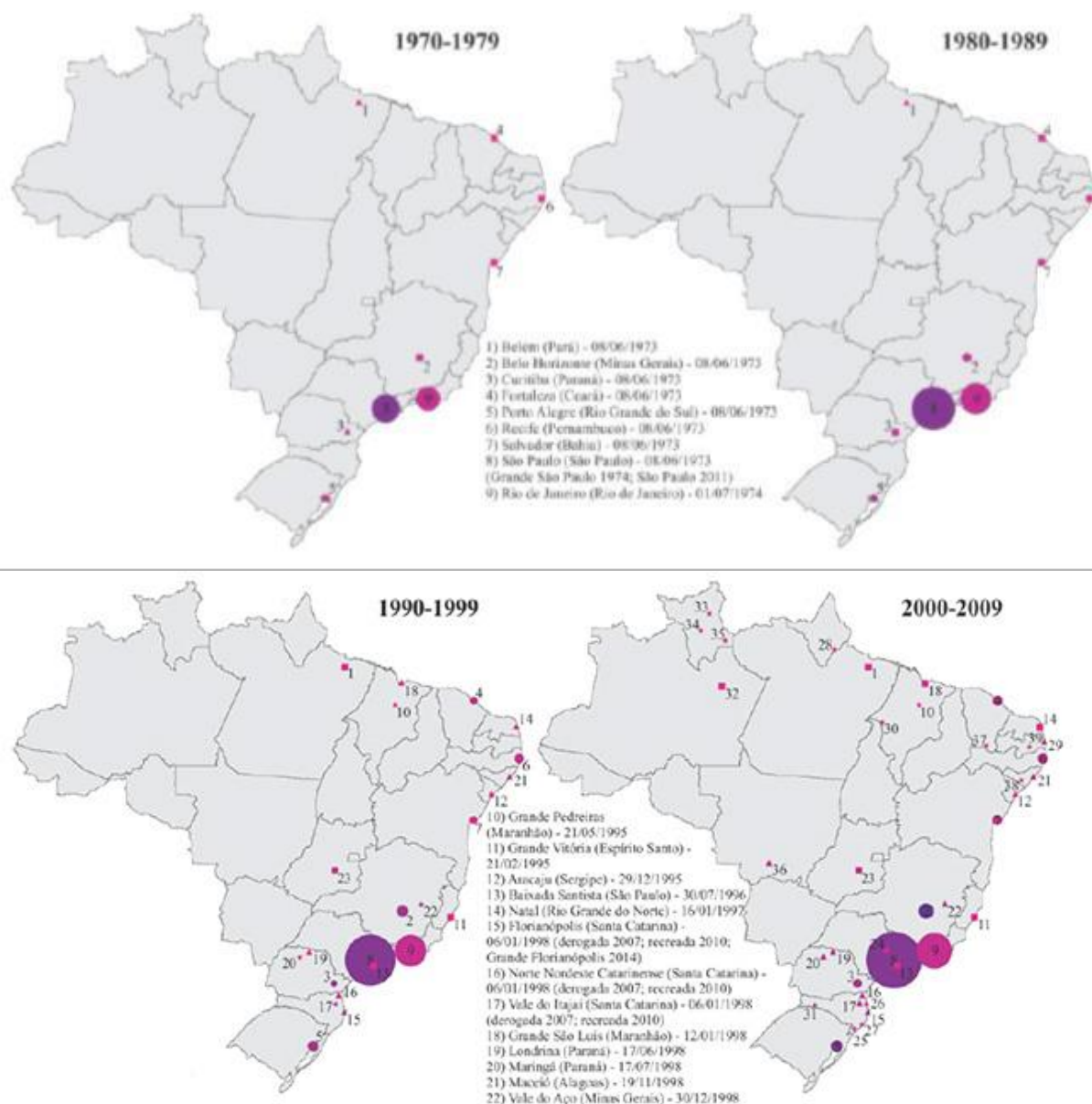


FIGURA 05 – INTITUCIONALIZAÇÃO DAS RMs EM UMA SEQUENCIA DE MAPAS DO PERÍODO DE 1970-2009. FONTE: BRASIL (2016). Pesquisa e elaboração: Natan Oliveira (2017)

Assim, totalizando 68 RMs em 2015, com as mais profundas diferenças, como observa Oliveira (2017), entre aquelas com milhões de habitantes, conurbações, e outras com cidades com alguns milhares de pessoas, separadas por quilômetros de territórios rurais umas das outras, até mesmo com a presença de selva, temos um quadro adverso atualmente. Mesmo com a aprovação do Estatuto da Metrópole, Lei Federal nº. 13.089, de 12 de janeiro de 2015, essas adversidades tendem a perdurar, já que atualmente temos ao todo 74 RMs. No mapa a seguir percebe-se

como há uma grande concentração na região Nordeste, com destaque para Paraíba com 12 RMs e no sul do país, principalmente em Santa Catarina com 11 RMs.

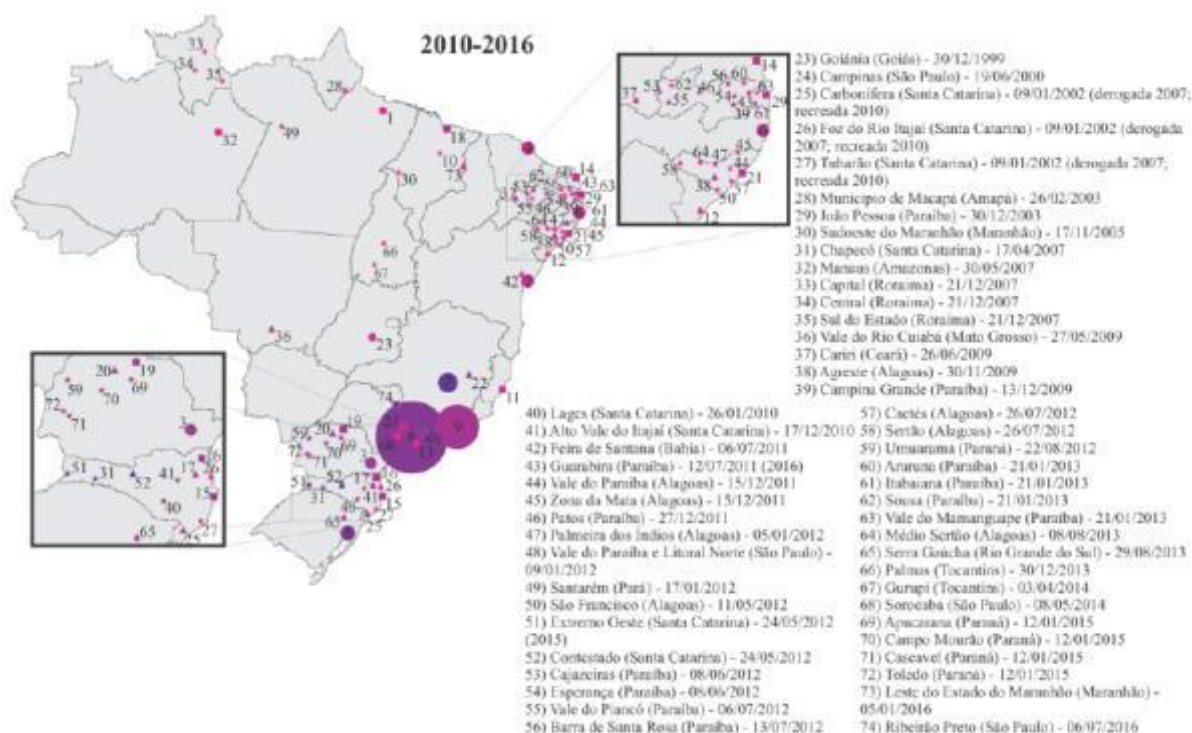


FIGURA 06 - INTITUCIONALIZAÇÃO DAS RMs NO PERÍODO DE 2010-2016

FONTE: BRASIL (2016). Pesquisa e elaboração: Natan Oliveira (2017)

Essa breve incursão sobre a atualidade de nossas RMs, foi para estabelecer um panorama da complexidade que enseja nosso território de proporções continentais, quando abordado o tema da institucionalização de regiões metropolitanas. Vemos que há um descompasso entre o que se tem como oficializado, daquilo que realmente representa aglomerados urbanos sob o efeito da metropolização.

A metropolização é definida por Milton Santos como o “momento mais avançado da urbanização, mas com natureza diferente”; a metrópole emerge da dinâmica da economia global; uma “metrópole corporativa”, a serviço das empresas hegemônicas; mais preocupadas com a eliminação das deseconomias⁹ urbanas que com a produção de serviços sociais e do bem-estar coletivo. (Cf. SANTOS, 1990) Esse estágio novo da urbanização, é quando surge uma outra escala nos termos de concentração populacional, extensão em área construída, funções urbanas. Desse

⁹ Roberto L. Corrêa (2000, p.39) esclarece com exemplos de deseconomia: “o congestionamento do tráfego, a ausência de áreas para expansão ou o alto preço da terra”.

modo, observamos como a metropolização transcende as discussões acerca da configuração territorial, mas estas não deixam de ser importantes índices de que há uma forte interação e integração entre municípios, que poderão apresentar ou não continuidade territorial. Assim, as descontinuidades do território, podem esconder essa integração da metropolização, porém a atenção sobre como funciona determinado espaço, não deixarão dúvidas sobre os efeitos dessa “urbanização de natureza diferente” que é a metropolização.

A formação da “cidade-região”, nas palavras de Patrick Geddes em “Cidades em Evolução” (1915), refere-se a uma urbanização de nível regional, abarcando uma área significativa do território nacional, como na Grande Londres, mencionada pelo autor, ou no Brasil, nos casos da metrópole paulista e carioca, conforme pontua Sandra Lencioni, dentre outros. O período em que Geddes escreve ainda se estava formando, ou nas palavras de Pedro Vasconcelos (2015, p.17), institucionalizando as ciências sociais (1870-1923), sendo que este autor, um biólogo, ou ainda, um polímata como dizia Peter Hall, confere também a nomenclatura até hoje utilizada para a fusão de cidades: a conurbação. Porém, a escala das transformações observadas na capital inglesa não se aplica ou se assemelha às transformações observadas na metropolização goiana, sendo Goiânia classificada apenas como metrópole, e não uma cidade-região.

Na metrópole goiana essa lógica da urbanização em escala regional ainda se encontra de modo incipiente, podendo ser destacados elementos que sugerem essa escala de urbanização, como o deslocamento para trabalho e o consumo de serviços e produtos efetuados por população originária de diversas cidades do entorno de Goiânia, como bem destaca Tadeu Arrais (2008),

a oferta de emprego em Goiânia, por exemplo, é determinada por um conjunto de fatores, dentre os quais a concentração de serviços, comércio, indústrias, fator estimulado pela sua condição de capital. É através da oferta de emprego, serviços e bens de consumo duráveis e não duráveis que Goiânia se relaciona com os demais municípios de sua região. Essa oferta atinge de diferentes maneiras o espaço urbano de Goiânia e o espaço urbano dos demais municípios que compõem a Região

Metropolitana de Goiânia. Em Goiânia, a oferta de emprego interfere, entre outros pontos, na economia da cidade, gerando renda e tributos que podem ser revertidos para políticas de infraestrutura urbana, moradia, programas sociais, custeio da máquina governamental e pagamento do funcionalismo. Já para os demais municípios, a oferta de emprego em Goiânia estimula o deslocamento diário de pessoas e a consequente drenagem de renda para a capital, já que os gastos diários dos trabalhadores, bem como parte dos impostos dos empregadores são recolhidos na base territorial da capital. Nesse caso, o emprego da terminologia urbano-regional é plenamente justificável. (ARRAIS, 2008, p.83)

A metrópole Goiânia está inserida em um contexto que se pretende tocar de modo sucinto, levantando alguns aspectos de seu entorno, e também na questão da institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia. A Região Metropolitana (RM) de Goiânia foi instituída por meio da Lei Complementar Estadual (LCE) nº 27 de 1999, a qual reorganizou o aglomerado urbano de Goiânia, instituído em 1980 com oito municípios. Atualmente, compõem a RM de Goiânia vinte municípios, conforme a LCE nº 78 de 2010, em uma área de 7.397,203 km². (IPEA, 2015)

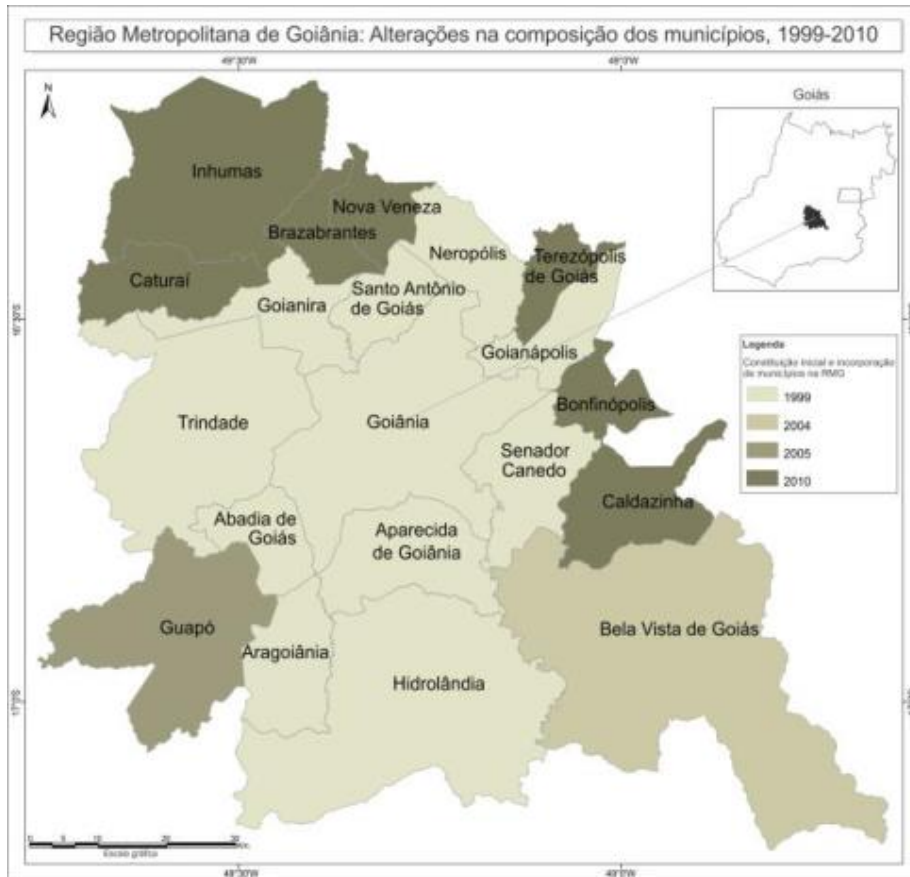


FIGURA 07 – Composição da RMG. Fonte: PDIRMG (2016)

O objeto, um grande espaço urbano, com mais de 2 milhões de pessoas, se insere no “topo da hierarquia urbana” (CASTELLO BRANCO, 2003), no caso em particular, a região Metropolitana de Goiânia. A propensão à expansão das nossas cidades, como observou Stael Costa (2006) assemelha-se a um “processo sem fim”. O processo de crescimento das cidades e é para tentar compreender essa expansão que pretendeu-se destacar aqui, os processos que geram esse crescimento e a forma urbana resultante. Que tipo de cidade estão produzindo, em especial, na Região Metropolitana de Goiânia? Quais são os vetores de expansão? As direções do crescimento seguem as premissas de quais agentes da produção do espaço? Essas e outras perguntas, alimentaram a pesquisa sobre as transformações recentes dessa metrópole regional.

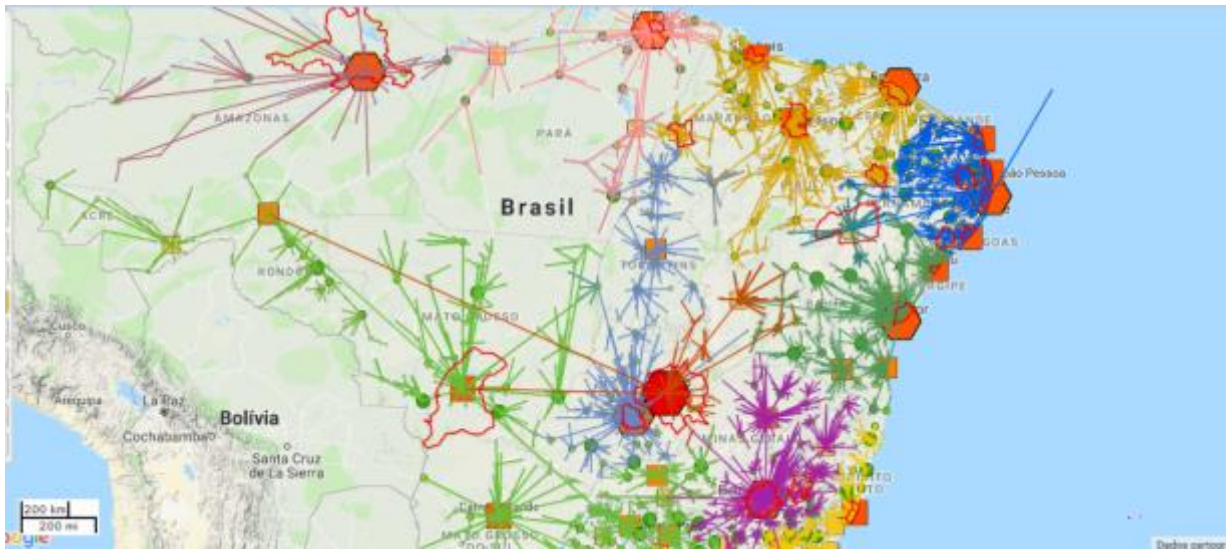


FIGURA 08 - A região de Influência de Goiânia em azul claro, mostra como abrange cidades no Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso
<http://visualizador.inde.gov.br/VisualizaCamada/242>

Goiânia e sua rede urbana concentram 3,5% da população e 2,8% do PIB nacional. Goiânia concentra 30,2% da população, e 29,7% do PIB da rede; possui PIB per capita de R\$ 9,2 mil, e é o único caso de centro com este valor inferior ao do restante da rede, que é de R\$ 9,5 mil. Abrange os Estados de Goiás e Tocantins, tendo ainda alguma penetração no Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso. Fazem parte da rede de Goiânia: Palmas (Capital regional B); Araguaína (Capital regional C); Anápolis, Itumbiara, Rio Verde e Redenção (Centros sub-regionais A); e Balsas e Gurupi (Centros sub-regionais B). (IBGE, 2008)

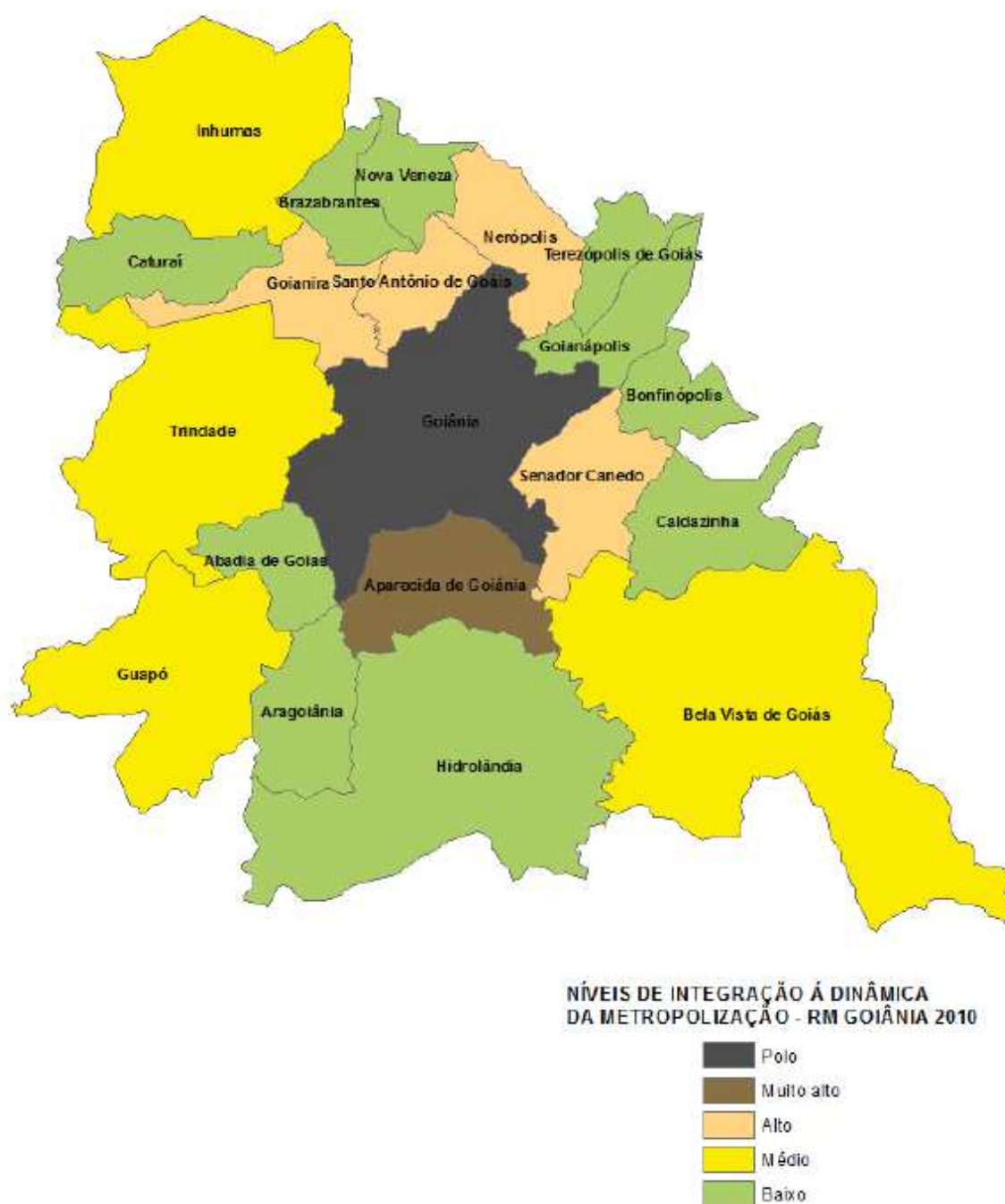


FIGURA 09 – Níveis de integração da RMG. Fonte: Base cartográfica IBGE (2010)
Elaboração: IPARDES: Observatório das Metrôpoles (2012)

Esse estudo sobre níveis de integração à dinâmica da metropolização, trabalhou no sentido de identificar o processo de metropolização a nível municipal nas unidades institucionalizadas como regiões metropolitanas, conseguindo distinguir entre as regiões criadas pelos estados e as regiões que correspondem a municípios efetivamente engendrados no processo de metropolização. A isso atribuíram uma “natureza metropolitana” a certas unidades,

A metodologia de elaboração dos níveis de integração dos municípios utilizou dois procedimentos analíticos: Análise por Componentes Principais (ACP) e Análise de Cluster por Classificação Hierárquica Ascendente. (OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES, p.13, 2012) Não se entrará na discussão dos procedimentos, apenas pontuar que para a composição da ACP, foram determinados certos quesitos que formariam assim o grupo de componentes principais de se analisar a integração dos municípios ao processo de metropolização. Para a ACP, utilizou-se 9 variáveis: população, taxa de crescimento populacional, grau de urbanização, percentual de trabalhadores em ocupações não-agrícolas, densidade populacional dos setores urbanos, Produto Interno Bruto (PIB), Total de rendimentos, entrada e saída por movimento pendular e porcentagem de entrada e saída de movimento pendular.

As relações medidas nesse estudo mostram a correspondência das cidades classificadas com um nível de integração muito alta, e alta, em sua maioria compõem o objeto de estudo, as cidades espacialmente conurbadas. O movimento pendular mencionado composição da ACP, revela o movimento diário de pessoas que vivem em uma cidade, mas trabalham, estudam, ou exercem alguma atividade que requer o deslocamento intermunicipal.

Uma maneira de aferir essa integração é trazer as contribuições de Lenadro Lima (2014) em sua tese sobre a produção do espaço metropolitano na RMG, em que destaca o mercado imobiliário agindo em praticamente todas as cidades desta RM. A atuação de agentes imobiliários integram as cidades através do território, e confirmam o estudo anterior sobre a integração medida através de alguns atributos. Pode-se inferir que tal integração é resultado e um incentivo para a atividade imobiliária na produção do espaço da metrópole goiana. Os mapas reproduzidos de forma reduzida, apenas ilustram essa questão, mostrando a atividade de imobiliárias na RMG no primeiro, e da produção de condomínios de chácaras, para segunda residência principalmente, o segundo.

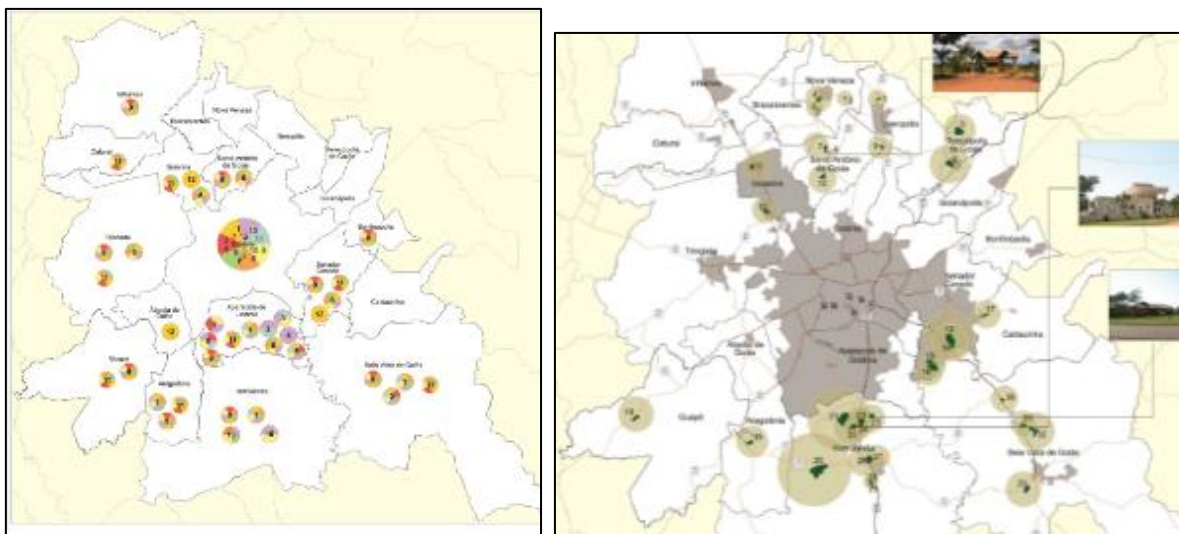


FIGURA 10 – Produção e integração do espaço metropolitano através do mercado imobiliário. Atuação de Imobiliárias da RMG e Condomínios de chácaras em diversas cidades da RMG respectivamente. Fonte: Leandro Lima (2014)

Outra aproximação dessa realidade urbano-regional, de que nos fala Arrais (2008), é a questão do mercado imobiliário, que impõe uma integração da Região Metropolitana de Goiânia, através da comercialização da terra, inversão de terra rural em urbana, como na proliferação recente de condomínios de chácaras, estudado na tese de Leandro Lima (2014), capaz de conectar territórios que distam mais de 30 km da capital. Assim, delineamos um quadro complexo de análise, pois a metrópole goiana exerce influência sobre diversos municípios, apresentando integração, com altos índices de fluxos de informações, pessoas, mercadoria, ainda que com descontinuidade territorial. O processo de produção do espaço metropolitano, enfoque do trabalho de Lima (2014) demonstra essa integração e aponta para processos que transcendem o município de Goiânia. A extensão da área urbana de Goiânia se aproxima daquilo que Maria Castello Branco (2003) cunhou como “espaço urbano”, uma noção que privilegia a integração e não os contornos do município ou limites político-administrativos. Com intuito de viabilizar o desenvolvimento desses enfoques, passa-se para a contribuição da Morfologia Urbana para o presente estudo.

2. MORFOLOGIA URBANA E DISCUSSÃO METODOLÓGICA

2.1. Morfologia Urbana – um campo interdisciplinar de pesquisa e conhecimento

Em um primeiro momento, o termo Morfologia Urbana, pode suscitar a uma simples definição de uma disciplina comprometida com a análise ou estudo da forma urbana. Esta é uma verdade parcial, pois de fato o objeto em questão trata-se da forma urbana, mas isso não diz nada sobre do que se trata tal estudo. Ao se adentrar nos estudos sobre a forma urbana, e seus vínculos com diversas disciplinas próximas aos estudos urbanos, depara-se com uma grande quantidade de visões e contribuições. Diante da profusão de temas, formulações teóricas e abordagens sobre a Morfologia Urbana, tem-se a consolidação de campo interdisciplinar de conhecimento (MOUDON, 1997).

Gauthier (2004) identifica as primeiras referências à forma física das cidades enquanto fonte potencial de conhecimento sobre sua história e contribuição à história da sociedade francesa, aponta como um precursor Quartermère de Quincy, em 1832, ao se referir a plantas e a mapas de cidades produzidos durante o período bonapartista, na qual baseia suas proposições sobre desenho e planejamento das cidades. Na Alemanha há a contribuições de Stubben e Fritz, que tomam o tecido urbano como unidade morfológica básica de composição da cidade, articulação de um traçado viário, um parcelamento e uma ocupação edilícia que respondem às mesmas regras compositivas.

A pesquisadora Anne Moudon (1997) cita as três principais “escolas”, ou mesmo linhas de pesquisa, divididas segundo os seus principais colaboradores, são elas a Escola italiana, também conhecida como (tipo-morfológica) – em que aparece o precursor Savério Muratori, que propõe uma “história operativa” a fim de sistematizar o estudo histórico dos tipos arquitetônicos, como forma de análise dos tecidos urbanos, tendo como principais discípulos Carlo Aymonino, Gian Franco Canniggia, Gian Luigi Maffei e Aldo Rossi.

A segunda escola, a Inglesa tem como fundador o alemão M. R. G. Conzen, e suas contribuições no estudo de cidades inglesas a partir de plantas unitárias – elaborando um método de descrição e análise, delimitando áreas unitárias ou regiões morfológicas, aparecendo seguidores e colaboradores como Jeremy

Whitehand, Terry Slater, Ivor Samuels, pesquisa da forma urbana baseada em objeto. Pesquisa da forma urbana baseada em espaço, L. Martin, L. March, P. Steadman, estudos geométricos e topológicos urbanos, posteriormente, B. Hillier e J. Hanson e recentemente, M. Batty. E por último a escola Francesa, que é influenciada pela italiana, em que prevalece a análise da tipo-morfologia, tendo como principais representantes J. Castex, P. Panerai, J. Depaule, P. Céleste, tencionando uma autonomia disciplinar para estudo da forma urbana (CASTEX, 1983) e dentro da geografia francesa nomes como Roncayolo e Rouleau.

Esse campo, segundo pesquisadores (GEROSA, 1999; CONZEN, 1998; WHITEHAND, 1999) demanda por uma melhor elucidação dos fundamentos filosóficos e epistemológicos adotados em meio a diversidade de contribuições. A sistematização da morfologia urbana em possíveis três escolas de pensamento (MOUDON, 1997), escola inglesa, italiana e francesa, parece ser um recurso mais didático do que teórico, de delimitar as diferenças e proximidades que existem entre essas três “correntes”. Essa diferenciação é útil até certo ponto introdutório ao conhecimento acerca da pesquisa da forma urbana, mas depois passa a esconder as possíveis diferenciações internas a cada corrente, e mais, as proximidades que existem entre elas.

A partir de outro enfoque, o de revelar as bases filosóficas e epistemológicas em diferentes pesquisadores da forma urbana, abre-se a possibilidade de outra classificação. Nessa direção, um artigo de Gauthier e Gilliland (2006) tenta “melhorar a inteligibilidade” nesse campo, elaborando uma análise em dois níveis: o primeiro distinguindo entre abordagens cognitivas e normativas, e o segundo diferenciando entre as contribuições “internalistas” e “externalistas”. Os autores colocam esses termos para explicitar o posicionamento dos diferentes pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento que se encontram nesse campo comum, o da Morfologia Urbana, que possuem um objeto de estudo em comum, a forma urbana. Gauthier e Gilliland (2006) admitem uma gradação, e ainda um reposicionamento de autores que ao longo do tempo alteram o enfoque de sua produção e pensamento sobre a forma urbana, as vezes saindo de uma abordagem cognitiva para a normativa. Não se trata, portanto, de uma classificação estanque, como se reduzissem os estudos e os estudiosos da morfologia urbana a quatro tipos apenas. Os autores propõem na verdade quatro balizas para se pensar a produção de conhecimento sobre a forma

urbana. Dito isso, passa-se para a divisão em dois níveis de análise das abordagens sobre forma urbana, em um primeiro nível diferencia-se,

studies that are aimed at providing explanations or developing explanatory frameworks or both (i.e. cognitive contributions); and secondly, there are studies aimed at determining the modalities according to which the city should be planned or built in the future (i.e. normative contributions). (GAUTHIER e GILLILAND, p.42, 2006)

Essa distinção entre uma abordagem cognitiva e normativa consegue traçar uma distinção entre duas diferentes visões presentes em vários pesquisadores, que tomam o estudo sobre a forma urbana como um meio de contribuir para o entendimento desse fenômeno. Os estudos cognitivos propõem pensar, discutir, analisar, enquanto os normativos pretendem delinear um planejamento e mesmo como deveria se constituir e construir tal forma urbana. Aqui nesse estudo se privilegia um estudo da forma urbana alinhada a uma abordagem cognitiva, que pretende analisar as origens da metrópole na transformação da forma urbana de Goiânia.

Em segundo nível de classificação, Gauthier e Gilliland (2006) diferem as contribuições “internalistas” das “externalistas”, ou seja, a partir do “status epistêmico” uns irão explicar a forma urbana a partir de relações e processos internos, reservando certa “autonomia” a esse sistema, daqueles que entendem que há uma interdependência entre diversos fatores externos a forma urbana em si, que exercem influência, condicionando e determinando a forma urbana. Explicando esse segundo nível de análise,

each contribution is sorted according to the epistemic status conferred to urban form: by distinguishing between contributions that consider urban form as a relatively independent system, and contributions in which urban form stands as a dependent variable, or passive product of various external determinants. (GAUTHIER e GILLILAND, 2006, p.44).

Com base nessas classificações os autores enquadram uma gama vasta de autores do campo da morfologia urbana, provindos de diferentes disciplinas do

conhecimento humano, reconhecendo que o objeto de estudo em comum, a forma urbana, assume nesses estudos diferentes contornos e embasamentos filosóficos e epistemológicos.

O presente estudo situa-se em uma abordagem cognitiva, com a intenção de compreender a transição morfológica da cidade em metrópole, processo pelo qual forma urbana apresenta transformações que sugerem uma outra condição morfológica. Essas transformações não são vistas como inerentes à forma urbana, mas são provocadas por agentes externos, caracterizando uma perspectiva externalista na qual a produção social do espaço é evidenciada.

2.1.1. Forma urbana como processo socioespacial – morfogênese da metrópole

Nessa seção busca-se relacionar as duas principais matrizes teóricas desenvolvidas pelo trabalho, a da produção social do espaço e da Morfologia Urbana, apontando suas congruências e mesmo equivalências na perspectiva de analisar o espaço urbano enquanto um produto social em constante processo de transformação. Desse modo, veremos que a teoria da produção do espaço, cunhada e sistematizada pelo filósofo Henri Lefebvre e apropriada e desenvolvida entre outros pelo sociólogo Mark Gottdiener, fornece um instrumental analítico das transformações socioespaciais em curso, que somadas ao referencial da Morfologia Urbana, se materializa em um estudo que privilegia a compreensão da transição morfológica da cidade em metrópole.

Entende-se que a forma urbana é um produto das interações da sociedade com o espaço, no sentido de que espaço e sociedade se influenciam mutuamente bem como acentua Villaça (2001). Assim, podemos trabalhar com processos e formas socioespaciais¹⁰ (Cf. VASCONCELOS, 2013) para identificar essa interação mútua na forma e no conteúdo da cidade, sendo assim, capazes de identificar certos processos e forma urbana que podem evidenciar a passagem da cidade para condição de metrópole. A estrutura intraurbana vista como um processo em

¹⁰ O sentido desse termo é dado na Introdução do livro: A cidade contemporânea (2013), “às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (levando em conta a articulação dialética de ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um)”.

constante mudança, tem uma duração lenta como observa Villaça (2001) as alterações na estrutura da cidade podem levar décadas, as vezes séculos para se consolidar. Dito isso, é preciso examinar o processo de estruturação intraurbana, se possível o dividindo em períodos para melhor apreensão das transformações em curso.

Seguindo as contribuições de Saint-Claire Trindade Júnior (1998, p.23, apud FERREIRA, 2011, p.98) as formas urbanas são “elementos produzidos socialmente, ou que adquirem uma existência social, a partir do sentido que as relações lhe atribuem. Dessa maneira, as formas espaciais contêm a sociedade, não sendo, portanto, simplesmente formas, mas formas-conteúdos”. Essa discussão de forma-conteúdo, remete às contribuições de Henri Lefebvre quando resgata as categorias forma, função e estrutura, para criticar a abordagem estruturalista. Segundo o filósofo francês, não devemos privilegiar nenhuma dessas categorias, e a noção de estrutura completa e não suplanta as noções de forma e função. (Cf. A. Ferreira, 2011)

Para compreender a transformação da cidade em metrópole, a partir de sua forma urbana, foi necessário se atentar para alterações e permanências de formas, um sucessivo acúmulo de transformações, já que: “Os processos e formas socioespaciais são originários das mudanças atuais sobrepostas às inércias do passado” (VASCONCELOS, 2013, p.18). Essas inércias do passado que nos fala Pedro Vasconcelos (2013) se aproximam muito daquilo que Milton Santos dizia a respeito das rugosidades, e da “inércia dinâmica” que as formas construídas desempenham na cidade. Marcelo L. Souza (2013) nos explica:

as “rugosidades” às quais se referiu Milton Santos, inspirado nas formas do relevo (SANTOS, 1978 p.136 e 212) [Por uma geografia nova (1978)]. O espaço material, com suas construções, com sua infraestrutura, exerce uma espécie de “inércia dinâmica”. Em outras palavras: uma vez produzido dessa ou daquela forma, o espaço material condicionará as relações sociais, as atividades e os processos posteriores. Durante um certo tempo tudo pode transcorrer muito bem; mas chegará a hora [...] em que o que era “novo” passará a ser

“velho”, e o que era um “avanço” passará a ser um “estorvo”. [Noção de estorvo é relativa] [...] não apenas as construções e infraestruturas, mas o próprio sítio admite ser visto como possível “rugosidade”, (SOUZA, 2013, p.73)

As rugosidades do espaço, que podem ser desde o espaço natural à forma urbana, é uma noção muito abrangente, mas que não deixa de revelar o condicionamento que determinadas formas criadas ou naturais, irão influenciar e se transformar em dada sociedade, aquilo que Santos (1978) colocou como uma “inércia dinâmica”. As rugosidades são as permanências do “passado” no espaço, ainda que este passado não tenha sido produzido e corresponda ao espaço natural. Aqui, pretende-se privilegiar a forma urbana produzida ao longo do tempo, por isso acrescentamos mais uma noção ligada a essa discussão, o “espaço herdado” de que nos fala Lipietz (1988). Marcelo Souza (2013) nos diz:

O capital e seu espaço (LIPIETZ, 1988), em que se concentra na escala regional mas sem deixar totalmente de lado a intraurbana, salienta a tensão entre um “antigo espaço” e um “novo espaço”, entre um espaço herdado do passado (gerado por ou para relações de produção, matrizes tecnológicas etc. pretéritas ou atuais, mas em processo de envelhecimento) e um espaço projetado para o futuro (para novas relações de produção, para acomodar novas tecnologias etc.) (SOUZA, 2013, p. 68)

Com as contribuições de Milton Santos (1978) e Lipietz (1988) sobre as transformações socioespaciais da cidade, nos atentamos a uma persistência das formas urbanas. Determinadas infraestruturas, construções, permanecem ao longo dos anos, provocando um contraste entre diferentes tempos da cidade, materializado em seu espaço edificado. Assim, entende-se que o processo de metropolização do espaço, traz outras inferências e influências para a produção do espaço, que irão modificar e criar formas que atendam a esse processo.

Em busca de um modo de analisar esses espaços metropolitanos começa-se pelas considerações de Maria Castello Branco acerca dos estudos de Roberto Lobato Corrêa sobre a estrutura interna da metrópole:

A análise da estrutura das áreas urbanas e metropolitanas foi desenvolvida por Corrêa (1997) em uma série de trabalhos realizados entre o final da década de 1970 e o final da década de 1990. Nestes trabalhos, a cidade é tomada como expressão dos processos sociais, reflexo das características da sociedade, e a metrópole é definida como local de acumulação de capital, e organização espacial moldada pelos processos sociais. A estrutura interna da metrópole é composta por área central, áreas industriais e áreas residenciais, e a integração entre estas áreas é feita por fluxos de capital, pelo movimento pendular e pelo deslocamento dos consumidores. Centralização, descentralização, coesão, segregação e invasão e sucessão são os processos espaciais que produzem a organização do espaço metropolitano (CORRÊA, 1997 apud in CASTELLO BRANCO, p.96, 2003, grifo nosso).

O espaço intraurbano foi estudado e realçado por Flávio Villaça (2001) como aquele que corresponde ao espaço interno da cidade, e se difere substancialmente do espaço regional. Para Villaça (2001) é importante diferenciar, por isso o prefixo “intra” antes do urbano, para designar o espaço interior da cidade ou da metrópole. A diferenciação basilar entre o espaço regional e o espaço intraurbano segundo o autor, reside na maneira como se dá a estruturação dos mesmos:

A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias – eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intraurbano ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da

força de trabalho, deslocamento casa/compras, casa/lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intraurbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços (VILLAÇA, p.20, 2001, grifo nosso).

A noção de estruturação para o autor aparece como intrinsecamente ligada a de deslocamento, e destaca-se aqui o que Villaça considera como um “enorme poder estruturador intraurbano”, ou seja, o que é que determina tal estrutura ou influencia a mesma. O centro urbano aparece como um dos principais elementos a consolidar tal estrutura, pois seu “poder estruturador” é o de justamente concentrar um grande número de deslocamentos da cidade. Cabe aqui ressaltar o que significa “estrutura” para Villaça, uma noção advinda da contribuição de Roger Bastide (1971),

um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações. As estruturas são dotadas de movimento e o grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse movimento. (VILLAÇA, p.12, 2001)

Conforme coloca o arquiteto, perceber as alterações na estrutura da cidade é conseguir explicar as causas e direcionamentos da transformação intraurbana, pois a dominação do espaço mostra-se como a “fonte” dessas alterações. O que o arquiteto evidencia é o índice revelador do poder das classes abastadas em ter acesso e controle não só do centro principal, que irá “caminhar” de acordo com as trajetórias no espaço que os bairros das classes de alta renda fazem ao longo do tempo, mas também controlam a produção de suas moradias e seus bairros. Esse movimento dos bairros com concentração das classes mais abastadas revelam a “decadência” dos centros tradicionais e também a criação de centralidades, de

subcentros. O estudo do arquiteto culmina na demonstração de uma segregação socioespacial como principal elemento a garantir tal dominação social sobre o espaço intraurbano. Sem a segregação a dominação do espaço seria dificultada, para não afirmarmos que seria impossibilitada (Cf. VILLAÇA, 2001).

Castells em A questão urbana pretendia aplicar o estruturalismo de L. Althusser, que seria basicamente transpor aquilo que o filósofo francês desenvolve em suas pesquisas para análise da estrutura do todo social, para uma análise do espaço urbano (Cf. Gottdiener, 1993). Assim ele toma emprestada a tríade que congrega a infraestrutura com a superestrutura da sociedade: Economia Política e Ideologia (EPI), para tentar explicar a estrutura do espaço urbano. Nota-se que essa abordagem tem ecos sobre várias pesquisas e obras, inclusive de Flávio Villaça (2001), que também fala da cidade a partir de estruturas territoriais e não territoriais, sendo esta última correspondente à tríade EPI, anteriormente citada.

A pesquisa entende a estrutura do espaço intraurbano conforme Flávio Villaça (2001) a define, como sendo referente, “à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações, ou seja, dos centros de negócios (não só o principal, mas também os demais) das áreas residenciais segregadas e, finalmente, das áreas industriais.” (VILLAÇA, p.33, 2001). Esses elementos da estrutura intraurbana, especificados por Villaça como centros, subcentros, áreas residenciais e industriais se relacionam com outras estruturas territoriais, como o sistema viário, e não-territoriais, como a política, a economia, a legislação, a ideologia (conforme figura 04). Para Villaça temos dois tipos de estruturas a conformar o espaço interno da cidade, podendo ser ilustrado pela figura a seguir:

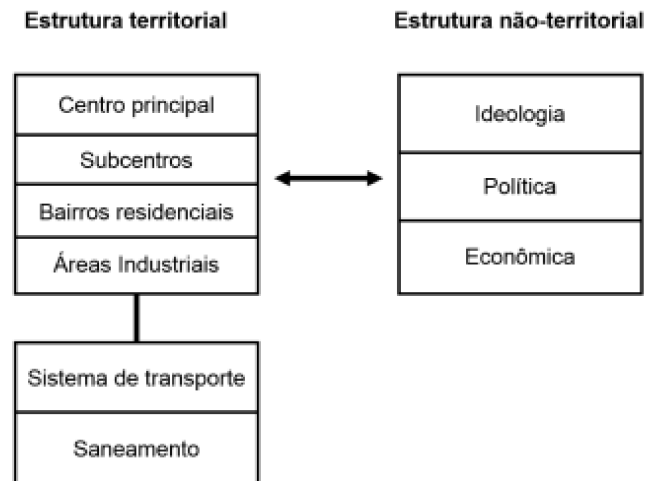


FIGURA 11 – Elementos que constituem a estrutura territorial e não-territorial do espaço intraurbano. Fonte: A partir da leitura de Villaça (2001).

Para o arquiteto e urbanista, as estruturas territoriais interagem com a estrutura não-territorial, e ainda existem estruturas territoriais imbricadas umas às outras, conforme se atesta na afirmação de que “condições de transporte aparecem como fator decisivo na estruturação do espaço urbano” (Cf. Villaça, 2001). Assim, o conjunto formado pelo sistema de transporte e saneamento na cidade, é indissociável da estrutura territorial intraurbana. Esta estrutura é formada por centro (seja esse o principal, ou o tradicional¹¹), os subcentros, os bairros residenciais e as áreas industriais.

Seguindo com a contribuição de Villaça (2001), este irá elencar os elementos que em sua tese, demonstraram maior poder de estruturação do espaço metropolitano, existem segundo ele:

[...] dois elementos da estrutura urbana, que são os mais poderosos na estruturação do espaço metropolitano no Brasil: as zonas industriais e a região de concentração dos bairros das camadas de mais alta renda. Os demais elementos da estrutura interagem com eles evidentemente, pois tudo interage com tudo numa estrutura, mas são mais influenciados por esses dois elementos do que vice-versa. A fonte de seu poder

¹¹ Este é também chamado de histórico, embora a denominação tradicional seja preferida tanto por Villaça (2001) quanto pelo estudo do espaço intraurbano de Goiânia aqui empreendido.

está no grau de independência que desfrutam na escolha/produção de suas localizações. A do primeiro elemento é determinada por forças externas à cidade; a do segundo elemento, pelos interesses do consumo das burguesias que, comandando o setor imobiliário urbano, decidem a escolha/produção de suas localizações residenciais. É a força intraurbana que mais poderosamente influencia a estruturação do espaço metropolitano. (VILLAÇA, 2001, p.140, grifo nosso)

Nota-se como Villaça atribui um maior poder de estruturação da cidade a determinados elementos, destacando para o espaço intraurbano a força da “concentração dos bairros das camadas de mais alta renda”. Esta força se faz visível através de seu consumo de espaço, controlando a produção imobiliária que lhe fornece o privilégio da “escolha/produção de suas localizações residenciais”. Desse modo, é como se a estrutura intraurbana se organizasse a partir dessa força, ou pelo menos que tivesse essa influência como determinante nas alterações do espaço intraurbano.

Se recuperarmos o que foi exposto da contribuição de Villaça (2001) acerca das influências e mesmo interação entre o centro e os bairros residenciais das classes mais abastadas, temos uma confluência entre o poder estruturador do centro e uma força poderosa de estruturação dos bairros residenciais de alta renda, atuando na estrutura intraurbana da metrópole. O “caminhamento do centro” em direção a esses bairros, revela um processo de transformação da cidade que a medida que esses bairros vão se “movimentando” pelo território, centralidades são criadas e até mesmo o próprio centro principal tende a se “deslocar”. Aquele centro anterior, o tradicional, é abandonado enquanto residência das classes abastadas, e ao ser ocupado por moradias da classe de renda média e média baixa, é visto como “decadente”, escondendo o processo socioespacial de “abandono” tanto da elite quanto do poder público, que provocam essa falsa decadência. Manifestações espaciais como o caminhamento do centro seguindo o movimento de ocupação dos bairros residenciais de alta renda. A trajetória espacial desse caminhamento marca o processo de transformação do centro, uma descentralização com o surgimento de subcentros de comércio e serviço. Esse processo revela como a cidade é organizada ou estruturada ao longo de períodos que são diferenciados pelos

critérios da maneira como a cidade se expande, denotando certo padrão de crescimento. Esse padrão de crescimento assume uma forma urbana diferenciada, tanto em sua extensão quanto em sua estrutura interna.

A forma urbana altera-se frequentemente mediante a atuação de agentes, mas estes não agem somente a atender seus próprios interesses, mas suas ações podem ser englobadas e vistas como pertencentes a certos processos mais gerais que não se restringem a sua escala local de intervenção.

Processos mais amplos como globalização, mudanças na economia (“pós-fordismo”), redução do papel do Estado, migrações nacionais e internacionais, sem esquecer o papel dos movimentos sociais, são fatores que modificaram as formas das cidades, criando frequentemente novas desigualdades, sem eliminar os conflitos raciais, religiosos e políticos existentes. (VASCONCELOS, 2013, p.18)

Essa citação de Pedro Vasconcelos (2013) introduz a complexidade em se pesquisar sobre quais fatores estão relacionados na transformação da forma da cidade, em que influências internacionais e globais, afetam os espaços locais. Processos de diferentes origens e abrangências, que se inscrevem sobre o território na medida em que alteram ou reafirmam uma dada configuração espacial.

Na morfogênese, o fio condutor da descrição e análise morfológica é justamente o tempo decorrido. Uma análise morfogenética envolve a combinação de exame de manifestações espaciais e de documentação que permitam, juntos, estabelecer uma cronologia morfológica. (KRAFTA, 2014, p. 64)

Seguindo o fio condutor de que fala Krafta (2014), a morfogênese da metrópole goiana remonta a uma sucessão de períodos em que manifestações espaciais na estrutura intraurbana de Goiânia, nos leva a identificar sucessivas estruturas intraurbanas ao longo do tempo, porém não se trata de sucessivas reestruturações do espaço, mas de uma mesma estrutura espacial que vai se transformando. Essa transformação contínua, para efeito de estudo foi seccionada em sucessivas etapas, ou fases, em que se buscou

2.2. Discussão metodológica

A forma urbana é um processo contínuo [...] e, ainda que seja possível descrever ou caracterizar uma cidade em um período preciso, para bem compreendê-la não podemos negligenciar o estudo de períodos anteriores que condicionaram seu desenvolvimento e que literalmente lhe deram forma. C. Aymonino et al. *La città di Padova, saggio di analisi urbana*, 1966, apud In: P. Panerai, 2014.

A epígrafe enuncia um importante pressuposto teórico deste trabalho, em que a forma urbana é compreendida como um processo socioespacial, que para ser entendida é preciso se atentar em como acontece sua produção, ou definição nas palavras de Aymonino (1966), um “processo contínuo”. Apesar de reconhecermos tal continuidade, para efeito de operacionalizar o estudo recorreu-se a uma divisão em períodos em que se observam determinadas características da forma urbana da cidade de Goiânia, que sugerem sua transformação em metrópole. Como se trata de uma transformação de um objeto que também se altera no tempo, saindo inicialmente de núcleo urbano para atualmente ser um aglomerado urbano. Desse modo optou-se por dividir em momentos nos quais se pode observar tal transformação de modo mais detido.

Com relação à periodização, Goiânia tem várias propostas relacionadas ao processo de expansão da cidade, a exemplo de Moraes (1991); do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, o PDIG (1992); da proposta de Chaveiro (2001) e de Paula (2003), entre outros. Esses estudos mencionados fornecem elementos ao longo da análise para a apreensão de uma periodização assentada naquilo que se colocou como conformação intraurbana da metrópole.

A hipótese central deste trabalho é que a configuração espacial da metrópole, comandada pelo processo de “compressão do espaço-tempo” se diferencia da

configuração espacial da cidade. Identificar essa diferenciação é indicar a transição morfológica da cidade em metrópole, captar a transformação de Goiânia em um aglomerado urbano atualmente.

Trata-se de um estudo que buscou compreender através da configuração espacial e o padrão de crescimento da cidade de Goiânia, a sua transformação em metrópole. A conjunção dessas duas categorias de análise, configuração espacial e padrão de crescimento, denominou-se conformação intraurbana da metrópole, um instrumento para aferir sua transição morfológica ao longo do tempo, a morfogênese da metrópole goiana. Esses duas categorias sofrem influência de inúmeros fatores, mas destacou-se para o efeito da pesquisa a ação de agentes produtores e consumidores do espaço urbano. Conforme Corrêa (1989, p.12) e Lima (2014) elencamos seis principais agentes: 1. Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, 2. Os proprietários fundiários, 3. Os promotores imobiliários, 4. o estado e 5. Os grupos sociais excluídos. 6. a “Nova Classe Média” e organizações sociais.

Os estudos advindos da Morfologia Urbana contribuem para a apreensão da transformação da cidade em metrópole, e aqui recorre-se a contribuição do desenvolvimento do método histórico-geográfico capitaneado por M. R. G. Conzen. Segundo M.R.G. Conzen, a morfogênese é o estudo do processo morfológico¹² da paisagem urbana existente, disposto em movimento e sustentado pelas exigências funcionais e ambientais das sociedades urbanas locais e por indivíduos ao longo do tempo. (COSTA; NETTO, 2015)

Desse modo, atentar-se para a estrutura intraurbana foi a maneira encontrada pela pesquisa de estabelecer uma leitura da transição morfológica. Tomar a forma urbana como um processo, é a tentativa de apreender o movimento de transformação da cidade, identificar a dinamicidade dessa transformação, algo que congrega a análise da produção da forma urbana pela sociedade conjugada a uma análise temporal, que é o que M.R.G. Conzen cunhou como morfogênese. (Cf. COSTA;NETTO, 2015) A utilização dos princípios da morfogênese urbana é

¹² Entende-se como sendo um Processo morfológico: qualquer frequência causal que leva à definição ou alteração de qualquer característica da paisagem urbana e/ou na sua composição recíproca. No contexto britânico, por exemplo, há seis processos de importância geral, os dois primeiros aditivos, os últimos quatro transformativos – crescimento acumulativo, a formação de hiatos urbanos, a superocupação da edificação, a substituição da edificação, a metamorfose do padrão do lote e a renovação do centro comercial. (COSTA e NETTO, 2015, p.125)

entender, como afirma Krafta (2014), as distintas sucessões morfológicas que estruturam o espaço intraurbano. Essas sucessões foram aqui denominadas de morfogênese da metrópole, voltada para identificar a emergência da morfologia da metrópole contemporânea na cidade de Goiânia.

Pode-se dizer que as camadas da forma urbana não se encontram sobrepostas na metrópole, mas em sua maioria lado a lado, os períodos estão dispostos em duas dimensões (2D), ainda não conformam palimpsestos, tanto pelo modo como se deu a urbanização/metropolização, como pela duração das transformações serem observadas em um intervalo menos que de um século, diferenciando-se substancialmente do estudo desenvolvido pelo geógrafo alemão M.R.G Conzen. Porém o termo criado por Conzen, se aplica a uma emergência da forma urbana, que a partir da combinação da paisagem natural, das condições físico-territoriais, dos recursos materiais e culturais, uma forma urbana é constituída, e característica evidente de um determinado período de produção da cidade. Ao apropriar do termo morfogênese e o aplicar ao estudo da emergência da metrópole na cidade, pretendeu-se explorar a complementaridade entre os estudos da Morfologia urbana e da produção social do espaço.

A intenção da pesquisa é destacar no estudo da morfogênese da metrópole, as várias conformações morfológicas (estruturação intraurbana e padrão de crescimento) e mediante isso, compreender os efeitos espaciais da metropolização. Com a compressão do espaço-tempo (Hidalgo; Arenas; Santana, 2016) ou a cidade portátil (M. Gottdiener, 1993) surgem processos socioespaciais que se materializam em transformações diversas, que foram agrupadas em manifestações sobre a estrutura intraurbana e sobre o padrão de crescimento. Esclarecendo o estudo da morfogênese da metrópole, passa-se a descrever os dois fatores a serem tratados na análise:

1. Configuração urbana: envolve a extensão da forma urbana e organização dos elementos da estrutura intraurbana. Esse ponto afere o modo como a cidade se apresenta visivelmente em determinado período mediante a elaboração de mapas e/ou imagens de satélite.
2. Padrão de crescimento: Modo como a cidade é produzida e se expande, de acordo com a atuação de agentes na produção do espaço e como este se expande. Os padrões variam e se modificam ao longo do tempo,

assumindo um caráter de controle e contenção do crescimento, no plano original do Arquiteto Atílio, próprio do governo autoritário em que se encontrava o país no início dos anos de 1930. O padrão seguinte, abandona a ideia de contenção da expansão da cidade, porém mantém o controle sobre a produção. Essa passagem, revela a essência da transição da primeira para a segunda estrutura, por exemplo.

Discorrendo sobre o primeiro fator, a configuração espacial, R. Hidalgo, F. Arenas e D. Santana (2016) sistematizam e relacionam diversos processos e fenômenos socioespaciais, em suas diversas escalas e abrangências. Para o estudo desenvolvido para Goiânia, tal sistematização serviu para estabelecer um viés explicativo na organização e delimitação do que corresponderia espacialmente a transição morfológica da metrópole goiana. A sistematização que tais autores fazem, é trazida aqui para reunir quais as transformações que caracterizam o efeito espacial da metropolização contemporânea. Nota-se que os processos elencados pelos estudiosos chilenos (1. policentrismo – shoppings, strip centers, e demais; 2. Suburbanização da elite – privatópolis; 3. Periferização das habitações sociais - precariópolis; 4. Dispersão metropolitana da indústria) se dão em todos os elementos da estrutura intraurbana (centro, subcentros, bairros residenciais, áreas industriais). Isso representa uma transformação completa da condição anterior da cidade, se observada os contrastes ao longo do tempo, de sua constituição, produção, como aqui se denominou de sua conformação intraurbana, a estruturação intraurbana juntamente com o padrão de crescimento em determinados períodos.

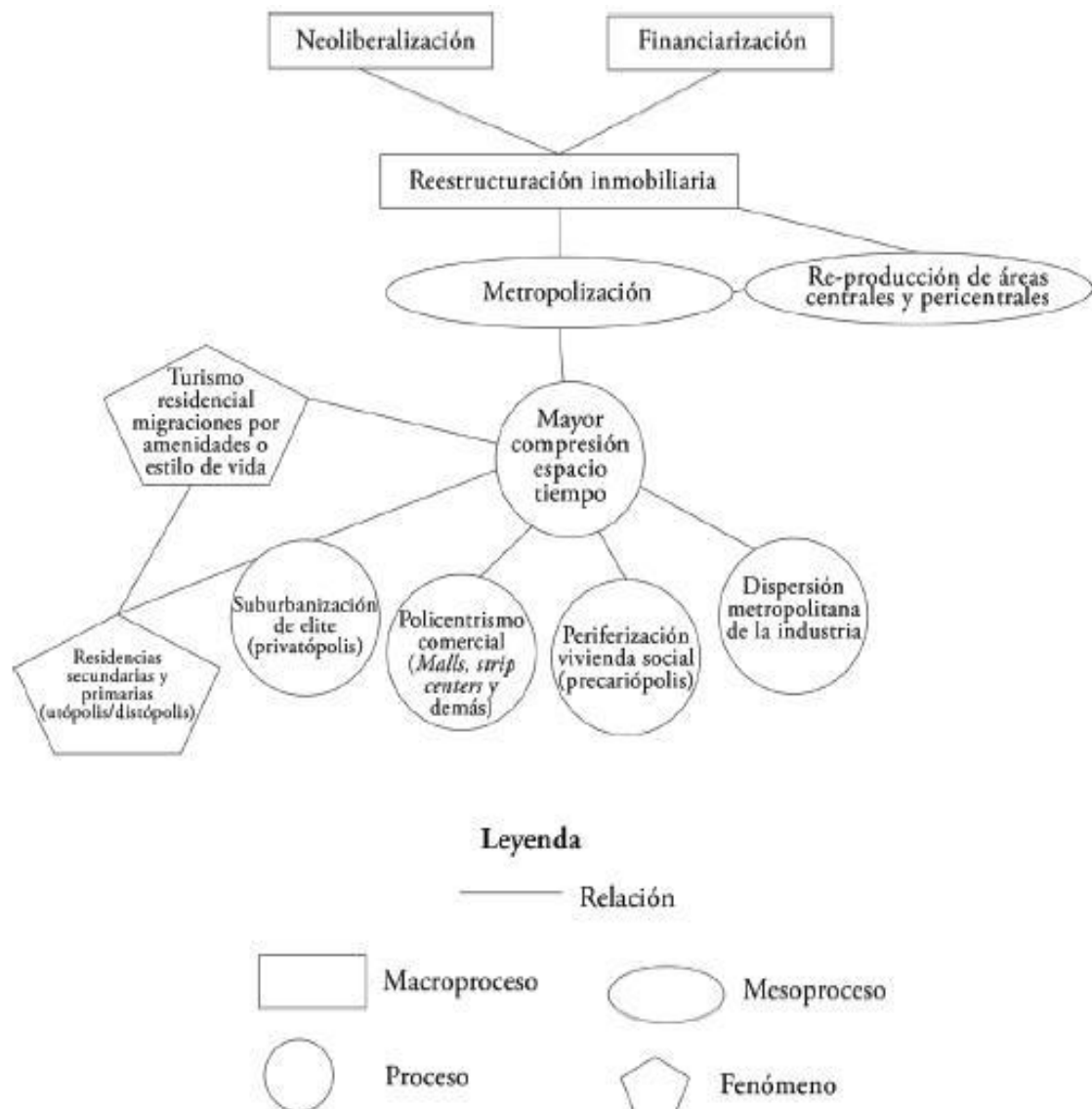


FIGURA 12 – Esquema que reúne os Macroprocessos, mesoprocessos, processos, fenômenos e suas relações. Fonte e elaboração: R. Hidalgo, F. Arenas e D. Santana, 2016.

Observa-se como os pesquisadores diferenciam os processos em três grupos de acordo com sua abrangência social e espacial, demonstrando que há ligação entre todos eles, porém que se realizam social e espacialmente de modo diferenciado. Dessa maneira, a metropolização está “de fato” alterando o espaço da cidade, através de processos e fenômenos que se materializam em uma escala local. Saindo de algo muito amplo e praticamente “invisível” como os macroprocessos da Financeirização da economia mundial, e da Neoliberalização como paradigma econômico político predominante atualmente, os autores conseguiram conectar esses processos invisíveis a fenômenos aferíveis pela forma urbana. Nas próprias palavras dos autores:

diferentes **macroprocesos** — de gran escala social y espacial —, tales como la financiarización, la neoliberalización y la consecuente reestructuración inmobiliaria, impulsan **meso-procesos** — de escala espacial y social intermedia —, como la metropolización, al igual que **procesos y fenómenos** — de expresión más local — como la suburbanización, la densificación de las áreas centrales y la construcción de utópolis / distópolis en espacios costeros” (HIDALGO, ARENAS e SANTANA, 2016)

Os processos e fenômenos “de expressão mais local” elencados pelos estudiosos chilenos contribuem para a demonstrar uma variação morfológica da cidade em metrópole, e sugerem assim, um modo de aferir a espacialização do processo de metropolização. No caso de Goiânia, observa-se como se segue o padrão brasileiro de urbanização, de se ocupar a periferia urbana primeiramente entre as moradias de baixa renda, principalmente no período de (1960-1980), para em décadas mais recentes a elite optar por se refugiar da cidade (ainda que dentro da cidade!), em seus enclaves fortificados (Cf. Teresa Caldeira, 1990). A periferização em Goiânia, como em Santiago do Chile, gerou distintas periferias. Existem profundas diferenças sociais, econômicas, políticas, apesar da justaposição espacial (Cf. Vasconcelos, 2013) tão características de nossas cidades imersas na desigualdade. Essa perspectiva analítica da justaposição da desigualdade socioespacial, vai ao encontro daquela desenvolvida por Friedrich Engels em “A situação da classe operária” de 1845. Henri Lefebvre (1972, p.11) ressalta a importância deste livro em destacar transformações ocorridas no plano social, econômico, político, na época em que nasciam algumas metrópoles europeias. Em suas palavras:

Sem preconceitos pejorativos, Friedrich Engels traz a primeiro plano os poderosos contrastes da realidade urbana, a justaposição da riqueza e da pobreza, do esplendor e da fealdade, e esta covizinhança confere à fealdade e à pobreza intenso e patético colorido. (LEFEBVRE, 1972 p.14)

A produção de utópolis/distópolis na metrópole goiana fica evidente pela proliferação de condomínios fechados. Ao invés de espaços costeiros no caso da capital chilena, as casas de segunda residência materializada pela produção expressiva de condomínios de chácaras para segunda residência em diversos municípios próximos a Goiânia (Cf. Tadeu Arrais; Leandro Lima, 2014). Apropriando-se da metáfora empregada pelos autores chilenos, ao venderem utopia, a produção dos condomínios está na verdade a realizar a distopia na cidade.

Sobre o segundo fator de análise, o padrão de crescimento urbano, Vicente Del Rio (1990) sistematiza alguns “temas e elementos para a pesquisa da Morfologia Urbana” que expõem “as lógicas evolutivas e estruturadoras da cidade”. O autor distribui uma série de elementos organizados a partir de quatro temas: 1.crescimento, 2.traçado e parcelamento, 3.tipologias dos elementos urbanos e 4.articulações. Destaca-se aqui, o tema do crescimento urbano, em que o autor relaciona: “os modos, as intensidades e direções; elementos geradores e reguladores, limites e superação de limites, modificação de estruturas, pontos de cristalização” (DEL RIO, p. 83, 1990)

A importância de se pesquisar o crescimento das cidades, é sublinhada por Philippe Panerai (2014) quando este afirma que, “Entender o processo de crescimento urbano é importante porque nos oferece uma apreensão global da aglomeração numa perspectiva dinâmica” (PANERAI, p.53, 2014). Essa apreensão global não pretende ser total, pois reconhece-se que a totalidade escapa de qualquer análise, sendo que o que se consegue é atentar para uma representação da cidade em sua “inteireza”, ao menos em aparência, em forma. Enxergar a cidade como uma forma urbana delimitada, finita, permite ver as alterações dessas delimitações, as mudanças em sua forma, revelando mais do que estados transitórios, um processo.

Ao revelar os pontos fixos de transformações anteriores, o estudo do crescimento permite determinar aquelas lógicas inscritas profundamente no território que esclarecem as razões de ser do assentamento atual. Começar a análise de uma cidade pelo estudo do seu crescimento é um dos meios de apreendê-la em sua globalidade, a fim de determinar o sentido

a dar a estudos ulteriores mais detalhados. (PANERAI, 2014, p. 55)

É em busca de compreender esse “assentamento atual” que a pesquisa se direciona e para tentar alcançar tal tarefa, se considera as “transformações anteriores” que moldaram o presente da cidade, presente este que reconhece-se ser fugidio. Ainda nas palavras de Panerai (2014), “o estado atual de uma cidade é apenas um instante precário e transitório em sua evolução” (PANERAI, 2014, p.55). Apesar do termo evolução, com origem clara não se p de naturalizar esse processo, pois não há nada de inevitável, nenhuma lei imutável, relacionada aos padrões ou modos de crescimento das cidades. Numa tentativa de classificar os modos de crescimento urbano, O processo de crescimento pode ser analisado a partir de uma primeira classificação quanto ao modo de crescimento: contínuo, descontínuo ou linear (PANERAI, 2014).

Esses tipos de crescimento urbano não correspondem a nenhum período específico, mas apenas às características formais da expansão. Pode parecer que a descontinuidade do crescimento urbano pertença ao tipo de urbanização presente atualmente, estruturada por rodovias, que permitem o aparecimento de formas urbanas em praticamente qualquer ponto do sistema viário. Porém, a cidade de Veneza por exemplo se expande a partir de ilhotas, separadas, que só irão se fundir para conformar um só “corpo” posteriormente, ou seja, seu crescimento é descontínuo, ao menos em um certo momento de sua história. Assim, é possível que esses tipos se alternem ao longo do tempo, ainda que se destaque um modo que seja predominante, ou definidor da forma urbana atual.

São principalmente as características naturais do sítio em que a cidade está implantada que influenciam essa expansão, além daqueles que efetivamente provocam a expansão, ou seja, os agentes e os processos relacionados às suas ações. A rigor, é como se a cidade virtualmente pudesse se expandir para todos os lados, a não ser que se imponham limites ou barreiras naturais, ou ainda imposições que inibam ou mesmo contenham o crescimento urbano para determinada direção. Ao iniciar uma apreensão do que pode estar condicionando esse crescimento, passa-se para a discussão dos elementos reguladores. “Fisicamente, o crescimento das cidades parece ser regulado pela relação entre dois tipos de elementos: aqueles

que organizam a expansão (linhas e pólos) e aqueles que a contém (barreiras e limites)” (PANERAI, 2014, p.60).

Apropriando-se das contribuições de Panerai o padrão de crescimento aparece no estudo indicando como Goiânia “se organiza e se contém” ao longo tempo, atentando-se a um certo tipo de crescimento diferenciado ao se transformar em metrópole. As transformações ligadas ao processo de crescimento das cidades nos confere uma visão geral da expansão, que só poderá ser compreendida, se revelar a conexão que há entre o crescimento e as transformações internas da cidade, que a alteram estruturalmente, não só os elementos da estrutura intraurbana, mas a relação entre eles.

As alterações nos elementos intraurbanos e na relação entre eles, conforme aferido pelo estudo sobre a metropolização em Santiago do Chile, servem de indícios socioespaciais da transformação da forma urbana da cidade para uma outra condição, a de metrópole. Os processos ligados à compressão do espaço-tempo (1.suburbanização das elites, 2.periferização da moradia popular, 3.policentrismo comercial e 4.dispersão metropolitana das indústrias) correspondem se somados, ao que Nestor Goulart Reis (2006; 2015) entende por dispersão urbana, ou seja, o espraiamento pelo território dos diversos setores: residencial, serviços/comércios e industrial. Sobre a dispersão urbana na acepção de Nestor Reis cito:

O processo de dispersão urbana caracteriza-se pelo esgarçamento do tecido urbano, com a urbanização estendendo-se por um vasto território, com núcleos urbanos separados no espaço por vazios intersticiais, mantendo vínculos estreitos entre si e configurando um único sistema urbano. Formam-se assim constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte inter-regionais utilizado como apoio ao transporte diário. Ao mesmo tempo, leva à superação dos conceitos de cidade e campo. Modos de vida e consumo metropolitanos são adotados pela população, com maior mobilidade, possibilitando a “regionalização do cotidiano”. Entende-se que a dispersão urbana é um processo

de caráter geral, não sendo específico de um país (REIS, 2006).

Aqui neste estudo não se prende ao município de Goiânia, mas acompanha-se a dispersão da cidade até chegar em sua condição de aglomerado urbano, em que Goiânia se conecta com as outras cidades de seu entrono, resultando em um Grande Espaço Urbano (Cf. Castello Branco, 2003) O espaço urbano gerado ao longo do tempo, em que a forma urbana da metrópole é gestada e hoje conforma diversos municípios, geram um outro tipo de cidade como sugere Villaça (2001) ao se referir as áreas metropolitanas, manchas urbanas conectadas por fluxos de pessoas e mercadorias, que conformam um espaço intraurbano diferenciado em tamanho e complexidade. Não se adentrou no processo de influencias que Goiânia exerceu para que ocorresse as conurbações, já que seria preciso se atentar a cada município em particular e demonstrar tal influência. O que se pôde aferir com esse estudo é a conformação de um espaço urbano diferenciado, que envolve mais de um município, resultado do processo de metropolização em curso.

A metodologia de trabalho segue uma abordagem interdisciplinar, em que a disciplina principal da Arquitetura e Urbanismo é associada a contribuições da Economia, Geografia, História e Sociologia. Juntas, conformam a interdisciplinaridade de um estudo que pretendeu sistematizar a transformação da complexidade da cidade entendida pelo processo de produção social do espaço urbano, materializada no estudo de sucessivas alterações da configuração urbana. Todas essas disciplinas são congregadas no intuito de subsidiar a narrativa sobre a morfogênese da metrópole Goiânia (1950-1980) e da posterior sistematização do Grande Espaço Urbano de Goiânia atualmente (2010-2018). Desse modo diferentes produções teóricas de cientistas sociais acerca de Goiânia e seu desenvolvimento ao longo dos anos são somados a um conhecimento científico e empírico da realidade anterior e recente da metrópole.

A configuração urbana é o principal objeto de pesquisa, pois é a partir dela que se consegue desenvolver essas contribuições teóricas numa análise do espaço intraurbano até metropolitano. Trata-se de um meio pelo qual se congrega as evidências de uma transformação socioespacial que é a transição da cidade em metrópole. Chamou-se aqui de uma transição morfológica, por ser por meio da

forma urbana e dos processos socioespaciais relacionados em sua produção e manutenção, que se identifica tal transição.

Os procedimentos metodológicos compreendem-se essencialmente de pesquisa bibliográfica, dentre artigos, dissertações e teses, bem como livros e demais formatos impressos e online. A pesquisa em órgãos governamentais, e entidades ligadas ao poder estadual e federal principalmente, também serviram de base para se recolher os dados secundários. Com relação aos dados primários, estes foram colhidos em algumas incursões em trabalho de campo, pretendiam demonstrar, ou reforçar as análises feitas, ilustrando aquilo que se estava discutindo. A elaboração de mapas tem um papel significativo, de conformar uma das principais ferramentas de análise do espaço aqui empreendida, revelando os processos e as formas espaciais que se pretendia evidenciar no estudo da morfogênese da metrópole.

2. MORFOGÊNESE DA METRÓPOLE GOIANA

O estudo das sucessivas alterações sobre a estrutura intraurbana não poderia dividir-se em períodos sem um critério, e o que foi adotado foram as distintas manifestações espaciais na configuração urbana, que além de conjugar as influências do estado, do mercado imobiliário, e dos diversos agentes sobre a produção do espaço, atenta-se para o modo como a forma urbana se inscreve no território. Esse modo, foi chamado de conformação, que a partir da implantação da capital congrega dois fatores: configuração espacial e padrão de crescimento urbano.

As primeiras considerações sobre a morfogênese da metrópole é uma breve análise urbana, que trata da conformação do território que se insere a construção da capital. Nesse momento se exploram as alterações na rede urbana e nas redes técnicas, com enfoque sobre a rede viária. Em outro ponto inicia-se de fato o estudo sobre o espaço intraurbano de Goiânia, sua transformação a partir da leitura de suas diversas estruturas assumidas ao longo do tempo. Para uma melhor compreensão, se dividiu em quatro estruturas principais: a primeira conformação (1935-1950), segunda conformação (1950-1980), a terceira conformação (1980-2000) e a quarta conformação (2000-2018). Esses quatro períodos de análise obedecem aos

preceitos de identificar transformações espaciais significativas que reorganizam internamente a cidade e prenunciam uma tendência de crescimento urbano. Para enfatizar a continuidade entre esses períodos, mais do que as rupturas que permitem diferenciá-los, percebe-se que uma mesma década aparece em dois períodos diferentes. Esse recurso é para enfatizar que foi a partir de uma mesma década (1950) que se nota o início da transição da forma urbana da cidade em metrópole.

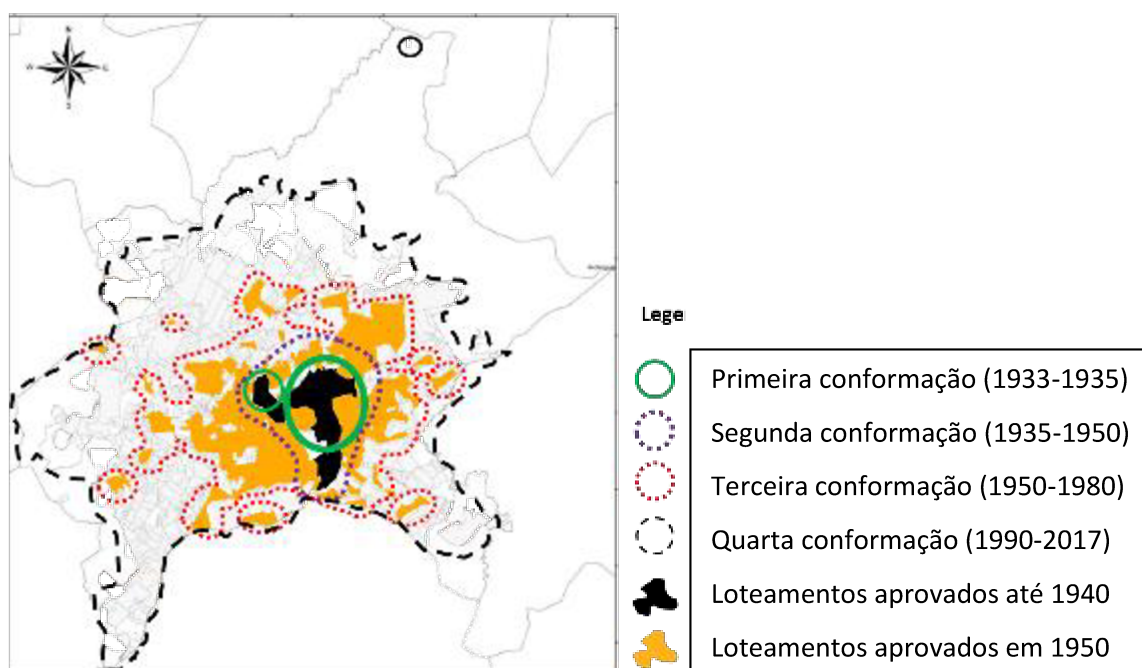


FIGURA 13 – Esquema que reúne as diferentes conformações do espaço intraurbano de Goiânia. Elaboração do autor.

Em um primeiro momento, o padrão de crescimento da cidade de Goiânia corresponde ao de uma cidade-jardim, pensada como um objeto de extensão e de população limitadas. A capital deveria se expandir até um certo limite, reservando às cidades-satélites a serem criadas, o papel de abrigar um futuro excedente populacional. Assim, distingue-se a primeira conformação de Goiânia (1933-1935), a “Goiânia cidade-jardim”, que nasce e desaparece com o Plano de Atílio Corrêa Lima. Com a mudança de gestão do Plano urbanístico para a empresa que estava construindo a capital, sob consultoria do engenheiro Armando de Godoy, notamos que outros interesses ditariam a urbanização da capital.

O controle do Estado sobre a forma urbana sai de um viés da contenção, expresso pela primeira conformação, para o indicativo de um crescimento extensivo.

Este é o momento que se identifica a segunda conformação (1935-1950), agora não mais uma cidade-jardim, mas uma “Goiânia com bairro-jardim e inúmeros outros bairros”, já que além de subverter o princípio da cidade-jardim na produção de bairros-jardim, será nesse período que teremos uma das maiores expansões de sua malha urbana. Por isso, a década 1950 é o ponto de virada entre o período que condicionou a “cidade para a expansão” (segunda conformação), e o período em que se identifica o aprofundamento dessa expansão, a terceira conformação que se traduz na “cidade para dispersão urbana”. A terceira conformação (1950-1980) marca a emersão da metrópole, momento em que se iniciam e começam a se intensificar as características da metrópole na estruturação intraurbana e no padrão de crescimento da cidade. Posteriormente, na quarta conformação (1990-2018), temos o desenvolvimento da metrópole contemporânea, em que esta se apresenta espacialmente como um Grande Espaço Urbano de Goiânia, enfatizando sua condição de aglomerado urbano.

3.1. Conformação do espaço urbano antes de Goiânia (séc.XIX – 1933)

A rede urbana precária, nas palavras de Nestor G. Reis (2015) até a década de 1940, 1950, se moderniza a partir de 1960, lançando bases para uma transformação acelerada a partir de 1970, com a intensificação da urbanização, e já consolidação da metropolização em alguns locais do país. Percebe-se que para a realidade goiana, Denis Castilho (2017) demonstra como se dá esse processo de transformação das redes técnicas no território de Goiás. A complexidade de uma análise regional é a de deixar escapar inúmeros fatores que com certeza interferiram em sua transformação, mas se trata de elencar alguns desses que conseguem estabelecer um segmento de transformações, que vão desde a mudança da capital, que reordena o desenvolvimento regional, que aqui terá o efeito de reconfigurar o matogrosso goiano, passando pelas introduções das principais rodovias, formação de Aglomerado Urbano, até chegar ao período de consolidação da metrópole, com a oficialização da Região Metropolitana de Goiânia.

Essa rede urbana se comunicava através dos caminhos coloniais, em que algumas se transformaram em estradas de rodagem, posteriormente em rodovias. A atenção sobre os eixos viários, permite identificar e organizar o processo de

conformação da metrópole. Faz destacar a importância crucial das vias, na estruturação, pois estruturam tanto o espaço urbano quanto o intraurbano (VILLAÇA, 2001). A estruturação do espaço no sentido que Villaça (2011) atribui, tem o significado imbricado com o de promove a circulação, comunicação entre as cidades, e no interior delas. Isso se difere da estrutura urbana, que significa para ele a relação entre elementos, e um sentido muito próximo ao de sistema, derivado da Teoria dos Sistemas Gerais. (Cf. Geraldo Serra, 1988)

Conforme a diferenciação feita por Villaça (2001), entre espaço urbano e espaço intraurbano, a metrópole se coloca em um lugar que articula o intraurbano e o regional, dada sua influência central sobre a rede de cidades na qual está inserida. A rede urbana goiana se reconfigura, aos moldes da rede urbana brasileira (Cf. REIS, 2015) com a mudança da capital, com a modernização do território e das transformações das redes técnicas (CASTILHO, 2017). Segundo Nestor G. Reis:

dada a precariedade do sistema urbano brasileiro, ainda na primeira data de referência (1940), com as regiões separadas e desconectadas entre si e formando um sistema pouco integrado com apenas duas metrópoles de maior porte, em um território equivalente ao da Europa (aí incluída a Rússia aquém Urais), após a grande explosão demográfica e urbana, o sistema não cresceu segundo as hierarquias até então existentes. Ou seja, o sistema urbano brasileiro se reconfigurou. (REIS, 2015, p.94)

Essa reconfiguração de que nos fala o arquiteto Nestor Reis (2015) está presente em todo território nacional, e evidentemente pode ser demonstrado em como o território goiano se reconfigura com a implantação da nova capital.

Se anteriormente tínhamos um espaço regional estruturado por caminhos, que conectavam o “arquipélago” de cidades em tempos coloniais, com o tempo e as transformações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, são implantas as malhas ferroviárias e estradas de rodagem. Essas alterações aqui destacadas na rede viária antecedem e preparam a construção de Goiânia. A importância das vias na estruturação do espaço, seja urbano ou intraurbano (Villaça, 2001), tem o papel

de facilitar a leitura do território, pois serão sobre as vias regionais que se dará a expansão da metrópole goiana atual, as linhas de crescimento (Panerai, 2014).

Nesse primeiro período, (final do séc.XIX -1933) o estudo demonstra através de mapeamento e pesquisa bibliográfica, uma narrativa da configuração da rede urbana que se estabelece antes a mudança da capital goiana no território estadual. Essa abordagem regional, tem como finalidade, compreender as origens e assim traçar uma conformação do espaço metropolitano estudado. Fica claro que essa mudança de localização da capital estadual, alinha-se tanto aos preceitos federais quanto aquilo que, em conjunto com as transformações reunidas no início da modernização e transformação nas redes técnicas do estado goiano, como descreve Denis Castilho (2017). Com um território organizado anteriormente para atender uma demanda colonial, os caminhos que comunicavam o interior do país, seu sertão, eram precários até final do século XIX. Como atesta Castilho,

A ausência do telégrafo em Goiás no final do século XIX e de outras redes técnicas tornava ainda mais difícil a comunicação desse território com o Sudeste do país. A notícia da proclamação da República, celebrada em 15 de novembro de 1889, chegou em Goiás somente treze dias depois, causando surpresa nos políticos e nas elites agrárias. (CASTILHO, p, 59, 2017)

A chegada dos trilhos em Goiás marca um importante processo de povoamento e nova estruturação do território. Apesar de se ter notícias de intenções e estudos na metade final do século XIX acerca da implantação de ferrovia no estado, somente no início do século XX é que se efetiva o início da malha ferroviária, com sua construção começando no ano de 1909. (Cf. CASTILHO, p.88, 2017)

A tabela abaixo ilustra a mudança demográfica que a chegada dos trilhos provoca em Goiás, pois de 1900 a 1908 há apenas um incremento de 10.000 pessoas, enquanto que na data que marca o início da construção e no ano seguinte, ou seja, entre 1909 e 1910, em apenas dois anos registra-se um aumento de 60.000 pessoas.

	1900	1908	1910	1920
Goiás	270.000	280.000	340.000	511.818

TABELA 01 – POPULAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS ENTRE OS ANOS DE 1900-1920
 Fonte: CASTILHO (2017), a partir de estudo de Paulo Bertran em Uma introdução à história econômica do Centro-oeste do Brasil (1988).

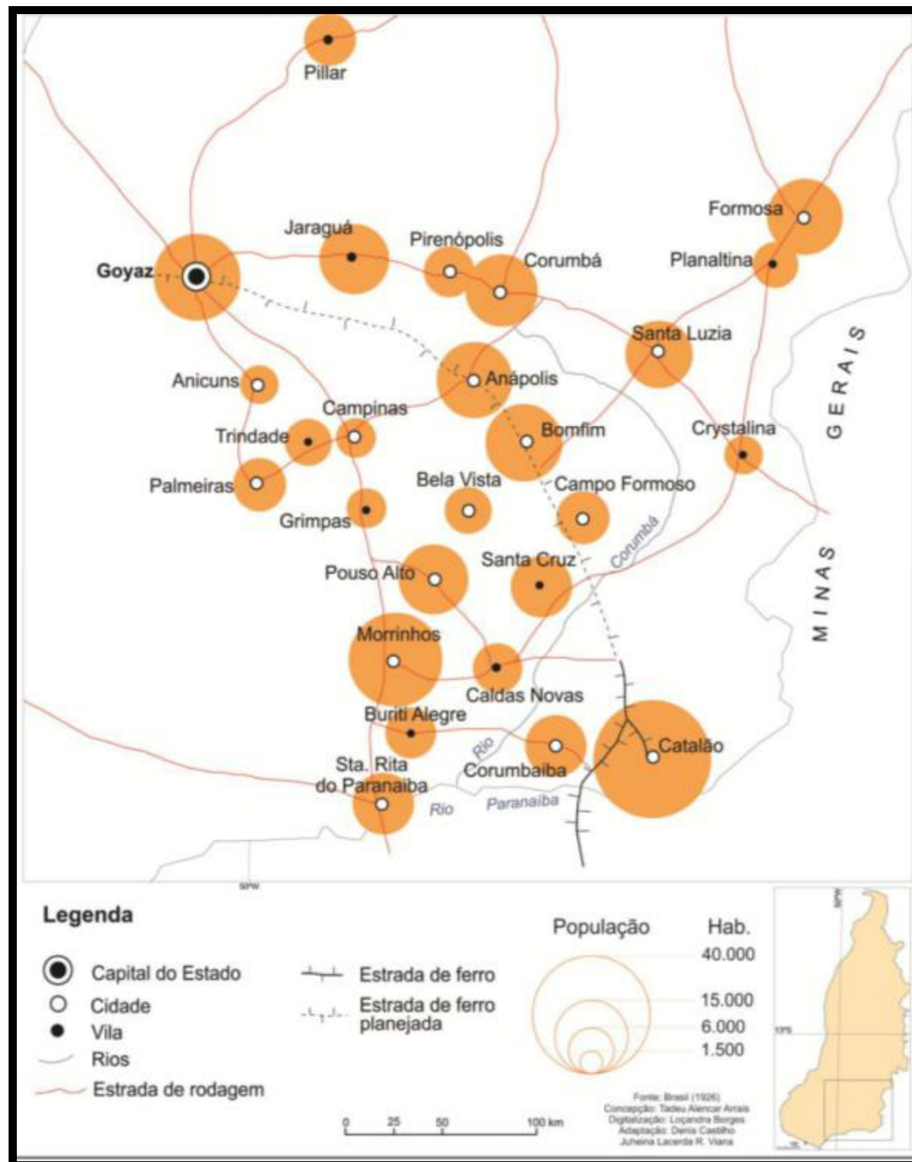


FIGURA 14 – Estrada de Ferro em Goiás - 1920

Fonte: Brasil (1926) apud In: Castilho (2017) Concepção: Tadeu Alencar Arrais Digitalização: Loçandra Borges Adaptação: Denis Castilho e Juheina Lacerda R. Viana.

A rede viária agora já configurada como estradas de rodagem, algumas aproveitando os caminhos anteriormente abertos e utilizados, percebe-se como ainda se trata de uma rede técnica orientada à cidade de Goiás (Goyaz no mapa).

Nesse mapa, não se tem as cidades goianas em que a ferrovia já se fazia presente, fato que como mencionado anteriormente irá alterar, o contingente populacional, e reordenar a hierarquia da rede urbana. Percebe-se no mapa a seguir, que essa década de 1920, já com a estrada de ferro chegando a Catalão, como esta cidade já aparece com população superior a própria capital do estado. O projeto da ferrovia em chegar até “Goyaz” é abortado por razões de mudança da capital.

No mapa a seguir, percebemos como se organizava o território goiano no século XIX, os principais caminhos, que conectavam o centro-oeste ao sudeste, por onde circulavam a extração do ouro e outros produtos e mercadorias, tinha formado uma rede urbana com núcleos urbanos concentrados no centro-sul do estado. Conforme atesta José Vandério Pinto (2009), esse incremento populacional gerado pela chegada da ferrovia no estado, marca a passagem do século XIX para o início do XX,

Na primeira década do século XX, a população de Goiás não passava de 500 mil habitantes distribuídos por 45 municípios. Em 1920, sua população subiu para 511.919 habitantes e teve um acréscimo de 4 municípios, chegando ao total de 49 municípios, localizados em sua maioria na porção centro-sul do Estado. Nesse período, os municípios que mais se destacavam eram Catalão, a capital Goyaz, Annápolis, Pirenópolis, Campinas, Pouso Alto, Trindade, Morrinhos e Bonfim, todas na porção centro-sul do Estado. No norte, o destaque era Posse, Arraias, Natividade, Pedro Afonso e Porto Nacional. (PINTO, 2009, P.42)

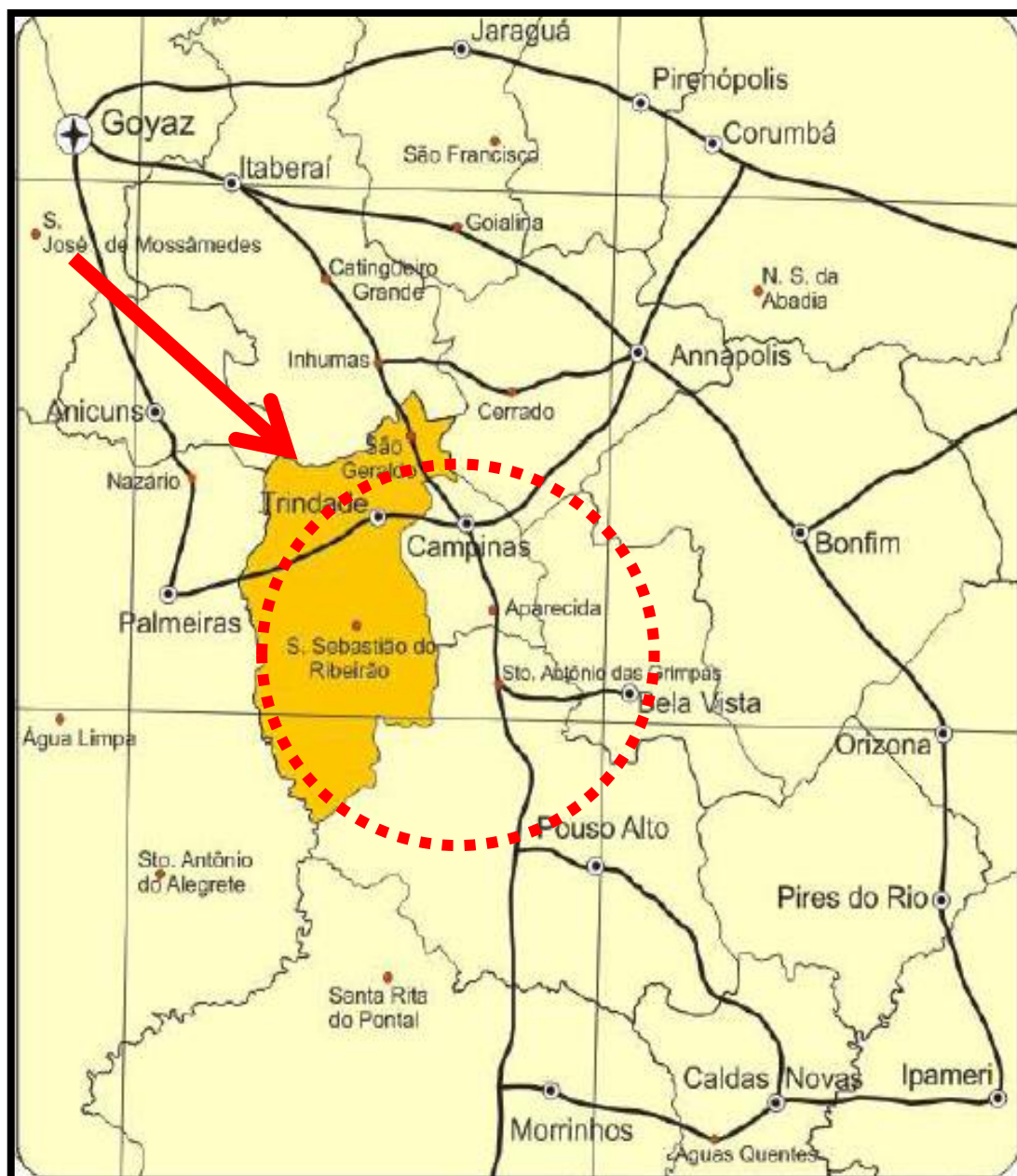


FIGURA 16 – Mapa de 1920 mostrando a divisão dos municípios, vilas e as estradas de rodagem. Fonte: Ática (1983); Ortêncio (1983); Chaul (1988); Goiás (2003). Cartografia digital: Antônio dos Anjos (2009) J. V. Pinto (2009). Modificação do autor, 2018. Em destaque os municípios de Trindade e Campinas, onde se implantará a nova capital.

Conforme nos informa Castilho (p.86, 2017), “O adensamento populacional proporcionado pela ferrovia até a década de 1930 fez surgir muitos povoados e cidades no Sudeste Goiano, a exemplo de Cumari, Ouvidor, Goiandira, Urutaí e Leopoldo de Bulhões.” Estava conformando-se uma nova estruturação regional, voltada mais a sul do estado, a exemplo anteriormente mencionado de Catalão, que já desde 1920 supera em número de habitantes a da própria capital Goyaz.

Antes da implantação da capital se observa a pré-existência do território, formado então por cidades, vilas e povoados. Em 1930 já se identifica as cidades de Aparecida (origem do povoado em 1922) e antigo município de Campinas que serve de apoio à construção de Goiânia, que em pouco tempo depois a absorverá transformando Campinas em um bairro da nova capital. No mapa abaixo percebemos a previsão da capital próximo à cidade de Campinas. Território destacado em branco. As vilas representados pelos pontos em preto com borda vermelha, e povoados em vermelho que constituíam o território destinado ao surgimento de Goiânia.

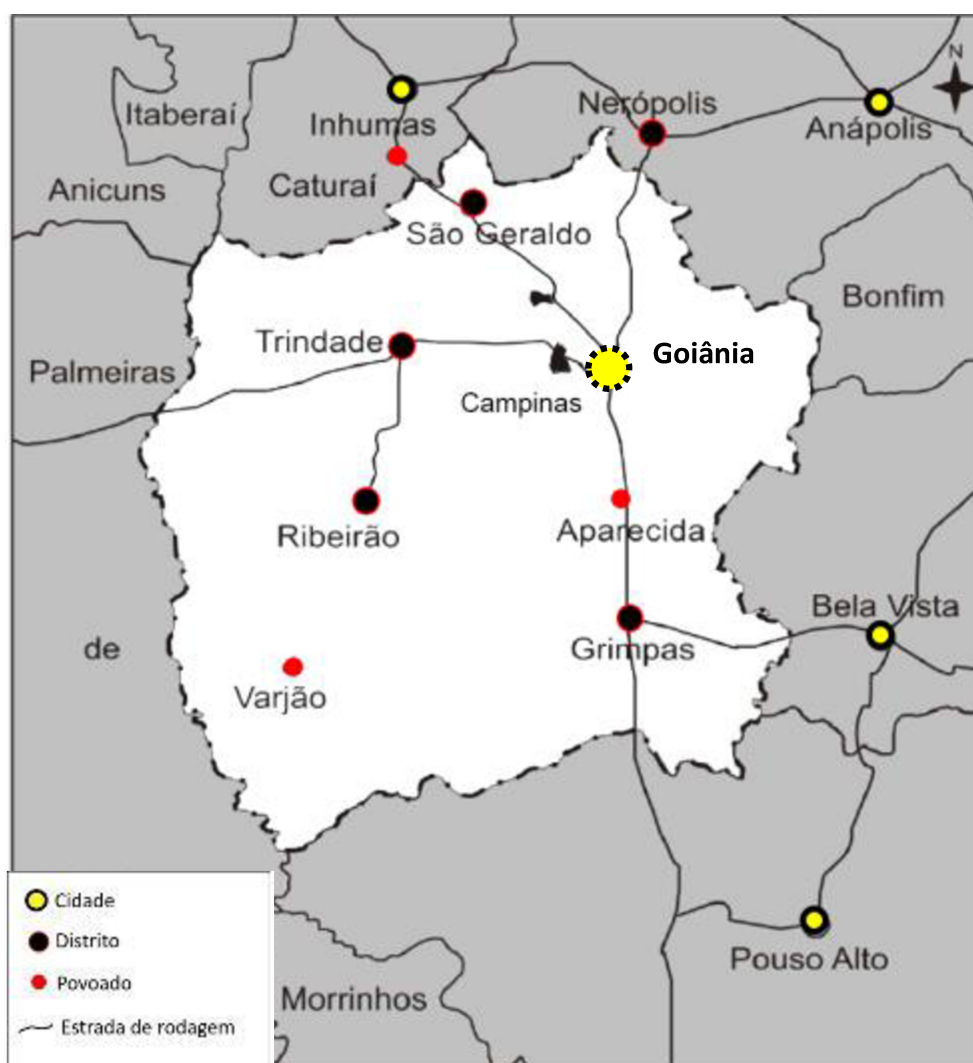


FIGURA 17 – A fragmentação do território de Anápolis e Bela Vista para a criação da nova capital. Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Anuário estatístico do Brasil. Ano III. Rio de Janeiro, 1937, elaboração e pesquisa do mapa Vandério Pinto (2009); Modificações de Pedro Oliveira (2017).

Importante destacar que a estrada de rodagem, sobre a qual será locada a nova capital de Goiás, funciona como o caminho tronco no qual se insere a conformação da metrópole. A escolha vai além de um sítio natural favorável para implantação, uma rede de cidades na porção sul-sudeste do estado oferece o suporte dessa mudança, desencadeando uma reconfiguração do território regional.

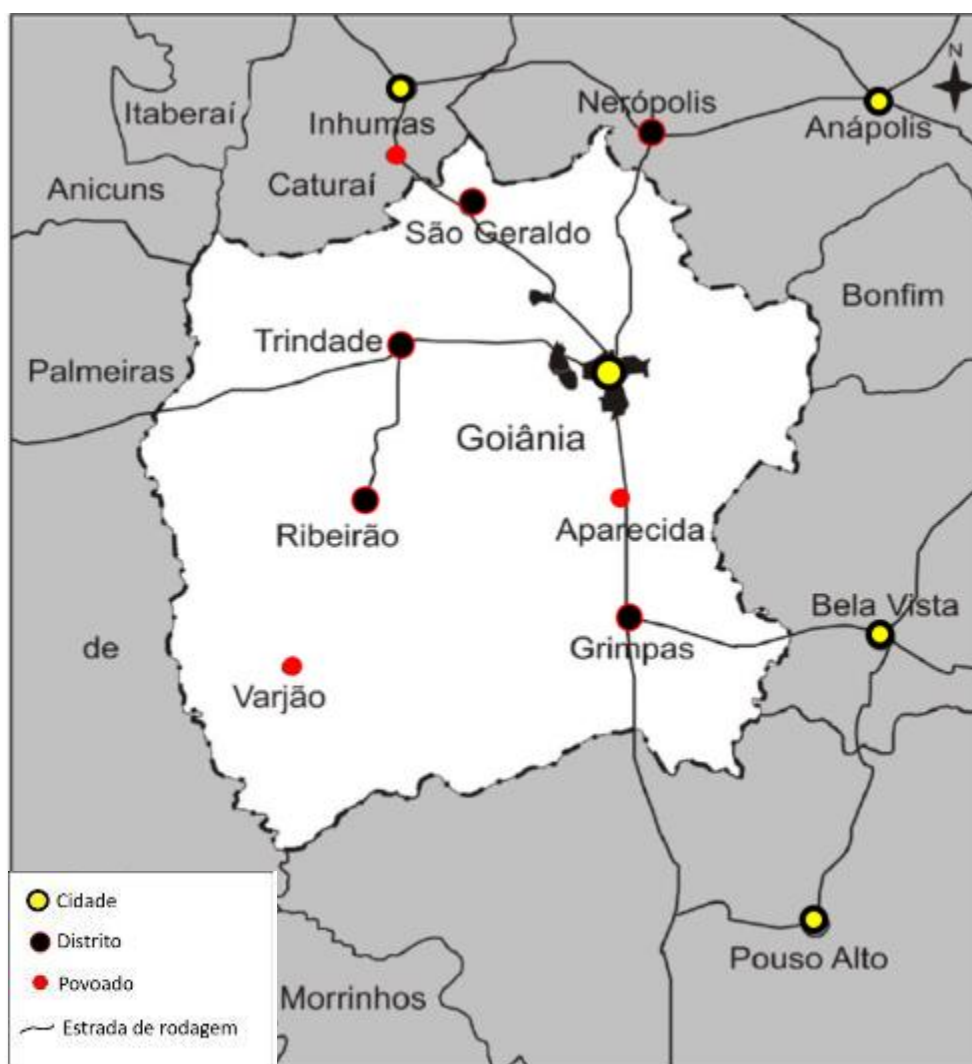


FIGURA 18 – A inserção de Goiânia e sua relação com o território

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Anuário estatístico do Brasil. Ano III. Rio de Janeiro, 1937, elaboração e pesquisa Vandério Pinto (2009); Modificações de Pedro Oliveira (2017).

O projeto da capital goiana, de autoria do arquiteto e urbanista Attilio Correa Lima, já foi tratado em diversos estudos, porém o que se pretende destacar nessa concepção, além do que já foi dito, é a ênfase de que Goiânia nasce para ser uma metrópole. É recorrente a crítica superficial, nem tanto nos meios especializados, de

que a cidade que foi criada para 50 mil habitantes, em poucas décadas ultrapassou e muito essa estimativa do projeto. Mas o que se esquece de mencionar, é que uma cidade de 50 mil habitantes, na década de 1930, é em tal contexto, uma cidade grande. primeiro período da formação da área metropolitana, um esforço nacional em empreender uma “modernização possível”¹³ do território goiano.

Em José V. Pinto (2009), conseguiu-se compreender a partir de Arrais (2007, p. 100), que a “construção da nova capital não trazia consigo somente a necessidade de ocupar o interior de Goiás, mas de construir um novo projeto político regional capaz de estabelecer uma nova centralidade”. Segundo ele, Arrais (2007, p. 102) destaca ainda que “Goiânia mudou definitivamente o perfil e o eixo de povoamento em Goiás. Estimulou a migração, dinamizou a economia regional, mobilizou recursos, pois se tratava não de mais uma cidade, mas de uma capital que deveria representar o progresso, a modernidade”.

Posterior e conjuntamente à implantação de Goiânia, temos diversos fatores a influenciar e reestruturar o espaço urbano de Goiás, como os movimentos de ocupação ligados às frentes de expansão e às frentes pioneiras, destacados por vários autores, dentre eles, Borges (1990), Chaul (1997), Barreira (1997) e França (1985). (PINTO, p.44, 2009) Segundo Pinto (2009):

Em 1940, período de instalação da CANG, Goiás apresentava uma população de 661.140 habitantes distribuídos por 52 municípios. Entre 1940 e 1950, a população goiana dobrou, saindo de mais de 600 mil para 1.214.921 pessoas (ver tabela 03). Houve também um acréscimo de mais 15 novos municípios, chegando a 77 no total. Mas a fragmentação municipal mais marcante ocorreu entre 1950 e 1960 com o aumento de mais 67 municípios, quase o dobro do total, chegando a 144 municípios (PINTO, p.46, 2009)

No quadro a seguir temos um pouco da formação das cidades do entorno de Goiânia e demais envolvidas na conformação de seu território municipal.

¹³ Referência direta ao livro do Arquiteto e Urbanista Alexandre Ribeiro Gonçalves “Goiânia: uma modernidade possível” (2002).

Municípios	Ano de origem	Ano de criação	Município de origem
Anápolis	1859	1887	Pirenópolis
Aparecida de Goiânia	1922	1963	Goiânia
Bela Vista de Goiás	1852	1896	Bonfim
Goiânia	1935	1935	Anápolis, Bela Vista
Hidrolândia	1895	1948	Piracanjuba
Inhumas	1858	1931	Itaberaí
Nerópolis	1894	1948	Anápolis
Piracanjuba	1833	1886	--
Trindade	1840	1943	Goiânia

Fonte: Censos demográficos de 1937, 1946, 1958 e 1960.

FIGURA 19 – Quadro com a criação de municípios goianos e fragmentações
Elaboração e pesquisa: PINTO, 2009.

Municípios	Pop. 1936	Pop. 1940	Pop. 1950	Pop. 1960
Anápolis	23.375	39.148	50.338	63.029
Aparecida de Goiânia	--	--	--	3.199
Bela Vista de Goiás	6.727	8.195	10.544	11.710
Goiânia	18.970	48.166	52.389	150.306
Hidrolândia	--	--	6.356	5.471
Inhumas	7.114	12.320	17.629	21.985
Nerópolis	--	--	5.739	6.996
Piracanjuba	19.617	15.544	17.398	15.874
Trindade	7.616	--	8.247	13.265

FIGURA 20 – Tabela com alguns municípios goianos e suas populações de 1936 a 1960. Destaque para Goiânia e seu incremento populacional vertiginoso entre 1950 e 1960.
Elaboração e pesquisa: PINTO, 2009.

Na tabela acima percebe o surgimento dos municípios em sua grande maioria no século XIX. Os territórios que ocorrem a fragmentação para se comportar novos municípios, bem como a evolução da população após a mudança da capital. Goiânia irá crescer de modo abrupto entre a década de 1950 e 1960, passando de pouco mais de 50 mil habitantes para 150 mil. Para se antever essas transformações ao longo do tempo no espaço intraurbano de Goiânia, adentra-se no estudo das diversas configurações urbanas assumidas pela capital.

3.2. Primeira conformação (1933 – 1935): controle e contenção da extensão urbana - Goiânia “cidade-jardim”

Aqui na primeira conformação se destaca o controle e contenção da extensão urbana e da estruturação intraurbana original de Goiânia como características representativas desse período. Dentre outras possíveis filiações¹⁴ contidas na forma urbana do Plano original de 1933, percebemos que no aspecto relacionado ao crescimento e expansão da cidade obedece a princípios da cidade-jardim concebida por Ebenezer Howard em *To-morrow* (1898). Na concepção de Goiânia pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima. As intenções e considerações do plano original são trazidas como testemunha de uma primeira estrutura, pois é aqui que se determina a implantação da capital, bem como o traçado das principais ruas. Destaca-se que pontos essenciais da criação de Howard como os princípios da cidade social enfatizado por Lewis Mumford, e também por Peter Hall ¹⁵ (2016), não são tocados pelo plano original de Goiânia. Porém, nota-se no plano original, uma praça central, uma cidade com uma extensão urbana final, situada entre córregos que naturalmente comporiam para a delimitação de um cinturão de área rural, a separar a cidade-central das cidades-satélites. Goiânia como cidade-central planejada, é desde sua concepção inicial pensada para ser uma metrópole, no sentido de hierarquia urbana dentro da rede urbana em que se inseria a nova capital do estado.

O mapa a seguir mostra a planta do Plano Diretor de Goiânia elaborado pelo Atílio Corrêa Lima em 1933. A inserção de seu plano urbano se dá respeitando e tirando partido da topografia e recursos naturais, propondo uma planta relacionada com as curvas de nível e cursos d'água conforme se atesta no mapa e em suas palavras (Cf. IPLAN, 1942). Os córregos Capim Puba e Botafogo delimitam a extensão da cidade de oeste a leste respectivamente.

¹⁴ Como já foi destacado por outros pesquisadores, como uma derivação norte-americana em Radburn, influenciando os boulevards franceses para se pensar movimento *City Beautiful*

¹⁵ Mais informações a respeito, consultar “A cidade no jardim – a solução cidade-jardim” em Peter Hall (2016), *As cidades do amanhã*.

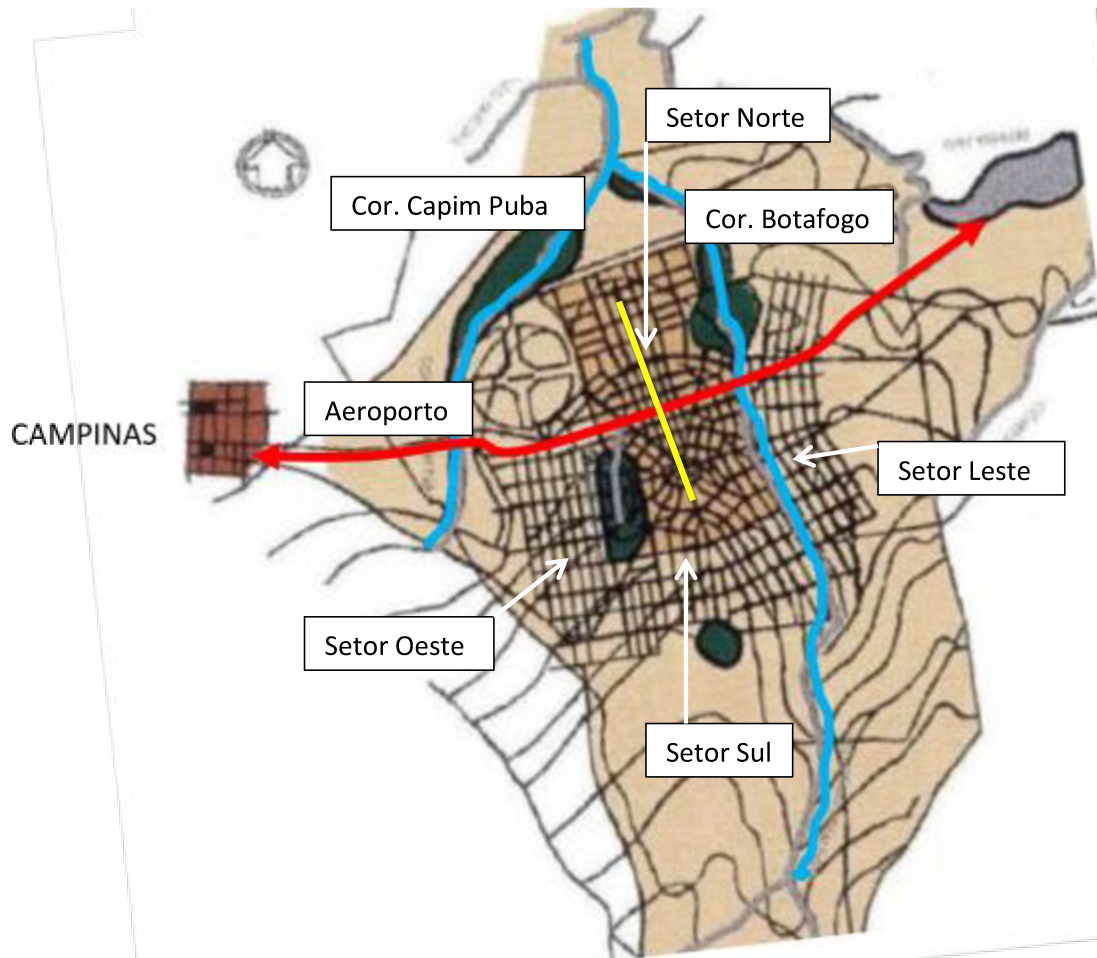


FIGURA 21 – Plano Original de Atílio Corrêa Lima – 1933 Fonte: Plano Diretor de Goiânia de 1992 (p. 20), modificações do autor.

Destacado pela linha vermelha está a Av. Anhangüera que fazia a ligação da estrada de rodagem com Goiânia e desta para a cidade Campinas. Esse grande eixo leste-oeste, estabelece com o eixo norte-sul em amarelo, a Av. Pedro Ludovico (posteriormente Av. Goiás), o centro principal de comércio e serviços da capital. Essa avenida foi projetada como um grande boulevard, reservando 45% de sua área a espaço verde, uma das alternativas para as chuvas abundantes, além das vias seguirem as curvas de nível, no sentido de terem menos inclinação possível, também muito espaço livre para a infiltração da água de chuva. Os córregos teriam seus leitos preservados e sua mata ciliar idem. Seriam posteriormente feitos grandes parkways conforme consta no Plano Diretor, bem como as áreas verdes internas, de nascentes e outras reservas naturais, seriam preservadas e transformadas em parques urbanos. Conforme o plano original, quase 35% da área da cidade seria espaço público. (Cf. IPLAN, 1942)

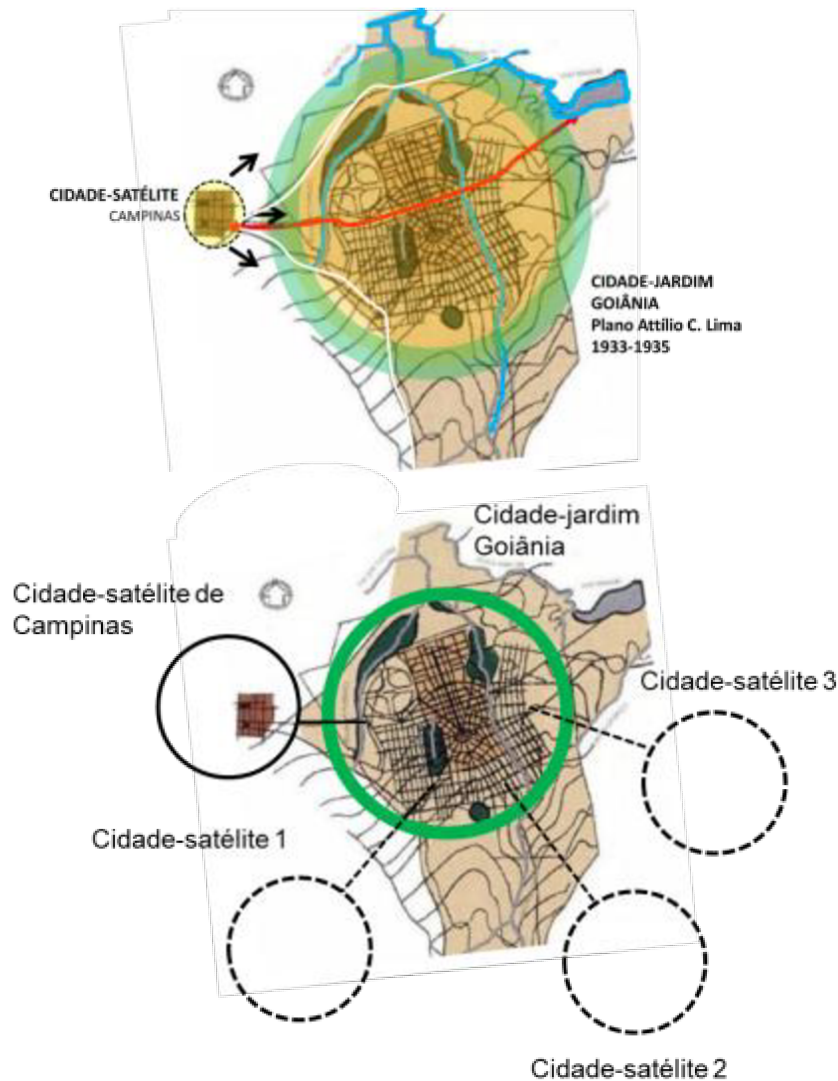


FIGURA 22 – ANÁLISE DO PADRÃO DE CRESCIMENTO DA “CIDADE-JARDIM GOIÂNIA” (1933-1935)

O anel verde desenhado na análise acima revela a contenção da extensão urbana, sendo os limites naturais dos dois córregos pensados para serem os parkways, funcionariam como uma espécie de limites da “cidade-jardim”¹⁶ insinuando um cinturão de área rural, verde. A cidade de Campinas, aparece nessa primeira estrutura como uma cidade-satélite, que posteriormente se conurbaria com a capital, mas uma conurbação pensada e orientada através dos eixos viários e dos espaços verdes preservados entre elas. Desse modo, temos uma estrutura em que

¹⁶ Ressalta-se que cidade-jardim foi mais uma das várias influências no plano original, e que é aqui ressaltada por estar relacionada ao tema de contenção de população e extensão da forma urbana. Importante também mencionar que o plano original não incorporou a maioria dos preceitos idealizados por Howard, se mesclando a outras experiências derivadas e já esvaziadas como Radburn nos EUA.

o crescimento urbano é controlado e contido, aos moldes da preocupação das grandes cidades europeias e norte-americanas com a desordenada expansão urbana pós-revolução industrial. Os parâmetros da extensão da forma urbana e do contingente populacionais deveriam estar sob controle, conforme tais preocupações.

Complementando a leitura dessa primeira conformação temos a disposição dos elementos estruturais no espaço intraurbano. A estrutura intraurbana foi concebida de modo a colocar cada elemento seu: centro/subcentro, residências e indústrias, em diferentes setores. Conforme figura a seguir observamos os setores: comercial, industrial, residencial urbano e residencial suburbano. A planta da cidade representada pela figura a seguir, mostra como deveria ter sido implantado o setor Sul segundo os princípios de Atílio em 1934, para o Plano Diretor que seria entregue ano seguinte. O Setor Sul será totalmente modificado com a contratação da empresa dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno no ano de 1936, que já atuavam na construção da capital. Essa atuação mais direta dos engenheiros construtores da capital, marcará a transição de um modelo próximo de cidade-jardim, para uma cidade disposta a se expandir, modificando o Setor Sul para um projeto de bairro-jardim.

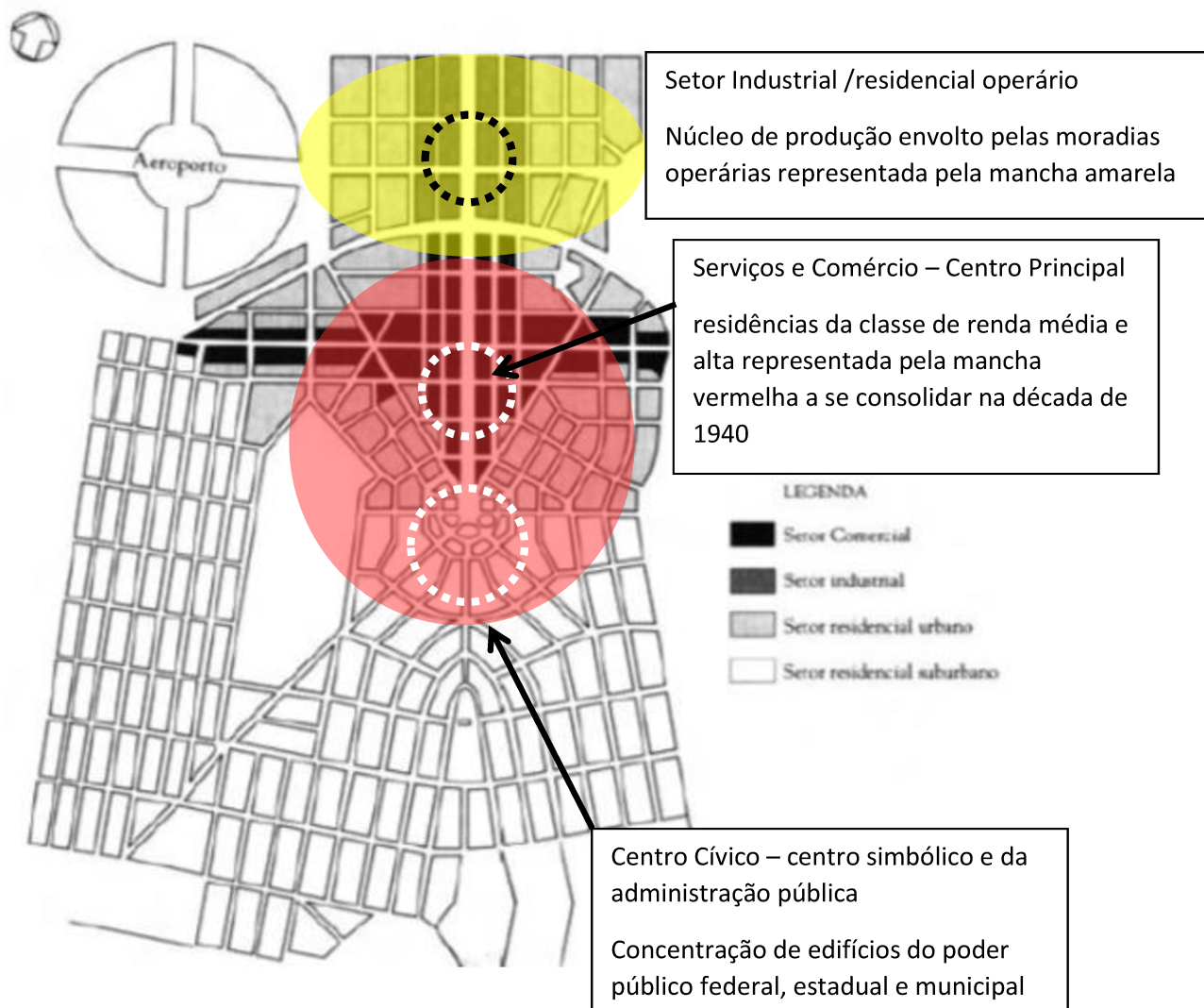


FIGURA 23 – Mapa com a setorização proposta por Attilio Corrêa Lima – 1934 e indicação da estrutura intraurbana Fonte: ACKEL, 2007, p.140. Modificações do autor 2018.

Destacou-se nessa primeira conformação não apenas a forma final, mas a intenção de se manter o controle sobre a forma urbana em sua extensão e produção. Por se tratar de um período em que se iniciava a construção da capital, e por durar apenas a elaboração e apresentação do Plano Diretor (1933-1935) marca a configuração da cidade, tanto em seu modelo radioconcêntrico quanto sua setorização do espaço urbano, que perdura como um espaço herdado (LIPIETZ, 1988) nas conformações subsequentes.

A figura a seguir é de uma foto aérea de 1936, em que demonstra quão incipiente ainda estava a construção de Goiânia, que havia começado há aproximadamente um ano (1935). Em contraste com o traçado moderno da capital, a

ocupação da margem direita do Córrego Botafogo pelos acampamentos dos construtores, ocupação que posteriormente será regularizada, ainda na década de 1940 como se verá na próxima conformação intraurbana.

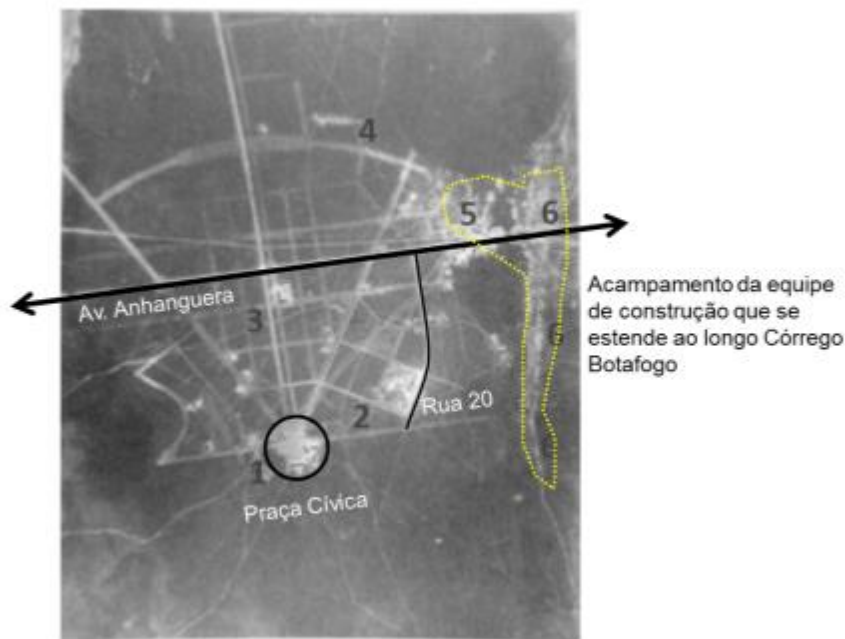


FIGURA 24 – FOTO AÉREA DE GOIÂNIA EM 1936
Fonte: Marques (2012, p.50). Modificações do autor 2018.

A centralização do poder estatal sobre a produção e comercialização da terra em Goiânia nesse primeiro momento, permanecerá até a próxima fase com tal controle. Porém, na segunda conformação a cidade assumirá uma tendência à expansão totalmente diversa daquela apregoada pelo plano original. O padrão de crescimento e expansão serão outros, aparecerão como contrastantes em relação a contenção e ao controle dessa primeira conformação

3.3. Segunda conformação (1936 – 1950): cidade voltada para a expansão – Goiânia: de cidade-jardim à cidade com bairro-jardim

Como demonstrado na figura anterior, a segunda estrutura se inicia com a cidade em seus primórdios, mas que confere uma diferença considerável com relação ao Plano Diretor de Atílio anteriormente. Goiânia não mais terá uma “forma final”, uma extensão urbana delimitada e com orientação para se expandir com a criação de cidades-satélites, aos moldes daquilo proposto por E. Howard (1898), em

que a cidade-jardim principal, teria um limite de extensão da forma urbana e também de contingente populacional. Atílio propunha que Goiânia tivesse apenas aqueles 5 setores (Central, Norte, Sul, Leste e Oeste) e que sua expansão se desse pelas cidades-satélites, como Campinas foi vista pelo Plano Diretor de Atílio, e posteriormente, ao menos no discurso oficial. A conurbação entre elas seria orientada, mas seria mantida a independência entre os dois núcleos urbanos.

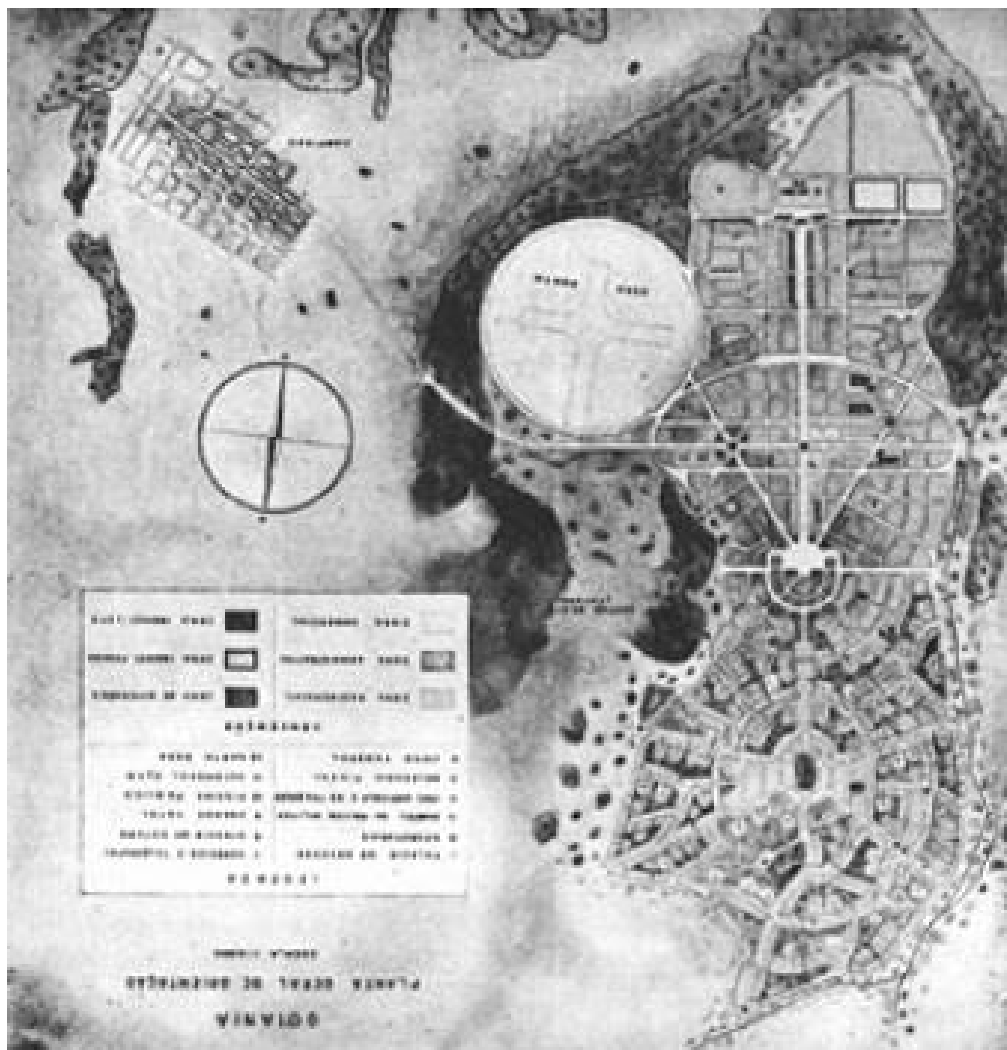


FIGURA 25 – Planta de urbanização 1938 Fonte: Plano Diretor de 1992.

A idealização de uma capital aos moldes de uma cidade-jardim será subvertida de modo evidente nesse segundo momento. Destaca-se que é aqui que Goiânia define o modo de se expandir nas décadas subsequentes, um crescimento extensivo que se materializa numa forma urbana espalhada. Dentre os principais processos estão materializados nos: 1. Plano de Urbanização de 1938 (Decreto 90-

A) – alteração do setor sul. 2. o aumento da área de expansão urbana, Decreto 574/1947, para além dos limites propostos no plano original de ficar entre os córregos Botafogo e Capim Puba. 3. Desobrigação do empreendedor imobiliário de fornecer infraestrutura mínima que culmina na mudança da segunda para a terceira estrutura, durante a década de 1950, que por isso, se repete enquanto marco temporal tanto nesta quanto naquela estrutura, enfatizando a transição que se dá na aprovação e na subsequente inscrição na forma urbana de Goiânia de quase duas centenas de loteamentos.

Em 1938 é apresentado oficialmente a alteração do Setor Sul, conforme imagem a seguir, paradigmática no sentido de demonstrar o esvaziamento da proposta de Attilio, ao reduzir influências do “protótipo” cidade-jardim, ao “estereótipo” bairro-jardim¹⁷. Poderíamos aqui, interpretar que o “desplanejamento” apontado por Gonçalves (2002), talvez não reflita apenas o período da década de 1950, início da década de 1960, mas tenha suas raízes nessa segunda estrutura.

Um outro fator a diferenciar esse momento da estruturação do espaço intraurbano, será a aparente manutenção do crescimento da cidade por meio das cidades-satélites. Aparente pelo fato de que no ano de 1947 com o Decreto 574/47, somente menciona-se a criação de cidades-satélites, algo que o Plano de 1938 também o fazia. O fato é que em nenhum momento especificou-se como deveria se dar tal expansão, ou criação das cidades-satélites. Percebe-se a permanência apenas do discurso do plano original de Goiânia, pois na prática a cidade saía de uma ideia de contenção e controle para a de um controle, porém com um crescimento extensivo, espraiado.

Aqui teremos alterações profundas sendo a estrutura que de fato se consolida como a extensão da cidade alterada, a outra metade de sua forma, o setor sul, é totalmente redesenhado. Essa fase culmina com a aprovação de mais de uma centena de loteamentos, que marcam a década de 1950. Conforme explicado na metodologia, se repete essa década na segunda e terceira estrutura, por ser um decênio importante para ambas. No ano de 1950, aprova-se um decreto no qual

¹⁷ Conforme também comentado por Alexandre Gonçalves (2002) acerca da incorporação das ideias de cidade-jardim já esvaziadas de suas principais bases e premissas, faço alusão á análise sobre o “Uso do pilotis em Brasília: do protótipo ao estereótipo” de Francisco Lauande, que saem do protótipo ao esterotipo reproduzido ao longo dos anos, esvaziando a proposta original de permeabilidade, visibilidade, de um espaço comum, público que é valorizado e não subjugado pelo espaço privado.

ainda se encontra que a expansão de Goiânia deva se dar pela criação de cidades-satélites, porém a falta de como de fato isso iria ocorrer de crescimento controlado e contido para um que visa a expansão e o espraiamento da extensão urbana.

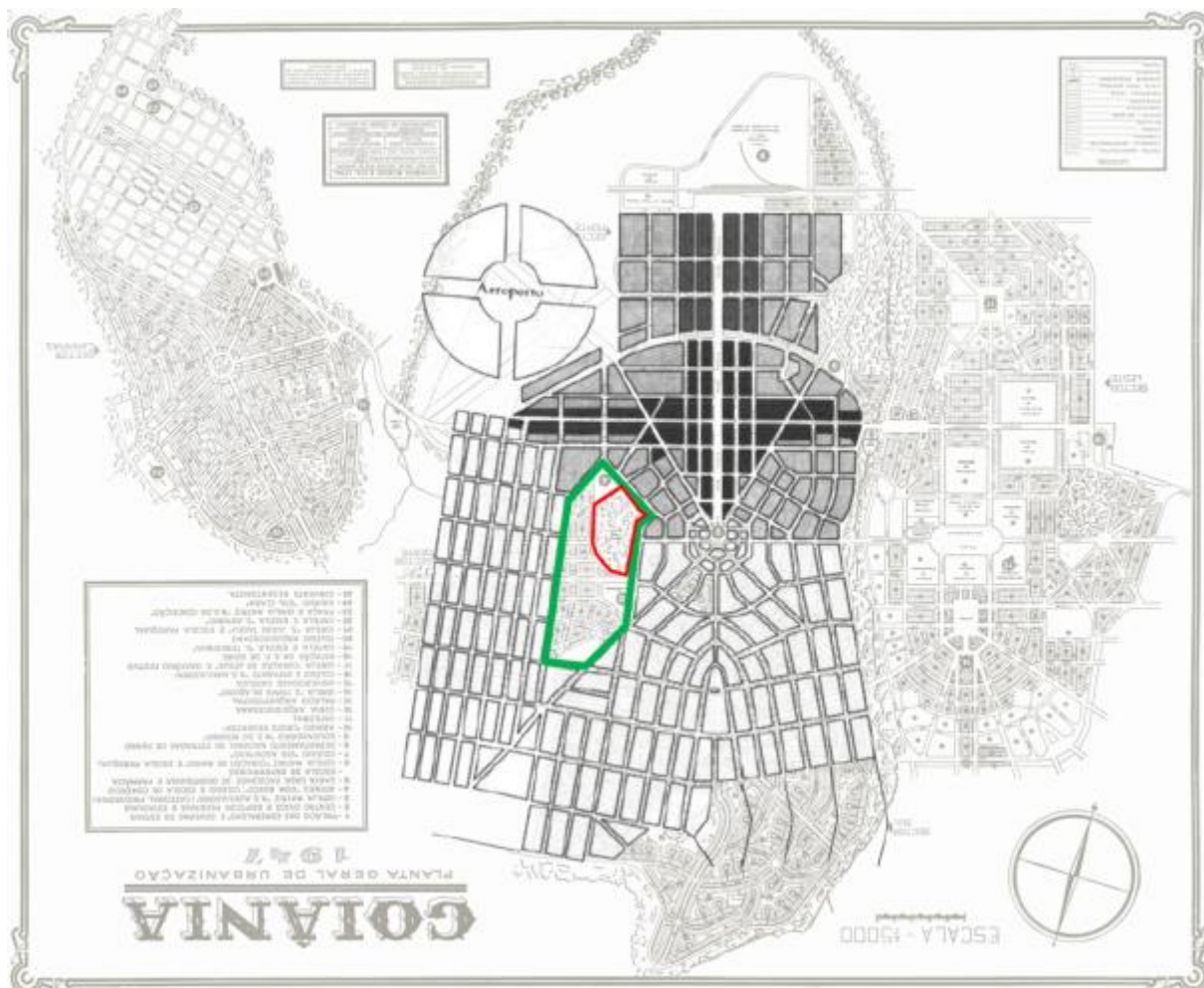


FIGURA 26 – SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS REPRESENTATIVOS DA PRIMEIRA CONFORMAÇÃO (1933-1935) E SEGUNDA CONFORMAÇÃO (1936-1950). FONTE: Planta de Goiânia no Plano Diretor – 1934 In: ACKEL, 2007, p.45. Planta de Urbanização de 1947. Modificações do autor.

Em destaque na imagem acima, o Parque Bosque dos Buritis que tem sua área diminuída do contorno verde (1934) para o vermelho (1947), e o setor sul totalmente redesenhado ainda em 1937, conforme Decreto nº 2.133 e posteriormente na aprovação do Decreto 90-A correspondente ao Plano de Urbanização de 1938. Este retrata indícios que marcam o abandono do cerne da primeira conformação intraurbana proposta por Attilio, que o desenvolvimento e

crescimento da cidade se desse em consonância com o meio natural, dada a quantidade de reservas e matas ciliares preservadas em seu plano original de 1933-1934. Nesse segundo momento, em que o arquiteto já não está mais presente, percebe-se como que em uma década altera-se a estruturação intraurbana, com a planta de urbanização de 1947 ficam evidentes expansões não previstas, indicando com os projetos do Setor Universitário e Vila Nova, bem como do Setor Oeste, continuidades de vias em seus limites, indicando um padrão de crescimento extensivo, e não mais contido como aos moldes de uma cidade-jardim.

Esses sinais se materializam na Planta de urbanização de 1947, indicando que preceitos da cidade-jardim já não mais orientavam o crescimento de Goiânia, o que estava colocado desde a saída de Atílio, era uma outra lógica de crescimento, uma expansão urbana disposta a se alastrar pelo território.

Nesse período de construção da capital e início da ocupação (1935-1950) o centro principal de Goiânia ainda estava em desenvolvimento, sendo que a centralidade que Campinas exercia, assumia uma função de centro principal de comércio e serviços. Campinas funcionando como o centro principal de Goiânia, atendia tanto os moradores locais quanto os que residiam na capital em consolidação. Desse modo, observamos como se dá a estrutura intraurbana, com o centro de Goiânia ainda em desenvolvimento (PAULA;CORREA;PINTO, 2005) Baseado na tese de Marques (2012), percebe-se como há uma consolidação do entrono da praça cívica, em que as residências de médio e alto padrão se concentram nas manchas de vermelho entre as décadas de 1940 e 1950. As manchas em amarelo representam as moradias dos “funcionários” e da classe média baixa e baixa, dispostos a norte, junto à zona industrial e à leste.

iria se expandir, por meio de um crescimento extensivo, através do espraiamento territorial.

3.4. Terceira conformação (1950 – 1980) – início da dispersão e concentração urbana - emersão da metrópole goiana.

Essa terceira conformação é a que marca o ponto de inflexão entre a estrutura intraurbana da cidade de Goiânia, para a da metrópole. A partir da década de 1950 um outro padrão de crescimento é consolidado, aquilo que se prenunciava em 1947 se efetiva com a aprovação de mais de uma centena de loteamentos, evidenciando o início do processo de dispersão residencial. Apesar de muitos loteamentos aprovados em 1950 só serem ocupados ao longo da década de 1960, 1970 e até 1980, coloca-se como um marco na sua maneira de crescer e se expandir.

A profundidade das mudanças socioespaciais presentes nesse período, serão as que marcarão a transição para seu status de metrópole, tanto pela crescente polarização da rede urbana, quanto pela intensificação das relações entre a capital e seu entorno, que nesse período irão colocar a cidade de Goiânia, numa condição de aglomerado urbano, apresentando contiguidade da mancha urbanizada e integração entre os municípios que compõe tal aglomerado.

A duração desse período de três décadas se justifica pelas manifestações espaciais que impõem outra forma urbana, em sua extensão e conteúdo. Subdividir esse período seria perder o conjunto de transformações que ensejam o início da dispersão residencial em um primeiro momento (1950-1970) e da dispersão comercial (1980) simbolicamente representado pela construção do Shopping Flamboyant em 1981, que marca a década em que se passa para outro período de estruturação. Nessa terceira estrutura temos os inícios dos processos de dispersão e concentração, sendo que na fase posterior teremos sua consolidação e aprofundamento desses processos.

Em seu conteúdo a estrutura intraurbana é marcada pelo processo de mudança do centro principal para Goiânia, pois aqui nesse período o centro de Campinas torna-se secundário em relação ao centro tradicional planejado da capital.

Analisando brevemente o contingente populacional, temos indícios da profundidade das transformações socioespaciais durante a consolidação dessa terceira estrutura, de 1950 a 1980, Goiânia passa de pouco mais que 50 mil habitantes para um total de mais 730 mil. Na década de 1950 até início de 1960, a população de Goiânia salta de 53.389 habitantes para mais de 151.013 habitantes. Desse total da década de 1960, 101.254 eram migrantes, o que correspondia a 67,05% da população total. Esse grande contingente de migrantes provocado principalmente pela construção de Brasília (1956-1960) marcará outro ritmo de crescimento e expansão urbanas, pois Goiânia chega na década de 1970 com 380.773 habitantes.



IMAGEM 01 – FOTO AÉREA DE GOIÂNIA NO FINAL DA DÉCADA DE 1950

Fonte: IBGE, história dos municípios.

A imagem acima mostra Goiânia no final da década de 1950, em que se vê em primeiro plano o Setor Sul sendo ocupado, por apensar de seu projeto ser aprovado em 1938, só começou a ser ocupado na década de 1950 (Cf. GONÇALVES, 2002).



IMAGEM 02 – FOTO AÉREA DE GOIÂNIA NO FINAL DA DÉCADA DE 1950

Fonte: IBGE, história dos municípios.

Em destaque de amarelo parte do Setor Oeste no início de sua ocupação, ainda sob os moldes de uma baixa densidade. Em frente a ele o “vazio” do Aeródromo. Essa expansão de modo espraçado enuncia a nova fase que marca a forma urbana de Goiânia, um crescimento extensivo que inclusive marca o transbordamento da área urbanizada da capital sobre o município a ser recriado em 1962. Aqui temos o primeiro padrão de conurbação que ocorre entre Goiânia – Aparecida de Goiânia, que tem início anterior à década de 1970, quando ocorre intensificação dessa conurbação (PINTO, 2009; ARRAIS et al. 2013; LIMA, 2014). A cidade de Aparecida de Goiânia surge já conurbada à capital, como bem demonstra o mapa a seguir de 1958.



FIGURA 29 – MAPA COM CIDADES DO ENTRONO DE GOIÂNIA E SUAS RESPECTIVAS MANCHAS URBANAS EM 1958. Fonte: IBGE, 1958. Pesquisa e Cartografia digital: José V. Pinto (2009)

Conjuntamente com a “explosão demográfica” há uma estruturação a nível metropolitano, com a criação em 1976, da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTCC), reforçando as bases para uma expansão da metrópole que desconsidera os limites político-administrativos dos municípios. Conforme Villaça (2001) nos diz

O sistema interurbano de transporte, quando apresenta a possibilidade de oferecer transporte urbano de passageiros, atrai a ocupação urbana nos pontos acessíveis ou potencialmente acessíveis, visto que altera o valor de uso da terra, gerando uma oferta de novas localizações que são

ocupadas por uma parte do excedente de população e atividades geradas a partir da cidade central em expansão. (VILLAÇA, 2001, p.82)

Em 1970 Goiânia atinge a marca de 381.055 habitantes, para em 1980 chegar aos 717.562 habitantes. (IBGE, 1970-1980) Dentro desse panorama do crescimento abrupto de Goiânia, pode-se inferir como tal crescimento ainda se trata de subestimar o real impacto da metropolização. Aqui estamos restritos ao espaço intraurbano de Goiânia, por razões de operacionalização da pesquisa, porém o ideal seria considerar um crescimento além do município. Se considerarmos os crescimentos das cidades de seu entorno, que aparecem no mapa acima, teríamos outro número, e uma aproximação melhor dessa modificação da passagem da urbanização para a urbanização/metropolização. Para demonstrar tal inferência cito Tadeu Arrais (2014):

Na Região Metropolitana de Goiânia, o núcleo metropolitano obteve incremento de 6,54% e 2,31% entre 1970 e 1980 e 1980 e 1991. No mesmo período, a periferia da RMG obteve incremento demográfico de 7,48% e 10,94%, respectivamente. Esse movimento foi registrado na maioria das regiões metropolitanas brasileiras. (ARRAIS, 2014, p.50)

Porém o incremento populacional, bem como os efeitos da metropolização no espaço urbano das cidades lindeiras à capital, escapa do escopo da pesquisa. O espraiamento pelo território foi dominante, mas não foi a única característica da cidade se expandir, pois é nesse período da terceira conformação que a mesma começa a se adensar, com o advento da verticalização. A concentração é evidenciada pela verticalização que acentua-se entre as décadas de 1970 e 1980, sugerindo o que se colocou como o início da concentração, entre 1975 e 1985 a população de Goiânia passou de 555 mil para quase 855 mil habitantes, produziu-se perto de 57 mil novas unidades habitacionais, sendo que 17.222 eram apartamentos distribuídos em 4.304 novos prédios (Cf. PDG, 1992, p. 43). Em um rápido retrospecto sobre essa verticalização que se inicia nesta terceira estrutura temos

imagens da paisagem urbana de Goiânia que demonstra como a verticalização é incipiente até a metade da década de 1960, para em 1970 se acentuar.



IMAGEM 03 – FOTO AÉREA DE GOIÂNIA EM 1965. Fonte: IBGE, história dos municípios

A configuração espacial evidentemente torna-se outra, já que sua estruturação intraurbana se altera: o centro tradicional e os subcentros populares agora se misturam com um novo tipo de centralidade, a de um “centro tradicional” condensado em um edifício, o shopping (destacado no mapa a seguir). A dispersão comercial e de serviços, que tem como um símbolo desse período o primeiro shopping do estado, o Shopping Flamboyant (1981), junta-se ao deslocamento de importantes equipamentos públicos, conformando um centro de administração e de gestão, na região deste Shopping pioneiro. As áreas residências de alta renda, caminham junto com essa nova centralidade, já que será na porção sudeste que se acumularão a maior quantidade dos condomínios horizontais de alto padrão. Estes terão de conviver com alguns bairros populares periféricos anteriormente à autosegregação dos ricos. Desse modo, a quarta conformação (1990-2018) irá aprofundar os traços que chegam a essa década de 1980, de uma cidade imersa na dispersão, uma forma urbana que se transforma de cidade em metrópole.

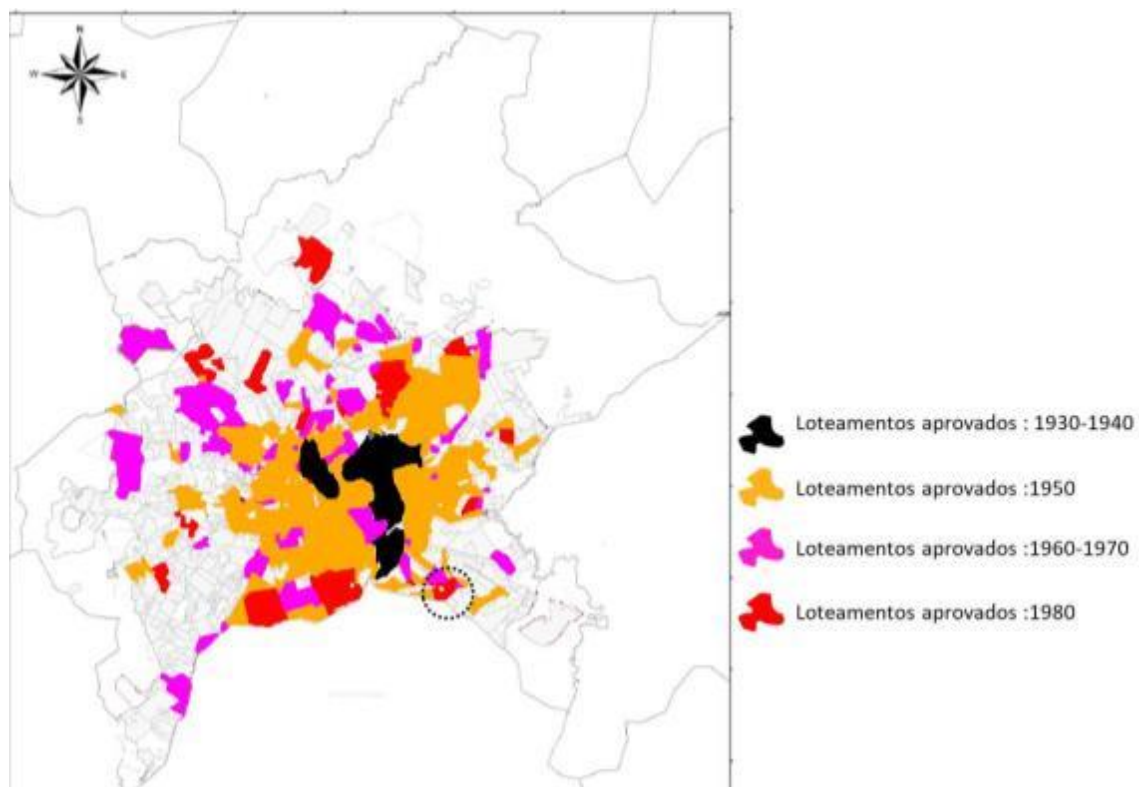


FIGURA 30 – MAPA COM A APROVAÇÃO DE LOTEAMENTOS NAS DÉCADAS DE 1950-1980. Fonte: Rubia Martins (2014). Modificações pelo autor (2017)

Apesar da verticalização enunciar uma acumulação, uma concentração em determinadas áreas, o que se nota como preponderante nesse período é a continuação da expansão horizontal, que traduz como uma cidade que tem sua produção da forma urbana calcada na dispersão. A compressão do espaço-tempo (R. Hidalgo et al, 2016) se faz sentir nessa terceira conformação, que marcou a emersão da metrópole goiana. Esta metrópole já se alastra para além da cidade que a originou, Goiânia. A influência e as modificações se dão em cidades de seu entorno, se intensificando ao longo da próxima conformação, em que notamos não mais o espaço intraurbano do município de Goiânia apenas, mas tentamos compreender a forma da mancha urbana que corresponde ao aglomerado urbano atualmente.

A configuração espacial advinda dessa terceira conformação será a base para a emersão da metrópole. Todos os elementos da estrutura urbana, bem como a relação entre eles, são alterados nesse período. O crescimento populacional vertiginoso nesse período de urbanização/metropolização da capital, sai de 53.389

habitantes em 1950, para 717.562 habitantes na década de 1980. (IBGE, 1950;1980). A forma urbana da metrópole adquire as características típicas de sua condição atual.

3.5. Quarta conformação (1990 – 2018) – consolidação da dispersão e da concentração na metrópole

Nessa quarta conformação teremos a intensificação do processo que na conformação anterior se inicia, a da dispersão urbana conjuntamente à concentração, tanto de uso residencial quanto de uso comercial e de serviços. Esse par dispersão-concentração foi destacado por L. Ribeiro, E. Silva, J. Rodrigues, (2011) como as principais características presentes nas metrópoles brasileiras contemporâneas. Desse modo analisa-se a expansão de loteamentos aprovados entre as décadas de 1990 e 2017, como uma continuidade de um padrão de crescimento disperso, mas que também consolida algumas concentrações ao longo de sua urbanização.

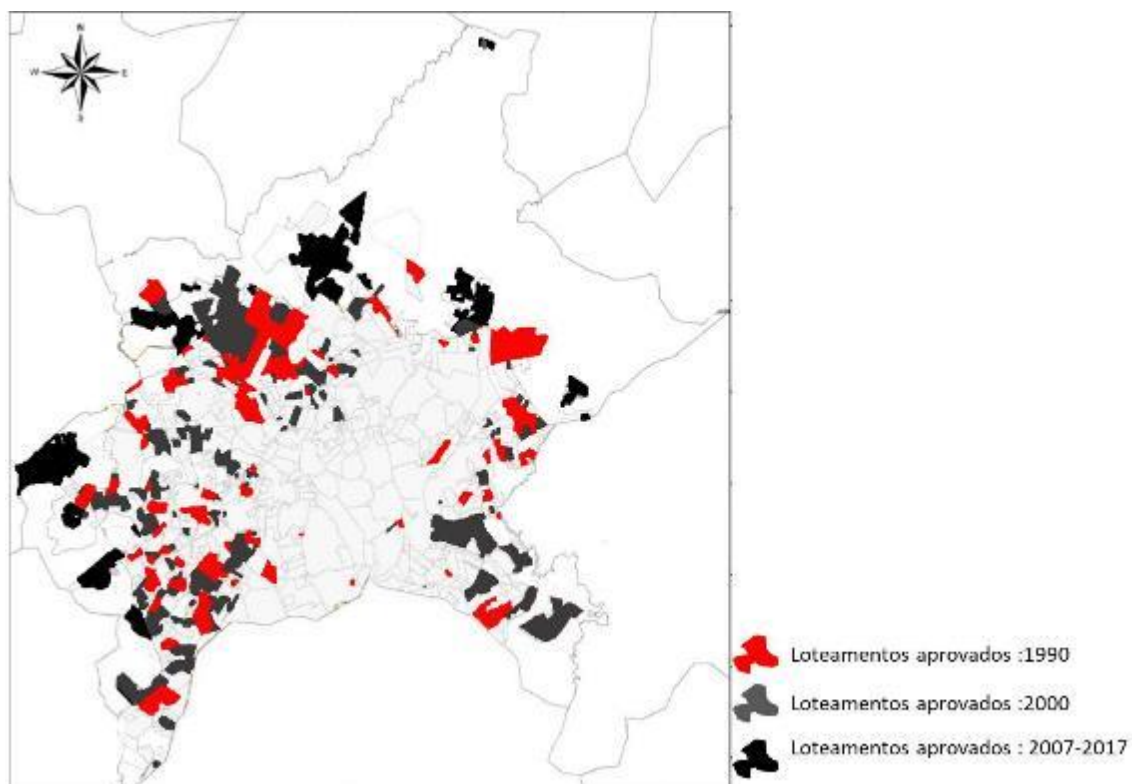


FIGURA 31 – MAPA COM APROVAÇÃO DE LOTEAMENTOS NAS DÉCADAS DE 1990-2017. Fonte: Rubia Martins (2014). Modificações pelo autor (2017)

As concentrações da verticalização de alto padrão acontecem próximas ao centro tradicional, demonstrando aquilo que Villaça (2001) dizia acerca do controle do centro principal por meio das camadas de alta renda. A seguir temos um mapa com os lançamentos entre as décadas de 1980 e 2000 de apartamentos residenciais de alto padrão, encontrados em sites de ofertas de imóveis. Em vermelho, prédios construídos nas décadas de 1980 e 1990. Em preto prédios construídos na década de 2000. Os números próximos aos pontos são das suítes, e quando há mais de um número é por oferecerem mais de uma opção. (MARQUES, 2012)

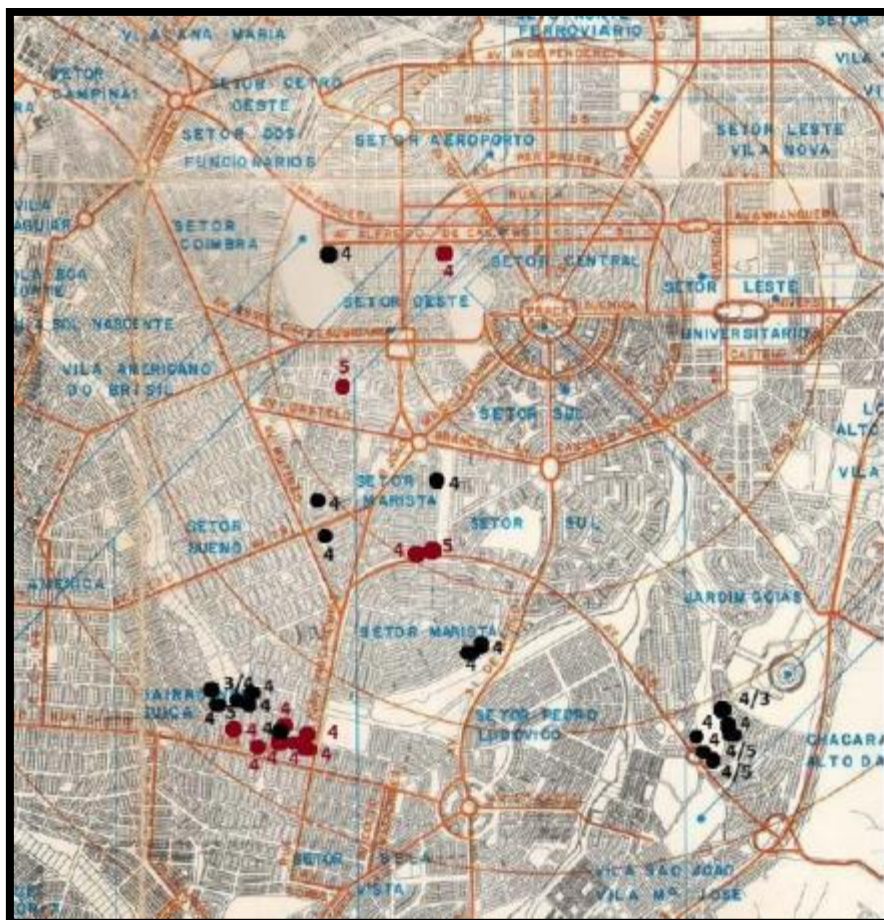


FIGURA 32 – Verticalização para o mercado de renda alta (1980-2000). Fonte: A. Marques (2012), pesquisa e elaboração.

Investigando sobre a dominação do espaço intraurbano de Goiânia, Alexandre Marques pesquisa os lançamentos imobiliários com valor por metro quadrado acima de 4.000 reais. De acordo com a pesquisa da ADEMI-GO de dezembro de 2010 temos em preto, lançamentos residenciais e em vermelho lançamentos comerciais, e em laranja um lançamento de uso misto. (MARQUES, 2012)

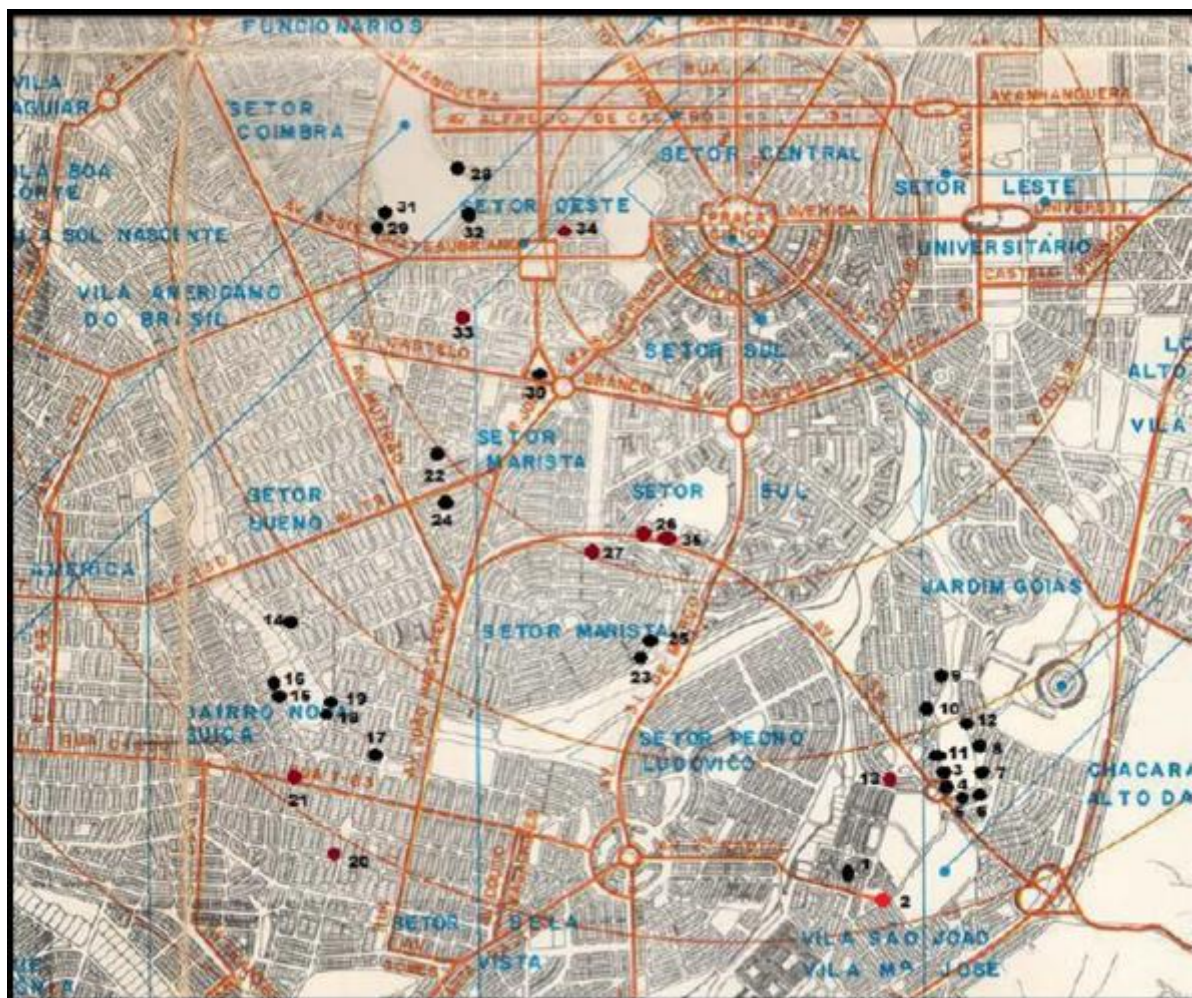


FIGURA 33 – LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS COM VALOR ACIMA DE 4.000 REAIS O M² (2010)
 Fonte: Alexandre B. Marques (2012, p.85).

Notamos com o mapa a seguir, como a verticalização de Goiânia ainda se encontra majoritariamente em sua porção central, os pontos amarelos representam os edifícios com mais de 11 pavimentos.

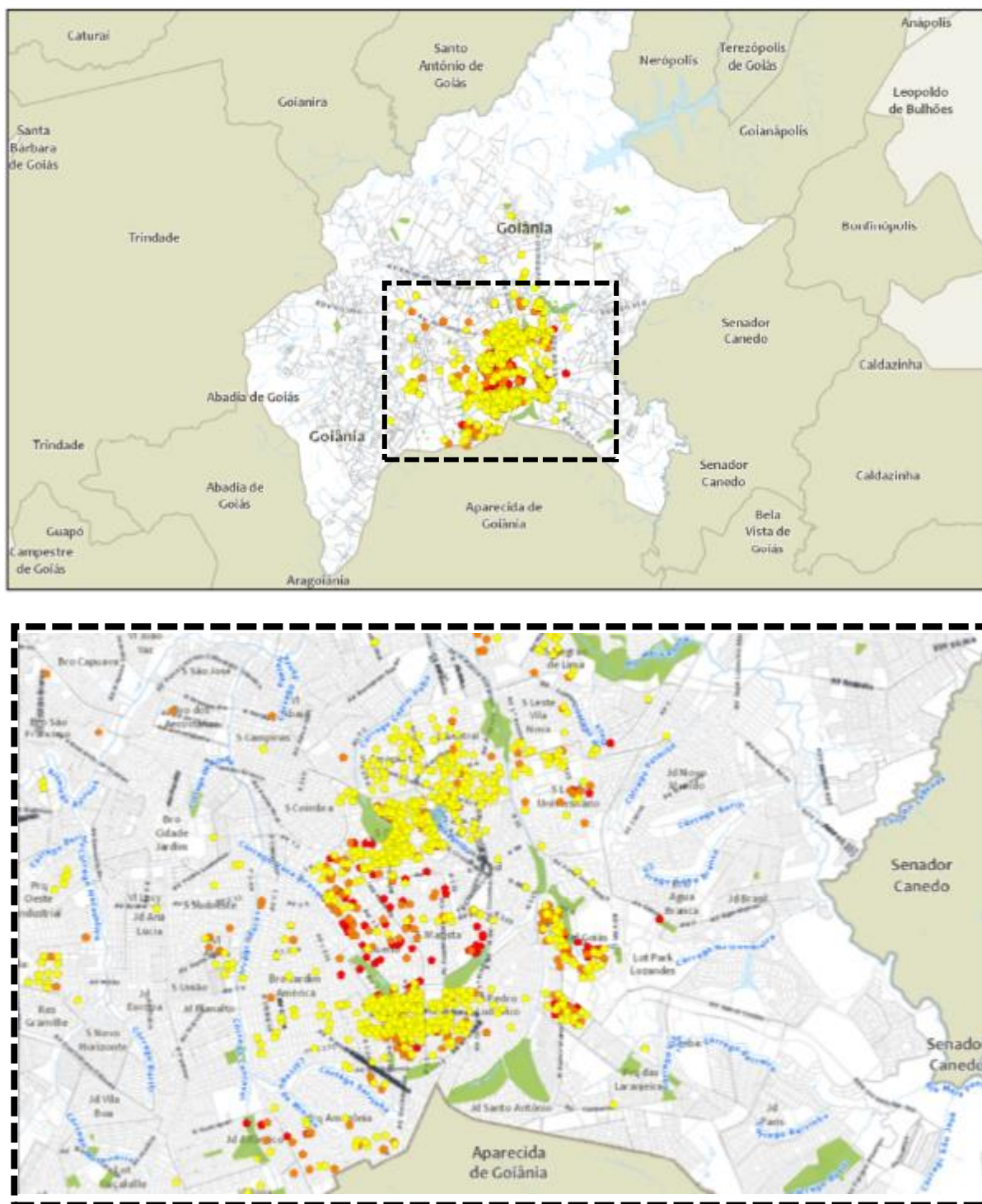


FIGURA 34 – MAPA COM CONCENTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS COM MAIS DE 11 PAVIMENTOS (2018) Fonte: MUBDG (2018) / SEPLANH – SEDETEC

Numa aproximação do mapa da verticalização, feita acima, notamos melhor como se dão certas aglomerações de prédios, em que os pontos laranja e vermelhos, que se tornam mais evidentes correspondem a edifícios com mais de 20 pavimentos. Nessa conformação intraurbana atual, se consolida a forma urbana da metrópole goiana. Aqui aparecem os processos de dispersão e concentração mais

acentuados. Não mais uma concentração apenas de prédios, mas de condomínios fechados de alto padrão. Teremos aliados à concentração desses condomínios uma concentração dos equipamentos públicos como a Prefeitura de Goiânia, Fórum Crim. E Família, Fórum Cível, Ministério Público Federal, Centro de Distribuição de Processos, e as futuras instalações da Assembleia Legislativa, Câmara municipal e Tribunal de Contas do Município, demonstram uma centralidade em consolidação.



IMAGEM 06 – FOTO AÉREA DE GOIÂNIA (2017). Fonte: Empreendimento Europark (2017). Site de divulgação



IMAGEM 07 – FOTO AÉREA DE GOIÂNIA (2017) Fonte: Empreendimento Europark (2017). Site de divulgação



IMAGEM 08 – FOTO AÉREA DE GOIÂNIA (2017). Fonte: Empreendimento Europark (2017). Site de divulgação

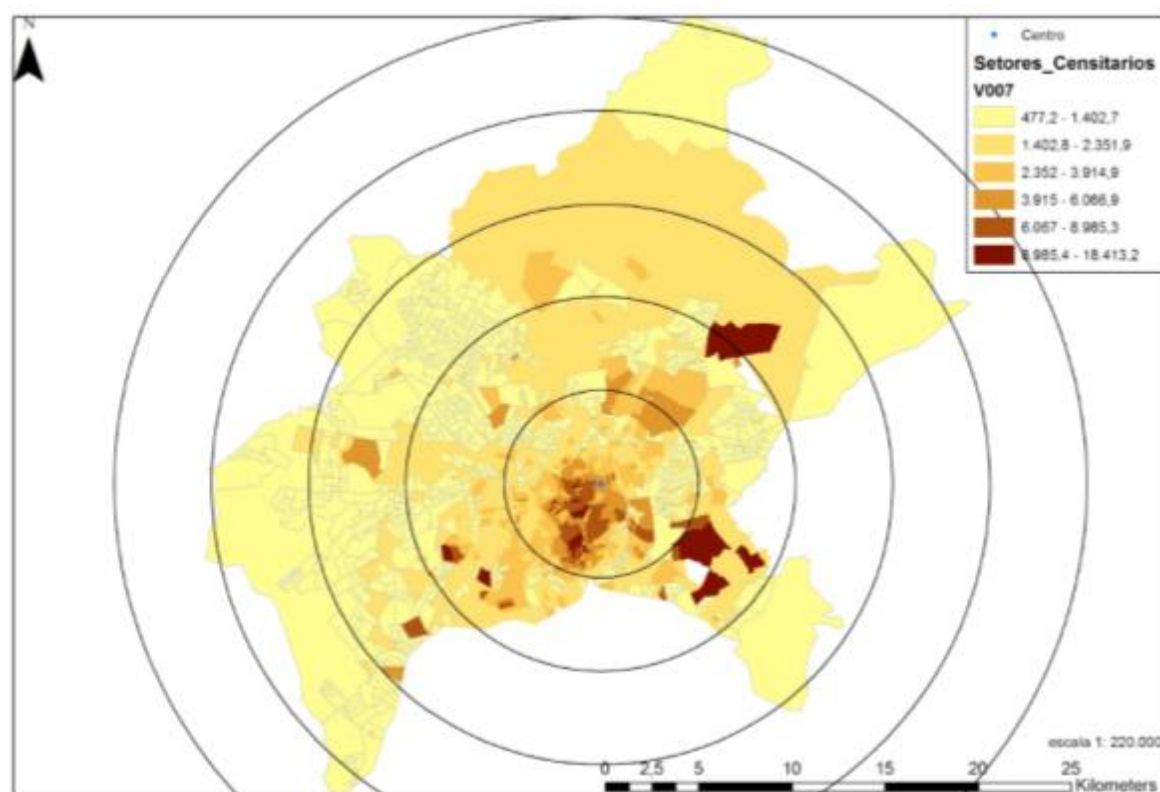


FIGURA 35 – Valor do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento) em Goiânia. Fonte: Censo IBGE 2010. Pesquisa e elaboração: Patrick Zechin (2014)

Nas palavras de Zechin (2014),

No caso de Goiânia, a concentração de renda se dá muito próxima ao ponto adotado como central, com a exceção feita a alguns condomínios fechados situados a até 10km do ponto central, em uma situação de autosegregação. A população de menor renda está espalhada por um arco sudoeste/noroeste a partir de 10km do ponto central. (ZECHIN, p.255, 2014)

A partir dos trabalhos de Marques (2012), Zechin (2014) e de Elcilene Borges (2017) é possível identificar uma estruturação do espaço atual de modo que a população de baixa renda é alocada do extremo oeste da cidade ao norte, representado pelo arco vermelho. As manchas descontínuas em vermelho são para ilustrar a justaposição dos bairros de alta renda com os de baixa renda, um modo bem particular de organização de nosso território, como observa Vasconcelos (2013). A periferização da pobreza em décadas anteriores, fez com que se alojassem inclusive nesse espaço que atualmente concentra os condomínios fechados de alto padrão. No olhar da antropóloga Maria Teresa Caldeira (1991) os muros altos dos “enclaves fortificados” surgem justamente quando se intensifica tal justaposição entre bairros residenciais de ricos e pobres. No mapa a seguir retirado da tese de Patrick Zechin (2014) notamos na porção sudeste um acúmulo de pessoas com rendimento alto, manchas em marrom escuro, que coincidem com os condomínios fechados de alto padrão. Nota-se como estes, estão próximos ao ponto central, localizado na praça cívica, não distando mais do que 10km deste.

No mapa a seguir temos a constatação da concentração de comércios e serviços na porção central da cidade. Segundo os dados do IBGE em sua pesquisa para o Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE) realizado a partir dos dados do censo de 2010, vemos os estabelecimentos, que não são nem de saúde, nem de ensino, nem agropecuários, envolvendo assim, todos os demais estabelecimentos de comércio e serviços variados. As manchas mais escuras mostram uma concentração maior desses estabelecimentos, que por sua vez encontram-se na porção central da cidade.

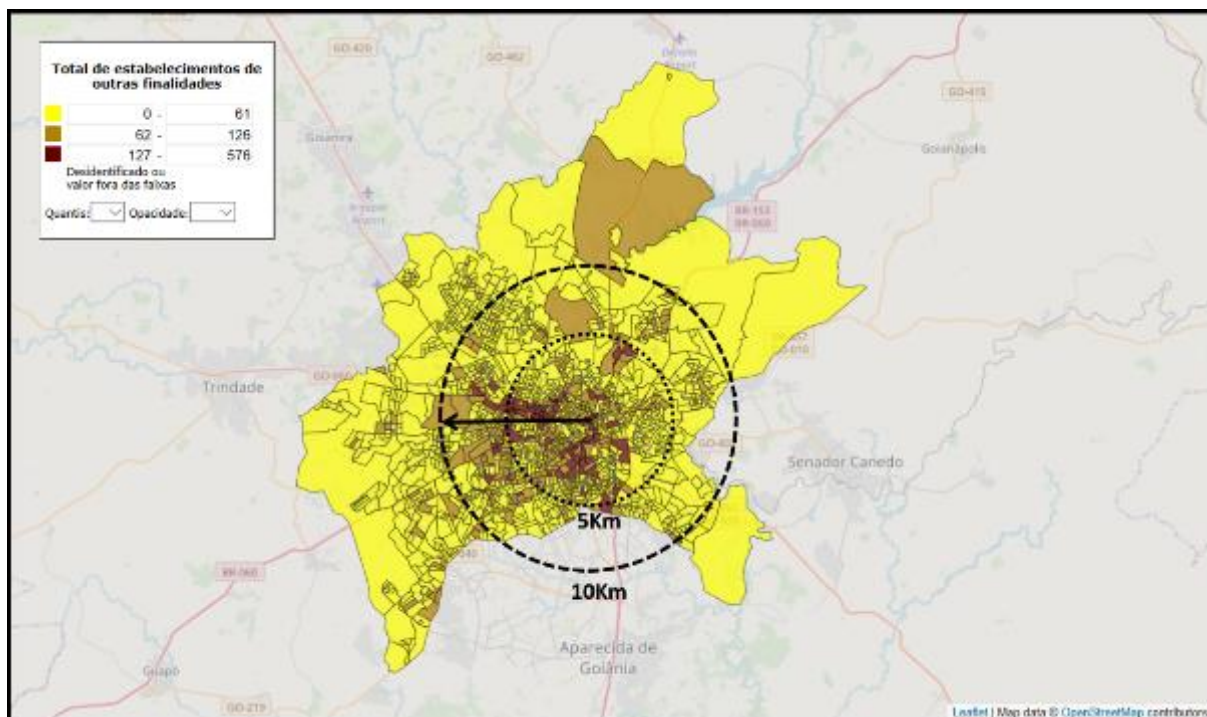


FIGURA 36 – Mapa com a distribuição de estabelecimentos de outras finalidades. Fonte: CNEFE-IBGE (2010). Modificações do autor (2018) inserção dos círculos com distâncias.

A título de síntese e ilustração da discussão levantada sobre a estruturação do espaço intraurbano de Goiânia, inspirou-se em contribuições teóricas, dos modelos analíticos do crescimento urbano, o “crescimento axial” de Hoyt, bem como trabalhou-se com manchas para designar três faixas de renda, em vermelho bairros e loteamentos de renda baixa, em amarelo a renda média. A população de renda alta é alocada na mancha azul, com a maior concentração de comércios e serviços, equipamentos públicos e privados. A grande mancha amarela ilustra a zona intermediária representada pela classe média, ainda que a Nova Classe Média dos profissionais liberais, possa integrar os locais de alta renda, como muitos são os moradores dos condomínios e loteamentos fechados. Em azul representa-se a dominação do centro tradicional, efetivado pela verticalização de alto padrão concentrada nessa mancha, tal qual a concentração de condomínios fechados de alto padrão na porção sudeste da cidade.

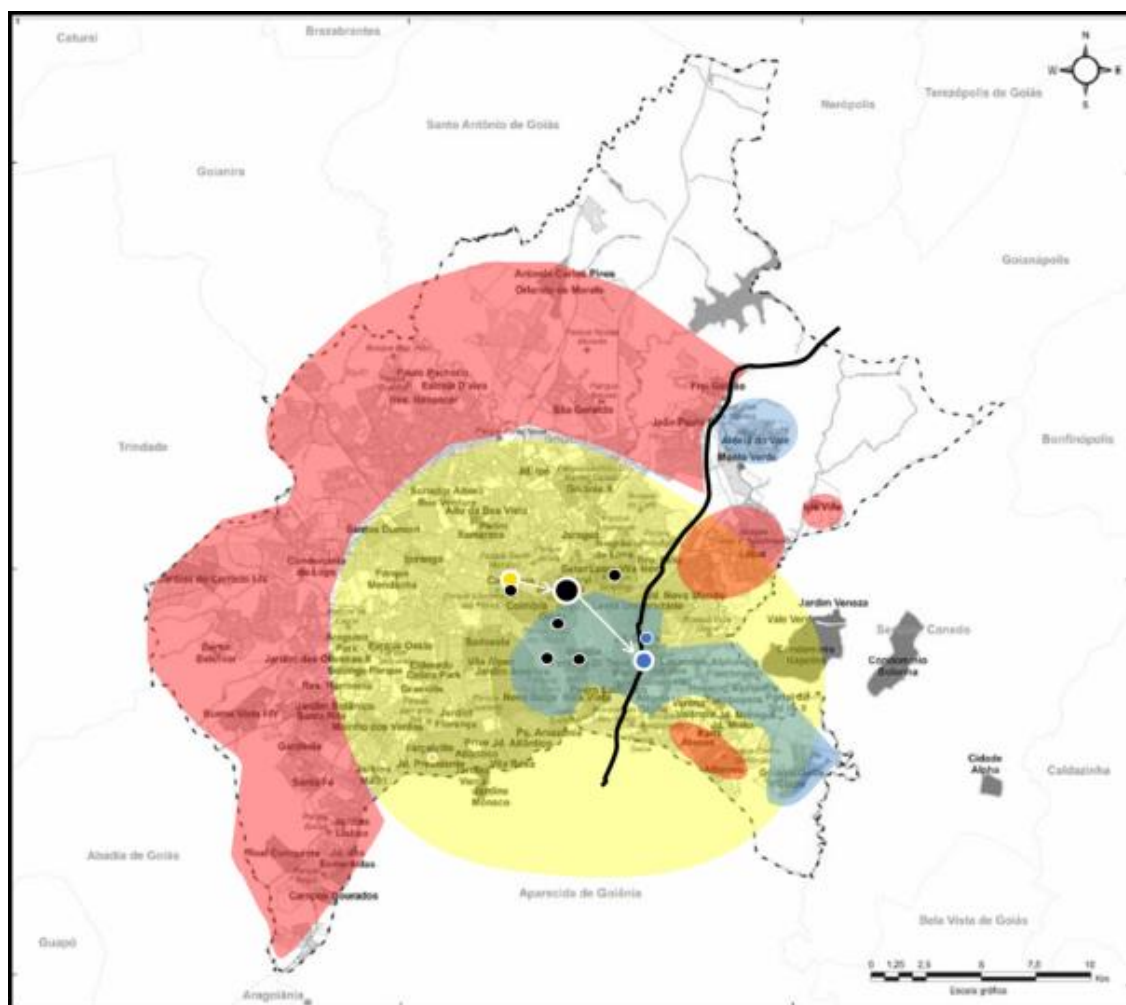


FIGURA 37 – Síntese do processo de divisão social do espaço de Goiânia (2017).

seja na ótica pragmática dos órgãos governamentais produtores de informações, seja nas abordagens acadêmicas que procuram relacionar processo, forma e conteúdo das estruturas metropolitanas para acompanhar a evolução das formas de assentamento urbano, é farto o aparato teórico, conceitual e operacional disponível para identificar, delimitar e caracterizar os espaços urbanos. (CASTELLO BRANCO, p.42, 2003)

Recupera-se o conceito de espaço urbano desenvolvido por Castello Branco (2003) noção muito próxima daquela descrita como “área urbanizada da grande cidade” proposta por Monteiro (1968), “que corresponderia exclusivamente ao aglomerado urbano contínuo a partir da grande cidade, desconsiderando os limites político-administrativo.” (CASTELLO BRANCO, 2003, p.87)

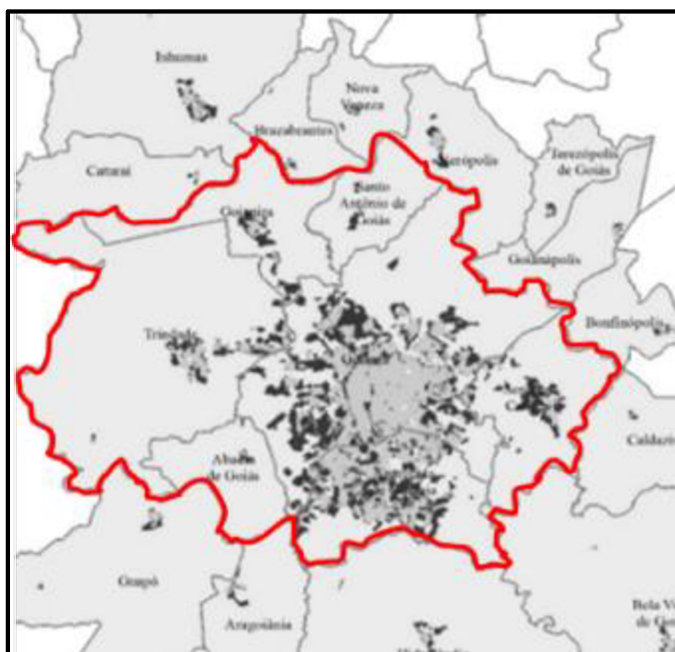


FIGURA 39 – RECORTE DAS CIDADES CONURBADAS E EM CONURBAÇÃO Fonte: SECIMA (2016), adaptado pelo autor, 2018.

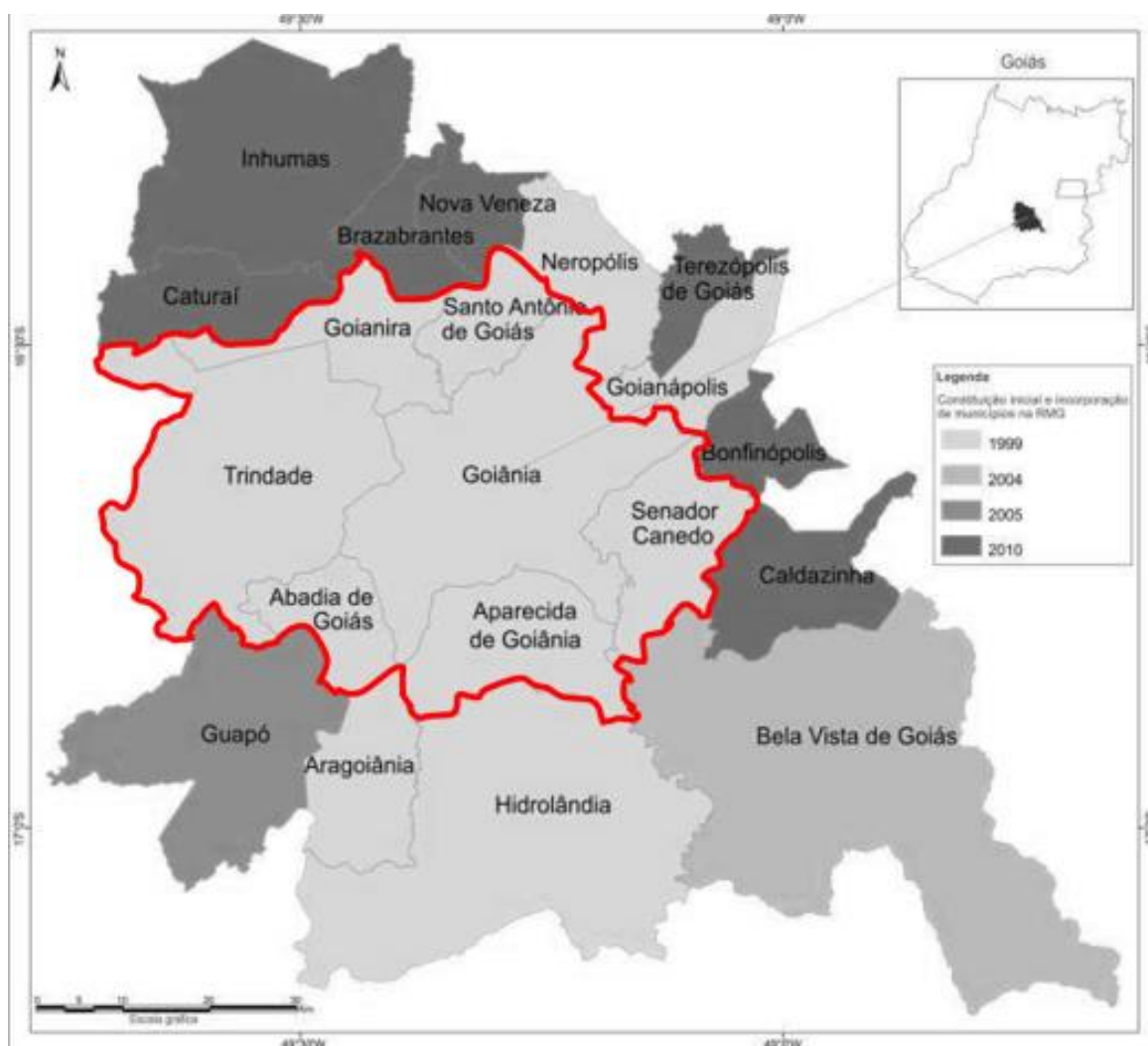


FIGURA 40 – Objeto de estudo dentro da RMG e sua composição ao longo do tempo.

Fonte: SECIMA (2016), adaptado pelo autor, 2018.

Seguindo a tendência da realidade nacional, comentada anteriormente, o estado de Goiás tem um número estimado de 6.778.772 habitantes, em apenas 7 municípios vive o equivalente a um terço da população goiana, 2.290.083 de pessoas, pouco mais de 33,78%. Os outros dois terços, 4.488.689 de habitantes se distribuem nos 239 municípios restantes (IBGE,2017) Abaixo a tabela demonstra o incremento populacional dos municípios que correspondem aos 7 mencionados anteriormente, que estão sob influência direta da expansão da metrópole goiana.

Municípios parte do Grande Espaço Urbano de Goiânia		1980	2000	2017
1	Abadia de Goiás*	—	4.971	8.207
2	Aparecida de Goiânia-GO	42.632	336.392	542.090
3	Goiânia-GO	717.562	1.093.007	1.466.105
4	Goianira-GO	7.488	18.719	41.169
5	Santo Antônio de Goiás-GO **	—	3.106	5.787
6	Senador Canedo-GO	3.042	53.105	105.459
7	Trindade-GO	30.612	81.457	121.266

TABELA 02 – Grande Espaço Urbano de Goiânia – (1980-2017)

Fonte: IBGE (1980;2000;2017)

*Abadia de Goiás é um município criado em 1995.

** Santo Antônio de Goiás foi criado em 1993.

As atividades imobiliárias constituindo um mercado em determinadas cidades, revelam a produção do espaço metropolitano que transcende os limites municipais, e de certa maneira indicam a complexidade de estudar a forma urbana da metrópole, já que seria necessário investigar como a metrópole se estende para além de um município.

O mapeamento e análise dos indicadores utilizados em todo o processo classificatório, juntamente com as informações da literatura sobre a expansão e conteúdo das manchas urbanas, levaram-nos a identificar padrões espaciais. Considerando a forma que assumem, distinguem-se cinco grandes modelos de espaços urbanos – o restrito, o conurbado e em rede, o núcleo-periferia, o polinucleado e o da rede de grandes espaços urbanos – que podem ser identificados no sistema urbano brasileiro. (CASTELLO BRANCO, 2003, p.136)

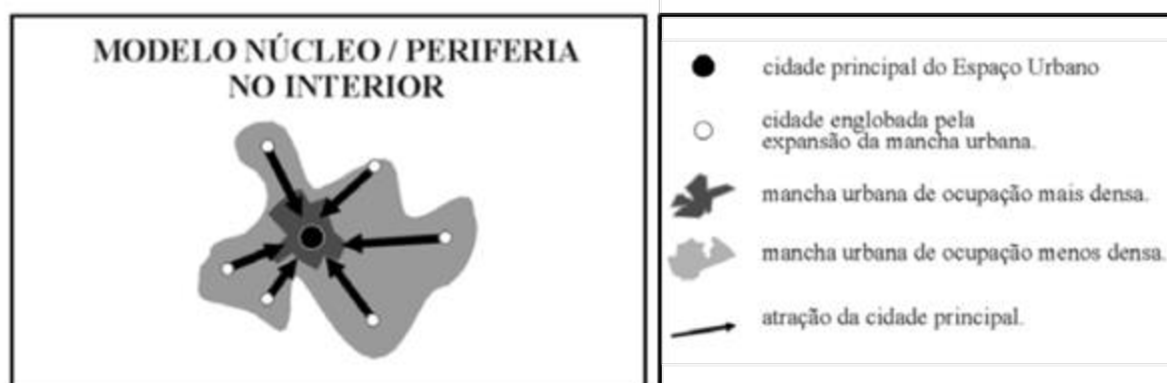


FIGURA 41 - MODELO DE ESPAÇO URBANO NÚCLEO/PERIFERIA. Fonte: Castello Branco, 2003, p.142.

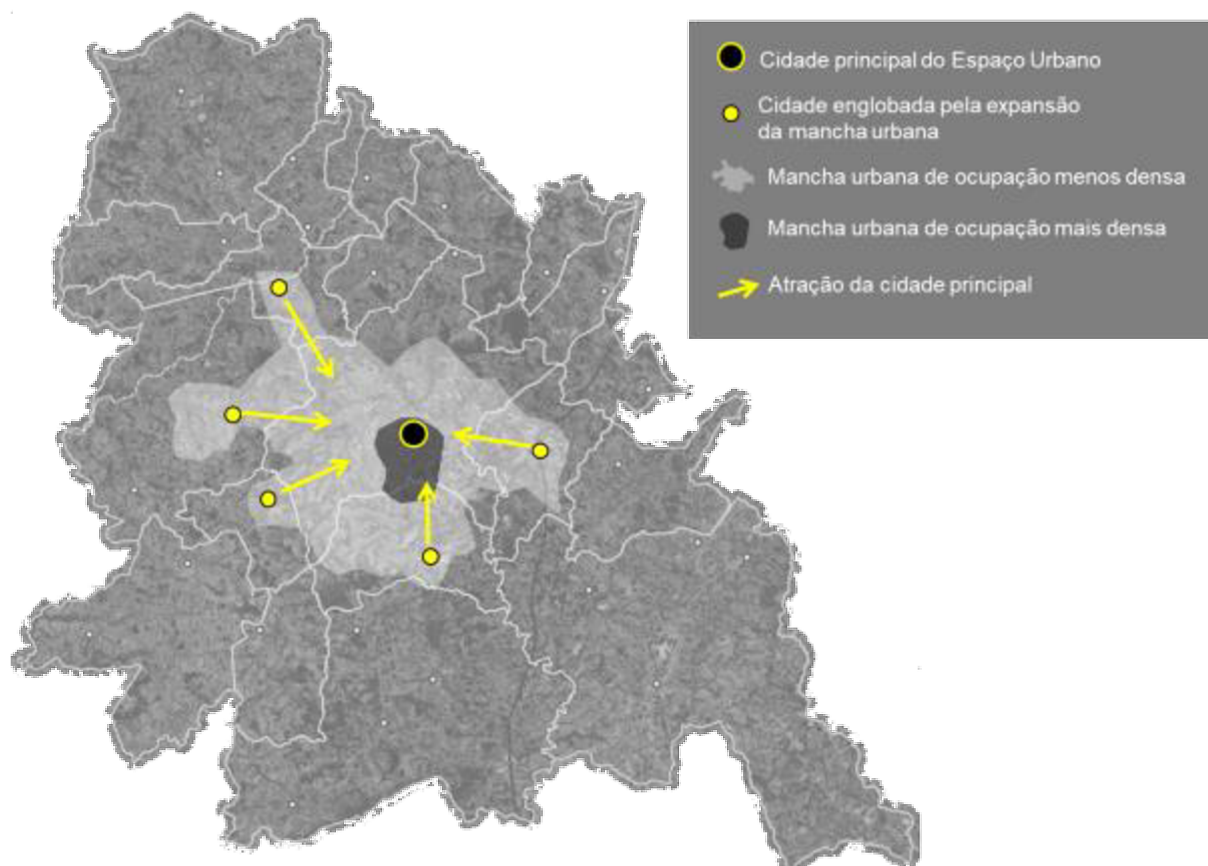


FIGURA 42 – MODELO ADAPTADO DO GRANDE ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA – 2018

Depois de exposto a questão das hierarquias urbanas e da delimitação das extensões urbanas, tem-se a proposta de modelos que conseguem conjugar esses dois elementos fundamentais para a classificação dos espaços urbanos. Os modelos propostos foram baseados “segundo o tamanho populacional total da mancha

urbana [...] sendo estabelecidas cinco classes: Espaços Urbanos Muito Pequenos, Pequenos, Médios, Grandes e Muito Grandes” (CASTELLO BRANCO, 2003, p.133)

O Grande Espaço Urbano de Goiânia foi estudado por Castello Branco (2003), como um aglomerado urbano:

O Grande Espaço Urbano de Goiânia é constituído por três municípios perfazendo um total de 1.482.504 habitantes, localizados em sua maioria na capital, onde também se situam as duas sedes das maiores empresas do país deste Espaço Urbano (CASTELLO BRANCO, 2003, p.144).

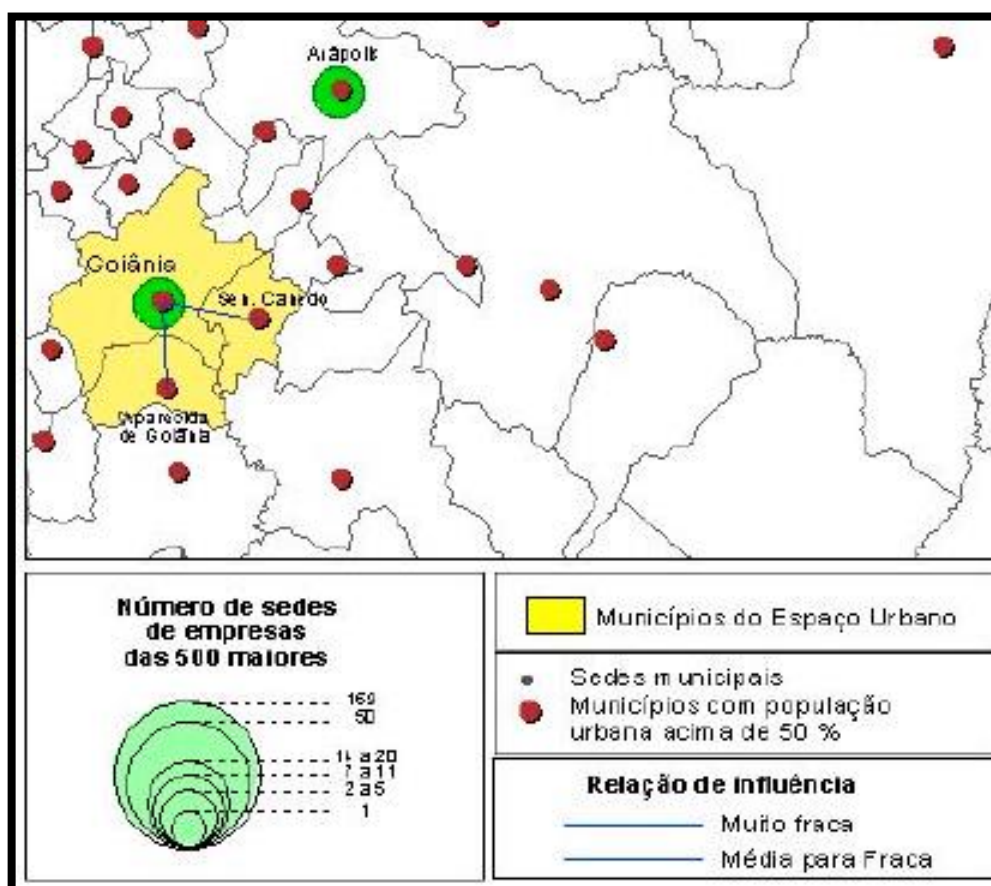
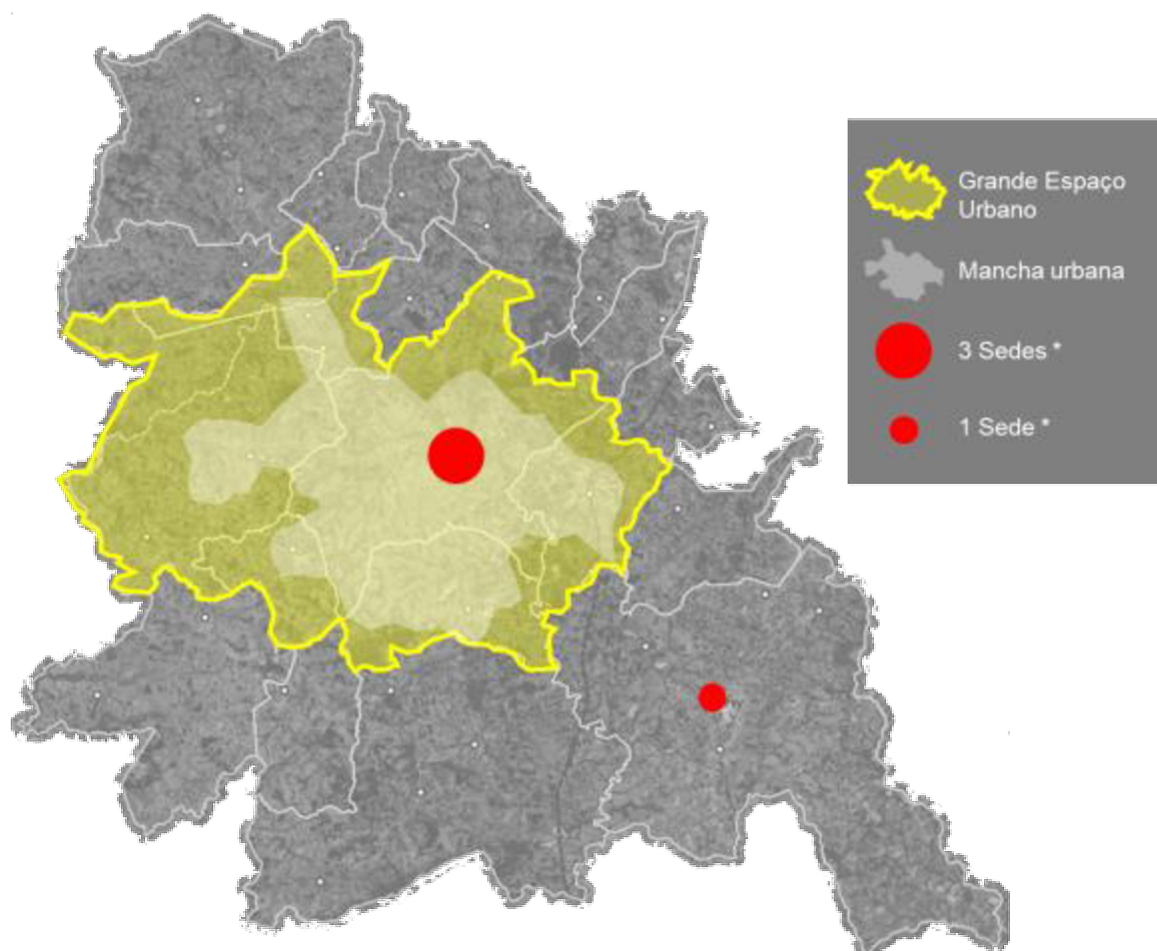


FIGURA 43 - GRANDE ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA (2003) FONTE: Castello Branco (2003). Recorte pelo autor

O Grande Espaço Urbano de Goiânia atualmente não engloba apenas as cidades de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, mas Abadia de Goiás, Trindade e Goianira, totalizando cinco municípios. Com relação às sedes das 500

maiores empresas do país, nota-se um acréscimo de mais uma empresa em Goiânia, totalizando três na capital e uma em Bela Vista de Goiás.



* Sedes de empresas entre as 500 maiores do país, segundo pesquisa da revista Exame (2017)

FIGURA 44 - GRANDE ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA (2018)

O domínio espacial desempenhado pelas classes dominantes, assegura certas direções do crescimento urbano, reservando a facilidade de deslocamento e uma concentração de infraestrutura e diversidade grande de equipamentos públicos e privados. Então, ao analisar o crescimento urbano conjuntamente com a estruturação intraurbana, pretende-se chegar a uma análise não só, do modo e das direções do crescimento urbano, mas se houve internamente um rearranjo entre os elementos estruturantes da cidade. Juntos esses processos conformam uma análise da cidade que pretende avançar sobre o tema proposto, de identificar as

transformações que estão ocorrendo mediante o processo de metropolização em curso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escala das transformações da forma urbana da metrópole goiana, captam o quão abrupto foi o processo de urbanização/metropolização no país, em especial no estado de Goiás, que tem com a implantação de Goiânia um marco da interiorização da urbanização brasileira. As mudanças da capital, com menos de um século de história, são inúmeras e a que se buscou aqui identificar é a transição da cidade em metrópole, que dentre outras características vistas, culmina na alteração de um núcleo urbano para o de um aglomerado urbano. A metrópole goiana pode ser compreendida como um Grande Espaço Urbano (Cf. Castello Branco, 2003).

As manifestações espaciais são as chaves explicativas da percepção de uma transformação ao longo do tempo que se chamou aqui de morfogênese da metrópole. Espacialmente temos a compressão do espaço-tempo (Hidalgo, Arenas e Santana, 2016) ou o surgimento de uma cidade-portátil (Gottidiener, 1993), como a principal diferenciação nessa transição morfológica destacada. De acordo com Hidalgo, Arenas e Santana (2016) temos como provas materiais dessa compressão: a suburbanização da elite que engloba não só a autosegregação, mas também a produção de casas de segunda residência. Esta produção como se observou no estudo de Lima (2014) se dá em diversas cidades da Região Metropolitana de Goiânia, revelando uma integração das cidades a partir do mercado imobiliário, mais especificamente, do mercado de casas para segunda residência, ou residências de viliegatura. (Cf. Tadeu Arrais, 2015)

Apesar de não adentrarmos no assunto, reconhece-se que só é possível surgir um novo espaço através das alterações no seio social, que concomitantemente ao se transformar, imprimi outra lógica de produção do espaço. Por ser muito ampla e fugir do escopo de análise, as transformações sociais estão atreladas e aparecem ao longo deste estudo, seja por meio dos diferentes agentes, com destaque para o estado, e mercado imobiliário. A sociedade está em constante transformação, e a identificação de processos socioespaciais como a dispersão urbana (Reis, 2006) a englobar uma série de alterações no espaço intraurbano, aparecem como índices na emersão e na consolidação atual da metrópole goiana.

Um tema tão vasto, e comum a tantas disciplinas como a cidade, não deixa de ser um desafio tentar clarear, ou ao menos sistematizar um estudo que demonstre um mínimo de coerência, ou melhor, que se aproxime da descrição da realidade observada. Evidentemente, dada o locus do presente pesquisador, Arquitetura e Urbanismo, o foco de análise é sobre a intersecção, daquilo que David Harvey (1980) chamou de “imaginação sociológica e imaginação geográfica, ou consciência espacial”, que formam a base do conhecimento para o planejamento urbano, segundo o autor. Por mais que o foco de análise não seja estabelecer diretrizes ou bases para o planejamento da metrópole goiana, essas “imaginações” permitiram reunir diferentes disciplinas acadêmicas, e perspectivas teóricas, para conformar um estudo que pretendeu ser mais descritivo e analítico, do que normativo. Aqui está, o distanciamento do presente trabalho com o do pretendido pelo planejamento urbano.

O que notamos com este estudo sobre a transição morfológica da cidade em metrópole não foi, evidentemente, uma ruptura entre as duas formas urbanas, mas um processo de intensificação de determinadas características socioespaciais que permitiram perceber tal transição.

5. REFERÊNCIAS

ARRAIS, T. A. [et. al.]. Atlas das receitas públicas municipais da Região Metropolitana de Goiânia. Goiânia: Funape, IESA, 2013.

ARRAIS, T. A. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. Cadernos metrópole 20 pp. 81-91 20 sem. 2008

ARRAIS, T. Integração Do Mercado Imobiliário e segunda residência – Brasil Metropolitano. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 49-62, jan./abr. 2014.

BASTIDE, R. Usos e sentidos do termo “estrutura”. São Paulo, Edusp / Editora Herder, 1971.

BLAY, Eva Alterman. Introdução – Crise urbana ou crise de reprodução do capital? In: A luta pelo espaço – textos de sociologia urbana. Org. Eva Alterman Blay. Petrópolis: Vozes, 1978, P.7– 17

BOLAFFI, GABRIEL. O urbanismo e habitação - o problema e o falso problema. CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, Cadernos nº 9, p. 65-85, 1976.

BORGES, Elcilene de Melo. Habitação e Metrópole: transformações recentes na dinâmica urbana de Goiânia. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Programa de pós-graduação em Geografia. Goiânia, 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. Banco de dados de regiões metropolitanas no Brasil. 2016.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Espaços urbanos: uma proposta para o Brasil. Tese Doutorado em Geografia UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGG, 2003.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

CASTILHO, Denis. Modernização territorial e redes técnicas em Goiás. Goiânia: Ed. UFG, 2017

CORRÊA, Roberto L. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001. Tese (Doutorado em geografia). Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, 2001.

CONZEN, M. R. G. Morphogenesis, morphological regions and secular human agency in the historic townscape, as exemplified by Ludlow, em Denecke, D. e Shaw, G. (eds.) Urban historical geography (Cambridge University Press, Cambridge), 255-61. 1988

COSTA, Stael. A. P. A expansão das cidades brasileiras: um processo sem fim. Paisagem Ambiente: ensaios.n.22, p. 257-266, São Paulo, 2006.

COSTA, Stael. A. P. e NETTO, M. M. G. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

DEL RIO, Vicente. Against the Tide: Upgrading and Expanding a Favela. Dissertação de mestrado, Joint Centre for Urban Design, Oxford Polytechnic, Oxford, 1981.

_____. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

DINIZ, A. Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) – Ideal estético e realidade política. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: FAUUN

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. Tradução de Duarte Lago Pacheco. In: Urbanização e Subdesenvolvimento. Org. Luiz Pereira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p.25-39

FRESCA, Tânia M. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 8, p. 31-52, ago./dez. 2011.

GAUTHIER, B. The history of urban morphology. 2004

GAUTHIER, Pierre; GILLILAND, Jason. Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form. Urban Morphology 10(1), 41-50 International Seminar on Urban Form, 2006

GEROSA, P.G. (1999) 'The philosophical foundations of urban morphology', Urban Morphology 3, 44-45.

GILLILAND, J. and GAUTHIER, P. (2006) Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form, Urban Morphology 10(1), 40-51

HIDALGO, Rodrigo; ARENAS, Federico; SANTANA, Daniel. ¿Utópolis o distópolis?: producción inmobiliaria y metropolización en el litoral central de Chile (1992-2012). **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 42, n. 126, p. 27-54, mayo 2016. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250b71612016000200002&lng=es&nrm=iso>. accedido en 08 nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612016000200002>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas populacionais dos municípios para 2017. Disponível on-line: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html> acesso em: maio de 2018.

_____. Regiões de Influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. Disponível online: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. Acesso em: maio de 2018

KRAFTA, Romulo. Notas de aula de Morfologia Urbana. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014.

LACOSTE, Yves. Dicionário de Geografia. Lisboa, Teorema, 2005 [2003].

Leandro Oliveira Lima, A metropolização goiana: aspectos políticos institucionais, rebatimentos socioespaciais e econômicos

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). Panorama da geografia brasileira. São Paulo: Annablume. 2006

LAUANDE, Francisco. Uso do pilotis em Brasília: do protótipo ao estereótipo. Minha Cidade, São Paulo, ano 07, n. 075.01, Vitruvius, out. 2006 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/07.075/1938>>.

LENCIONI, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In.: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P.C.X. (Orgs.) Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008

LIMA, Leandro. A metropolização e o mercado imobiliário: análise da produção do espaço a partir dos condomínios de chácaras da RMG. Goiânia: Editora UFG, 2016.

LIPIETZ, A. Audácia - uma alternativa para o século XXI, São Paulo: Nobel, 1991

MARICATO, Erminia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

MARICATO, Erminia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, Erminia. Metrôpoles desgovernadas. Estudos avançados [online]. vol.25, n.71, pp.7-22. ISSN 0103-4014. 2011.

MARTINS, J. de S. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Rubia N. S. Geotecnologias aplicadas ao estudo de desigualdades socioespaciais do espaço intraurbano goianiense (1991 – 2010). Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 2014.

MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. 3ª ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1984.

MARCUSE, Peter. Cities in quarties. In: BRIDGE, G.; WATSON, S. A company to the city. (p. 270-281) Oxford: Blackwell, 2000.

MORAES, S. **O empreendedor imobiliário e o Estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul.** (1975 – 1985). Brasília, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 1991.

MOUDON, Anne Vernez. Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field. Urban Morphology, v.1, n.1, p.3-11, 1997.

MOURA, R; LIRA, S.A.; CINTRA, A. Arranjos espaciais: concentração e mobilidade que redesenham aglomerações e centros. Cadernos IPARDES. Estudos e Pesquisas. Curitiba, v.2, n.2, p.51-67, ago./dez. 2012.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs, e AUs à dinâmica da metropolização. Rio de Janeiro: INCT/CNPq/CAPES/FAPERJ, 2012.

OLIVEIRA, Nathan B. CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE A METROPOLIZAÇÃO, AS REGIÕES METROPOLITANAS E A CONSTRUÇÃO DO ESTATUTO DA METRÓPOLE. Anais do evento: Regimes Urbanos e Governança Metropolitana. Encontro Nacional do Observatório das metrópoles, UFRN, 2017

PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

PAULA, F. M. de A. **Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise das centralidades dos setores Bueno, Oeste e Marista.** 2003. 202. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

PEREIRA, P. C. X. P. Cidade: sobre a importância de novos modos de falar e pensar as cidades. In: Bresciani, Maria Stella. *Palavras da Cidade*. Porto Alegre; UFRGS, 2001, p. 261-284.

PEREIRA, P. C. X.; SILVEIRA, R.L. L; UEDA, V. (Org.). Dinâmica Imobiliária e Reestruturação Urbana na América Latina. São Paulo: FAUUSP, 2011.

PINTO, José Vandério. Fragmentação da metrópole: constituição da Região Metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. Dissertação de mestrado em Geografia. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: A luta pelo espaço – textos de sociologia urbana. Org. Eva Alterman Blay. Petrópolis: Vozes, 1978, P.23 – 73

REIS, Nestor Goulart. Dispersão urbana e modernização capitalista. Revista Cidades. Volume 12, número 21. P.91-107, 2015.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo, Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, L.C.Q.; SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. **Metrópoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão.** REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.120, p.177-207, jan./jun. 2011

SANTOS, M. Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, v.29, n.4., out./dez. 1967, p.78-92.

SANTOS, M. Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, M. Modo de Produção Técnico-Científico e Diferenciação Espacial. Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SHORT, John Rennie. The Urban Order – An introduction to Cities, Culture and Power. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Contexto, 1998.

SOJA, Edward. Postmetropolis. Critical studies of cities and regions. Oxford : Blackwell, 2000.

SOUZA, Marcelo L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, P. H. G.; MEDEIROS, M. “The Concentration of Income at the Top in Brazil, 2006-2014”. Working Paper, n. 163. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017.

SPOSITO, Maria E. B. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1988.

VASCONCELOS, Pedro A. As metamorfoses do conceito de cidade. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 17-23, dez. 2015.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p.17-37.

Whitehand, J.W.R. ‘A century of urban morphology?’, Urban Morphology 3, 1-2. (1999)